

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	19
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	119
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	122
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	123
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	124
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
<b>Total</b>	<b>38.571</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2025</b>
1	Ativo Total	4.508.269	4.264.776
1.01	Ativo Circulante	525.811	456.222
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.879	77.708
1.01.06	Tributos a Recuperar	56.152	55.117
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56.152	55.117
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	56.152	55.117
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	391.780	323.397
1.01.08.03	Outros	391.780	323.397
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	391.457	322.901
1.01.08.03.03	Outros	323	496
1.02	Ativo Não Circulante	3.982.458	3.808.554
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	92.906	88.194
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	92.698	87.986
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	92.698	87.986
1.02.02	Investimentos	3.889.420	3.720.171
1.02.02.01	Participações Societárias	3.889.420	3.720.171
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	96.472	92.628
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.612.857	3.451.262
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	180.091	176.281
1.02.03	Imobilizado	132	189
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	132	189

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2025</b>
2	Passivo Total	4.508.269	4.264.776
2.01	Passivo Circulante	357.784	287.428
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.286	2.288
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.286	2.288
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.286	2.288
2.01.02	Fornecedores	1.082	1.019
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.082	1.019
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.281	18.948
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.168	18.834
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.033	3.958
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	7.710	62
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	8.425	14.814
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	113	114
2.01.05	Outras Obrigações	337.135	265.173
2.01.05.02	Outros	337.135	265.173
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	331.351	261.382
2.01.05.02.04	Outros	5.649	3.601
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	135	190
2.02	Passivo Não Circulante	8.978	8.883
2.02.04	Provisões	8.978	8.883
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.377	1.349
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.361	1.333
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	16	16
2.02.04.02	Outras Provisões	7.601	7.534
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	7.601	7.534
2.03	Patrimônio Líquido	4.141.507	3.968.465
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.719.805	2.719.805
2.03.04.01	Reserva Legal	351.611	351.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.196.427	2.196.427
2.03.04.10	Reservas à Disposição dos Acionistas	171.767	171.767
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	173.179	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.231.793	-1.231.656

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	255.179	253.494
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.473	-7.210
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.826	4.567
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-493	-1.106
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	258.319	257.243
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	255.179	253.494
3.06	Resultado Financeiro	-3.487	-811
3.06.01	Receitas Financeiras	-3.282	-309
3.06.02	Despesas Financeiras	-205	-502
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	251.692	252.683
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.033	0
3.08.01	Corrente	-1.033	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	250.659	252.683
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	250.659	252.683
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	6,1322	6,1817
3.99.01.02	PN	6,7454	6,7999
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	6,1322	6,1817
3.99.02.02	PN	6,7454	6,7999

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	250.659	252.683
4.03	Resultado Abrangente do Período	250.659	252.683

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.795	-9.630
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.592	-26.621
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	250.659	252.683
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	550	553
6.01.01.03	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, Líquida de Impostos	-258.319	-257.243
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-1.308	-1.554
6.01.01.06	Juros Pagos	-4	-4
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	0	-20.596
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-4.203	-460
6.01.01.09	Despesas de imposto de renda e contribuição social	1.033	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.203	16.991
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-1.035	8.143
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-3.305	21.155
6.01.02.03	Outras Contas - Ativos	173	171
6.01.02.04	Fornecedores	63	-781
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-2	101
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-6.145	-11.753
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	2.048	-45
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	20.021	11.677
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	20.021	11.677
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-55	-61
6.03.04	Pagamento Passivo de Arrendamento	-55	-61
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	171	1.986
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	77.708	96.878
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.879	98.864

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-77.617	0	-77.617
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-77.617	0	-77.617
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.796	-137	250.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.659	0	250.659
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	137	-137	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	137	-137	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.719.805	173.179	-1.231.793	4.141.507

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-60.128	0	-60.128
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-60.128	0	-60.128
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	252.822	-139	252.683
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	252.683	0	252.683
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	139	-139	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.350.938	192.694	-1.160.114	3.863.834

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
7.01	Receitas	6.149	5.838
7.01.02	Outras Receitas	6.149	5.838
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.221	-2.380
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.221	-2.380
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.928	3.458
7.04	Retenções	-550	-553
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-550	-553
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.378	2.905
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	263.423	263.500
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	258.319	257.243
7.06.02	Receitas Financeiras	5.104	6.257
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	266.801	266.405
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	266.801	266.405
7.08.01	Pessoal	4.724	4.839
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.207	4.362
7.08.01.02	Benefícios	222	222
7.08.01.03	F.G.T.S.	295	255
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.270	8.398
7.08.02.01	Federais	10.752	7.891
7.08.02.03	Municipais	518	507
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	148	485
7.08.03.01	Juros	148	481
7.08.03.02	Aluguéis	0	4
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	250.659	252.683
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	77.617	60.128
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	173.042	192.555

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2025</b>
1	Ativo Total	14.467.453	13.831.031
1.01	Ativo Circulante	4.263.640	3.848.163
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	286.625	418.813
1.01.03	Contas a Receber	2.909.567	2.723.359
1.01.03.01	Clientes	2.564.991	2.382.556
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	3.077.556	2.881.943
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-512.565	-499.387
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	344.576	340.803
1.01.04	Estoques	25.405	21.568
1.01.06	Tributos a Recuperar	449.051	350.082
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	449.051	350.082
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	248.719	144.088
1.01.06.01.02	Demais Tributos a recuperar	200.332	205.994
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	592.992	334.341
1.01.08.03	Outros	592.992	334.341
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	20.303	19.956
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	13.179	14.292
1.01.08.03.04	Outros Créditos	243.899	202.090
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro Setorial	202.715	0
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	46.335	45.542
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura da CVA	51.323	51.323
1.01.08.03.09	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	14.100	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.203.813	9.982.868
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.456.400	4.408.816
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.04	Contas a Receber	42.731	43.483
1.02.01.04.01	Clientes	18.696	21.672
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	24.035	21.811
1.02.01.07	Tributos Diferidos	577.788	560.035
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	577.788	560.035
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.835.673	3.805.090
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	287.632	302.084
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	404.052	392.626
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.422.859	1.237.107
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Setorial	207.960	273.140
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	344.440	339.113
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	156.694	154.241
1.02.01.10.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	94.436	69.258
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	917.600	1.037.521
1.02.02	Investimentos	308.809	314.579
1.02.02.01	Participações Societárias	308.809	314.579
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	128.718	138.298

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2025</b>
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	180.091	176.281
1.02.03	Imobilizado	216.225	218.574
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	144.886	147.146
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.744	12.283
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	60.595	59.145
1.02.04	Intangível	5.222.379	5.040.899
1.02.04.01	Intangíveis	5.222.379	5.040.899
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.181.539	4.999.640
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	40.840	41.259

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2025</b>
2	Passivo Total	14.467.453	13.831.031
2.01	Passivo Circulante	3.939.340	2.952.505
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	243.342	228.829
2.01.01.01	Obrigações Sociais	243.342	228.829
2.01.02	Fornecedores	1.228.234	1.002.149
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.228.234	1.002.149
2.01.03	Obrigações Fiscais	467.326	352.311
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	188.100	106.762
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	101.555	21.615
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	73.181	76.837
2.01.03.01.03	Outros	13.364	8.310
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	276.548	241.836
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.678	3.713
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.072.362	473.238
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	401.647	296.582
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	248.487	189.725
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	153.160	106.857
2.01.04.02	Debêntures	670.715	176.656
2.01.05	Outras Obrigações	774.113	742.015
2.01.05.02	Outros	774.113	742.015
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	331.351	261.382
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	53.880	71.723
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	82.719	90.607
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	0	80.584
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	1.601	2.863
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	820	824
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	93.649	58.483
2.01.05.02.20	Outros	210.093	175.549
2.01.06	Provisões	153.963	153.963
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	153.963	153.963
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	153.963	153.963
2.02	Passivo Não Circulante	6.386.606	6.910.061
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.985.625	4.532.508
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.492.823	1.561.793
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	350.198	419.168
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.142.625	1.142.625
2.02.01.02	Debêntures	2.492.802	2.970.715
2.02.02	Outras Obrigações	392.220	379.460
2.02.02.02	Outros	392.220	379.460
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	29.813	2.917
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	95.853	81.516
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	241.427	269.654
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	10.004	10.250
2.02.02.02.11	Tributos a Recolher	15.123	15.123
2.02.03	Tributos Diferidos	114.674	111.200

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2025</b>
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	114.674	111.200
2.02.04	Provisões	1.894.087	1.886.893
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.817.721	1.810.426
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.134	19.851
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	69.477	71.132
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.582.798	1.579.411
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	146.312	140.032
2.02.04.02	Outras Provisões	76.366	76.467
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	74.858	73.290
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	1.508	3.177
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.141.507	3.968.465
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.719.805	2.719.805
2.03.04.01	Reserva Legal	351.611	351.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.196.427	2.196.427
2.03.04.10	Reservas à Disposição dos Acionistas	171.767	171.767
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	173.179	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.231.793	-1.231.656

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.498.747	2.977.531
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	2.945.115	2.876.839
3.01.02	Receita de Construção	345.265	238.349
3.01.03	Receita Setorial	193.400	-151.489
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	14.967	13.832
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.901.940	-2.356.599
3.02.01	Custo das Mercadorias Vendidas	-2.237.675	-1.883.545
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-5.701	-4.544
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-313.299	-230.161
3.02.04	Custo de Construção	-345.265	-238.349
3.03	Resultado Bruto	596.807	620.932
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-165.090	-161.922
3.04.01	Despesas com Vendas	-29.213	-28.644
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-195.900	-163.737
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-38.073	-69.255
3.04.03.01	Perdas Por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	-38.073	-69.255
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	105.326	98.985
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19.993	-16.242
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.763	16.971
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	431.717	459.010
3.06	Resultado Financeiro	-98.128	-81.265
3.06.01	Receitas Financeiras	234.402	172.822
3.06.02	Despesas Financeiras	-332.530	-254.087
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	333.589	377.745
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-82.930	-125.062
3.08.01	Corrente	-97.211	-65.566
3.08.02	Diferido	14.281	-59.496
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	250.659	252.683
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	250.659	252.683
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	250.659	252.683
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	6,1322	6,1817
3.99.01.02	PN	6,7454	6,7999
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	6,1322	6,1817
3.99.02.02	PN	6,7454	6,7999

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	250.659	252.683
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	250.659	252.683
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	250.659	252.683

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	238.858	31.200
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	413.050	441.644
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	250.659	252.683
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	102.386	91.200
6.01.01.03	Perda com baixa de Ativo imobilizado/Intangível	14.545	22.948
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-12.763	-16.971
6.01.01.05	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-14.967	-13.832
6.01.01.06	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	267	1.485
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias	185.805	156.207
6.01.01.10	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	913	-102.230
6.01.01.11	Provisão para Benefícios a Empregados	31.481	36.563
6.01.01.12	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	187	92
6.01.01.13	Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	82.930	125.062
6.01.01.15	Atualização/ Juros Retorno/ Bonificação de Outorga/ Ind. Proj. Usina Pery	-26.216	-26.048
6.01.01.16	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	38.073	69.255
6.01.01.17	Juros Pagos	-134.110	-87.961
6.01.01.18	IR e CSLL Pagos	-106.747	-55.019
6.01.01.19	Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	607	-11.790
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-174.192	-410.444
6.01.02.01	Contas a Receber	-214.843	-566.038
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-80.462	-20.158
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-3.916	55.744
6.01.02.04	Estoques	-3.837	318
6.01.02.05	Ativos Financeiros - (Setorial, Bonificação de Outorga, Ind. Proj. Básico Us Pery)	-116.128	197.379
6.01.02.09	Outras Variações nos Ativo	-50.492	-24.414
6.01.02.10	Fornecedores	226.085	18.261
6.01.02.11	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	41.409	-2.419
6.01.02.12	Tributos a recolher	112.848	83.312
6.01.02.13	Passivo Financeiro Setorial	-84.695	-24.390
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-6.223	6.221
6.01.02.15	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	-384	-464
6.01.02.17	Benefícios a Empregados	-28.094	-49.785
6.01.02.18	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-4	-316
6.01.02.19	Outras Variações Passivo	34.544	-83.695
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-341.711	-243.999
6.02.01	Adições Ativo Contrato	-345.265	-238.349
6.02.02	Adições Ativo Imobilizado	-1.450	-7.388
6.02.03	Adições Ativo Intangível	-49	0
6.02.05	Dividendos Recebidos	5.053	1.738
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29.335	-51.360
6.03.01	Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	-1.632	-2.117
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-69.382	-218

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	80.147	0
6.03.06	Amortização de Derivativos	-38.468	-10.653
6.03.07	Pagamento de Debêntures	0	-38.372
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-132.188	-264.159
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	418.813	1.019.482
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	286.625	755.323

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465	0	3.968.465
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465	0	3.968.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-77.617	0	-77.617	0	-77.617
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-77.617	0	-77.617	0	-77.617
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.796	-137	250.659	0	250.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.659	0	250.659	0	250.659
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	137	-137	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	137	-137	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.719.805	173.179	-1.231.793	4.141.507	0	4.141.507

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-60.128	0	-60.128	0	-60.128
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-60.128	0	-60.128	0	-60.128
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	252.822	-139	252.683	0	252.683
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	252.683	0	252.683	0	252.683
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	139	-139	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.350.938	192.694	-1.160.114	3.863.834	0	3.863.834

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
7.01	Receitas	5.624.413	4.678.234
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.200.996	4.392.608
7.01.02	Outras Receitas	114.763	109.144
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	346.727	245.737
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-38.073	-69.255
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.928.984	-2.419.266
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.468.168	-2.076.057
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-460.816	-343.209
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.695.429	2.258.968
7.04	Retenções	-102.573	-91.291
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-102.573	-91.291
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.592.856	2.167.677
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	261.284	201.126
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.763	16.971
7.06.02	Receitas Financeiras	248.360	183.851
7.06.03	Outros	161	304
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.854.140	2.368.803
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.854.140	2.368.803
7.08.01	Pessoal	317.810	228.017
7.08.01.01	Remuneração Direta	231.305	143.554
7.08.01.02	Benefícios	78.080	75.721
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.425	8.742
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.952.646	1.635.778
7.08.02.01	Federais	1.198.883	958.263
7.08.02.02	Estaduais	750.650	674.315
7.08.02.03	Municipais	3.113	3.200
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	333.025	252.325
7.08.03.01	Juros	330.608	249.497
7.08.03.02	Aluguéis	2.417	2.828
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	250.659	252.683
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	77.617	60.128
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	173.042	192.555

**Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO****1. INVESTIMENTOS**

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado e Intangível no primeiro trimestre de 2026, chegaram a R\$435,7 milhões, avançando 47,18% em relação aos R\$296,1 milhões investidos no mesmo período de 2025, evidenciados no quadro a seguir:

Descrição	Consolidado				
	31.03.2026		31.03.2025		Análise Horizontal
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	<b>434.235</b>	<b>99,66%</b>	<b>288.676</b>	<b>97,50%</b>	<b>50,42%</b>
Recursos Próprios	345.265		238.349		
Participação Financeira do Consumidor	88.970		50.327		
<b>Geração de Energia Elétrica</b>	<b>1.499</b>	<b>0,34%</b>	<b>7.388</b>	<b>2,50%</b>	<b>-79,71%</b>
Parque Gerador Próprio	1.499		7.388		
<b>Total</b>	<b>435.734</b>	<b>100,00%</b>	<b>296.064</b>	<b>100,00%</b>	<b>47,18%</b>

**Distribuição de Energia Elétrica**

Do total investido, o maior volume de R\$434.235 mil foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$345.265 mil foram com recursos próprios (sendo R\$323.067 mil em materiais e serviços e R\$22.198 mil em mão de obra própria) e R\$88.970 mil foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D.

A participação financeira do consumidor em obra do setor elétrico corresponde ao valor aportado pelo consumidor para viabilizar a execução de obras de ampliação, reforço ou extensão do sistema elétrico necessárias ao seu atendimento. Essa participação ocorre, em regra, quando as obras solicitadas excedem os limites de investimento de responsabilidade da concessionária estabelecidos pela regulamentação da ANEEL, especialmente nos casos de novas ligações, aumento de carga ou atendimento em locais com necessidade de expansão da rede.

Após a conclusão da obra, os ativos normalmente são incorporados ao patrimônio da concessionária, conforme regras do contrato de concessão e da regulação setorial. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021, dispostas nos artigos 106 a 110.

Do montante total investido, R\$299 milhões foram aplicados diretamente na rede de distribuição, com foco na ampliação, melhoria e manutenção.

Os investimentos visam aprimorar a eficiência operacional, aumentar a qualidade do fornecimento de energia elétrica e fortalecer a infraestrutura necessária para atender à crescente demanda do sistema elétrico, sendo que ainda foram aplicados em alta tensão:

- R\$43,7 milhões em linhas de distribuição;
- R\$38,2 milhões em subestações.

Além disso, foram realizados R\$23,5 milhões no sistema de medição.

Na atividade de administração, os investimentos somaram R\$24,5 milhões, sendo os principais aportes destinados à área de tecnologia da informação.

- R\$22 milhões investidos em Tecnologia da Informação
- R\$2,5 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos;
- R\$1,12 milhões aplicados na compra de novos veículos.



## Comentário do Desempenho

Os valores remanescentes foram destinados à melhoria das edificações administrativas e à aquisição de mobiliários.

### Geração de Energia Elétrica

No primeiro trimestre de 2026, foram realizados investimentos em ativos imobilizados e serviços correlatos às usinas fotovoltaicas e hidrelétricas da Celesc G, conforme detalhado a seguir:

- R\$ 695 mil foram investidos na reforma do gerador 01 e canteiro de obras da Usina Garcia;
- R\$ 103 mil foram utilizados na estação de dados hidrológicos da Usina Pery;
- R\$ 98 mil foram aplicados em implantação e montagens elétricas na Usina Fotovoltaica IX;
- R\$ 98 mil foram investidos em implantação e montagens elétricas na Usina Fotovoltaica VIII;
- R\$ 83 mil foram aplicados na estação de dados hidrológicos da Usina Palmeiras;
- R\$ 44 mil foram investidos em limnímetros para medir as variações do nível da superfície da água da Usina Caveiras;
- R\$ 42 mil foram investidos em limnímetros e datalogger para acompanhamento remoto da eficiência, produção de energia e desempenho operacional da Usina Bracinho.

## 2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 1º trimestre de 2026 com valorização de 16,35%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou valorização de 7,83% no mesmo período.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 16,80% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 13,94%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2026 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %*
	31.03.2026	1º TRI 2026	
Celesc PN	144,49**	16,80%	98,63%
Celesc ON	130,00**	13,94%	91,48%
IBOVESPA	187.462	16,35%	43,91%
IEE	132.694	7,83%	55,60%

\*Variações percentuais com ajuste a proventos

\*\*Valores em R\$ (reais).

## 3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 31 de março de 2026, conforme demonstrado acima, são: R\$144,49 (cento e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$ 130,00 (cento e trinta reais) para cada ação ordinária - ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 31 de março de 2026, está apresentada no organograma a seguir:

## Comentário do Desempenho

## ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Março/2026

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ELETROBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,90% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,16% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	12,15% PN	17,98% PN	15,34% PN	25,80% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	8,43% T	10,75% T	9,16% T	17,49% T

FREE FLOAT	CELESC	CELESC DISTRIBUIÇÃO	CELESC GERAÇÃO	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
75%		100,00% T	100,00% T	51,00% O 0,00% P 17,00% T	23,03% T	30,88% T	9,56% O 9,43% P 9,50% T
		Celelesc Distribuição	Celelesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
				32,50% Rondinha Energética 40,00% Xavantina Energética 49,00% Garça Branca		100,0% ETSE	

O = Ordinárias  
P = Preferenciais  
T = Total

Fonte: Celesc/DPRI

## 4. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Em 31 de março de 2026, a participação acionária dos investidores estrangeiros representa 0,54% do capital social total da Companhia, detendo o total de 209.849 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	209.849	0,54
Investidores Nacionais	38.361.742	99,46
<b>Total</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

## 5. AÇÕES DO CONTROLADOR E OUTROS ACIONISTAS

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00%</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>6.297.477</b>	<b>40,56%</b>	<b>22.810.149</b>	<b>98,98%</b>	<b>29.107.626</b>	<b>75,46%</b>

## 6. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.149	98,98	29.107.626	75,46



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Comentário do Desempenho****7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31.03.2026					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	450.100	2,90	2.800.001	12,15	3.250.101	8,43
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	800.452	5,15	5.945.168	25,80	6.745.620	17,49
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

Capital Social: R\$2.480.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

**8. RECURSOS HUMANOS**

A Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2026, com um quadro funcional de 3.741 empregados. O total de empregados representa uma redução de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.761 empregados).

**9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	31.03.2026	31.03.2025	Consolidado
			Varição
Receita Operacional Bruta - ROB	5.551.160	4.630.956	19,87%
Receita Operacional Líquida - ROL	3.498.747	2.977.531	17,50%
Resultado Operacional	431.717	459.010	-5,95%
EBITDA	534.103	550.209	-2,93%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	15,27%	18,48%	-3,21 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	7,16%	8,49%	-1,32 p.p.
Resultado Financeiro	(98.128)	(81.265)	20,75%
Ativo Total	14.467.453	13.428.170	7,74%
Imobilizado	216.225	222.035	-2,62%
Patrimônio Líquido	4.141.507	3.863.834	7,19%
Lucro Líquido	250.659	252.683	-0,80%

**9.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida**

A Receita Operacional Bruta – ROB consolidada, no primeiro trimestre de 2026, foi de R\$5,6 bilhões, aproximadamente 19,9% maior que a realização no mesmo período de 2025, que foi de R\$4,6 bilhões.

Na Celesc D, a ROB também apresentou aumento de 19,9%. Tal variação foi impulsionada por acréscimo de 21,1% na receita relativa à disponibilidade de uso da rede elétrica proveniente de 1,3% no aumento do mercado de consumidores livres na sua área de concessão; elevação de 31,55% na receita de Energia de Curto Prazo, que passou de R\$135,1 milhões no primeiro trimestre de 2025 para R\$177,8 milhões no primeiro trimestre de 2026, reflexo do aumento significativo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no período; e da nova tarifa a partir de agosto de 2025, cujo reajuste foi de 13,53%. A receita com ativos em construção também apresentou crescimento de 44,86%, porém, esse montante é neutralizado no resultado pelos correspondentes custos de construção registrados nos custos operacionais. A Companhia mantém o plano de investimentos em expansão do sistema elétrico, aprovado em seu orçamento de capital.



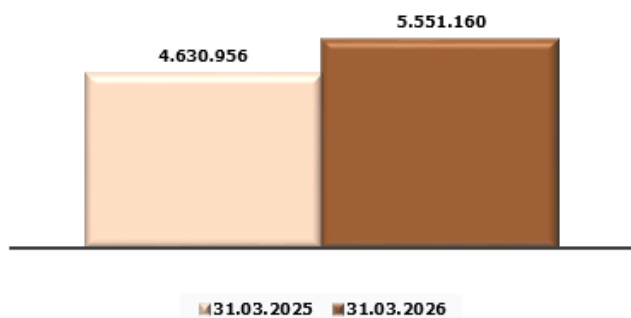
## Comentário do Desempenho

Na rubrica de Ativos e Passivos Financeiros (CVA), há um incremento de R\$344,9 milhões que passou de R\$151,5 milhões (saldo devedor), no primeiro trimestre de 2025 para R\$193,4 milhões (saldo credor), no mesmo período de 2026. Ainda nesse grupo, há a constituição de ativos financeiros setoriais para o próximo ciclo tarifário, reflexo do aumento dos custos de energia e do encargo setorial CDE que não estão totalmente cobertos no reajuste tarifário de 2025. Tem-se também, as demais receitas operacionais, derivadas do aumento de 8,2% da atualização do ativo financeiro indenizável.

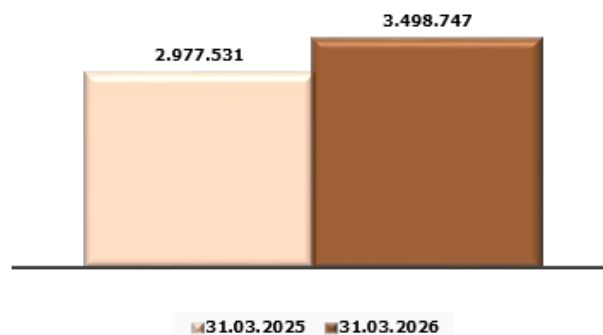
A Receita Operacional Líquida (ROL) da Celesc D acompanhou a variação da ROB, apresentando crescimento de 17,6%, ao passar de R\$2,9 bilhões no primeiro trimestre de 2025 para R\$3,4 bilhões no mesmo período de 2026.

Adicionalmente, na Celesc G, a ROB aumentou 15,2%, em virtude, principalmente do crescimento de 23,6% na receita de suprimento de energia. Outros destaques são as receitas provenientes dos Serviços de Operação e Manutenção UFV (R\$163 mil; +4128,6%) e Arrendamentos e Aluguéis UFV (R\$2,8 milhões; 4270,2%). A ROL cresceu proporcionalmente, à ROB (15,3%, saindo de R\$56,8 milhões no primeiro trimestre de 2025 para R\$65,5 milhões no mesmo período de 2026).

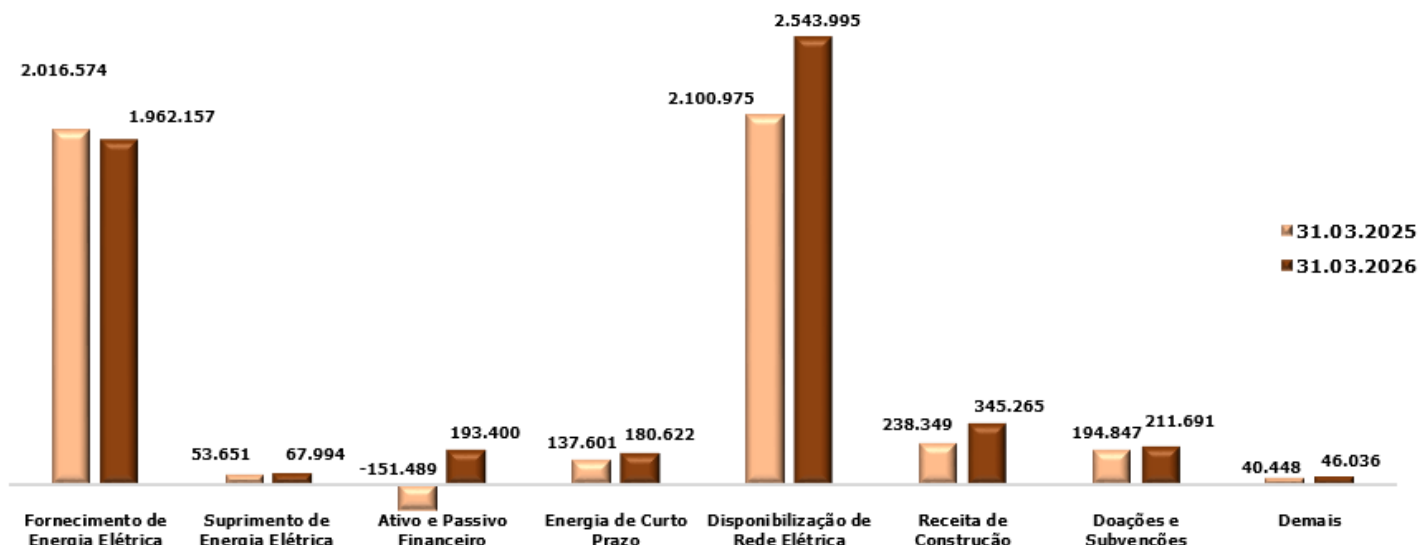
Receita Operacional Bruta



Receita Operacional Líquida



Composição da Receita Bruta



## Comentário do Desempenho

### 9.2. Deduções da Receita

O aumento de 24,1% nas deduções está, principalmente, relacionado ao recolhimento dos tributos vinculados à ROB (aumento proporcional de 15,1% no recolhimento de ICMS, PIS e COFINS), na Celesc D, e ao aumento de R\$239,9 milhões evidenciado nos encargos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), sendo estes dois últimos calculados com a alíquota de 1% sobre a ROL.

### 9.3. Custos e Despesas

#### 9.3.1. Custos

Os custos e despesas operacionais consolidados da Companhia apresentaram aumento de 21,8% no primeiro trimestre de 2026, em comparação ao mesmo período de 2025, refletindo, principalmente, o crescimento dos custos com energia elétrica, dos custos operacionais e das despesas com pessoal.

Os custos com energia elétrica registraram aumento de 18,8% no período, impactados, sobretudo, pela elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). No primeiro trimestre de 2025, o PLD variou entre R\$59,21 e R\$332,56, enquanto, no mesmo período de 2026, os preços alcançaram R\$249,95 em janeiro, R\$402,69 em fevereiro e R\$425,57 em março, evidenciando um cenário de preços mais elevados no exercício corrente.

Na Celesc D, a energia elétrica comprada para revenda apresentou aumento de 19,2%, correspondendo a um acréscimo de R\$267,4 milhões. Adicionalmente, os encargos de uso da rede elétrica cresceram 17,5%, representando aumento de R\$84,8 milhões, com destaque para os custos de Transporte de Energia da Rede Básica, que aumentaram R\$57,2 milhões, e Outros Encargos, com elevação de R\$20,4 milhões.

Na Celesc G, os custos com energia aumentaram R\$2,0 milhões, influenciados principalmente pelo crescimento de 15,0% nos custos de energia comprada para revenda (convencional) e de 47,1% na energia adquirida na CCEE, em comparação ao primeiro trimestre de 2025.

Os custos operacionais consolidados apresentaram crescimento de 40,4% no período. Na Celesc D, o aumento foi de 44,9%, influenciado principalmente pela elevação dos custos de construção, que passaram de R\$238,3 milhões para R\$345,3 milhões. Além disso, os custos com pessoal cresceram 48,4%. Contribuiu também para essa variação o aumento das amortizações decorrentes da expansão dos investimentos realizados pela Companhia, os quais são reconhecidos entre ativo intangível e ativo financeiro, conforme a natureza societária dos ativos, em decorrência da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

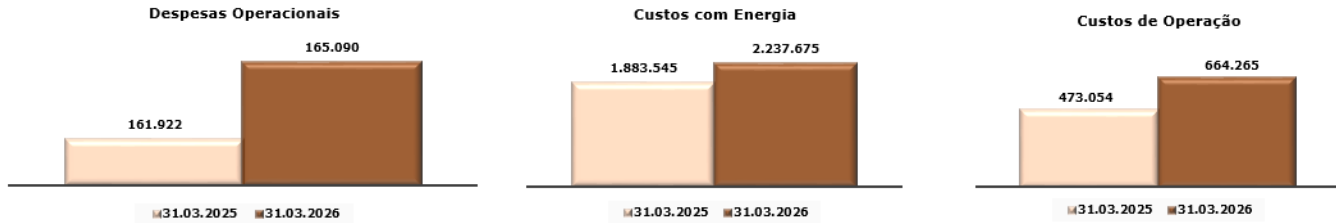
Na Celesc G, os custos operacionais aumentaram R\$1,2 milhão, principalmente em função da entrada em operação e consequente imobilização de ativos ocorrida no último trimestre de 2025, elevando as despesas de depreciação no período.

As despesas operacionais consolidadas, incluindo outras despesas e deduzindo-se outras receitas e o resultado de equivalência patrimonial, passaram de R\$161,9 milhões no primeiro trimestre de 2025 para R\$165,1 milhões no mesmo período de 2026, representando aumento de 2,0%. As despesas com vendas apresentaram redução de 31,3%, em razão, principalmente, da diminuição da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber, que reduziu de R\$69,3 milhões no primeiro trimestre de 2025 para R\$38,1 milhões no mesmo período de 2026.

As despesas gerais e administrativas consolidadas cresceram 19,6%, impactadas principalmente pelo aumento de 34,7% nas despesas com pessoal. Esse acréscimo decorre, substancialmente, do reconhecimento contábil do novo Plano de Desligamento Incentivado (PDI), aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de janeiro de 2026, cujo montante reconhecido foi de R\$83,2 milhões em fevereiro de 2026.

## Comentário do Desempenho

O resultado de equivalência patrimonial totalizou R\$12,7 milhões no primeiro trimestre de 2026, ante R\$16,9 milhões registrados no mesmo período de 2025, representando redução de 24,8%, reflexo da alienação dos investimentos na Celesc G.



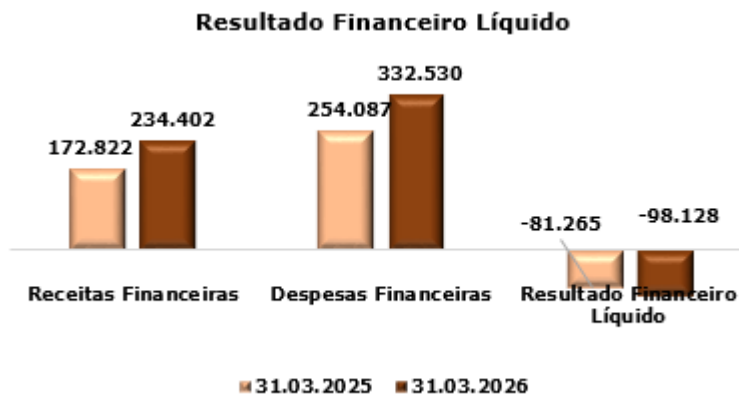
### 9.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado da Companhia no primeiro trimestre de 2026 foi negativo em R\$98,3 milhões, ante resultado negativo de R\$81,3 milhões registrado no mesmo período de 2025, representando um aumento de 20,8%.

Na Celesc D, o desempenho foi impactado, principalmente, pelo aumento das despesas com juros sobre debêntures, que totalizaram R\$108,7 milhões no primeiro trimestre de 2026, em comparação aos R\$79,6 milhões apurados no mesmo período do exercício anterior.

Adicionalmente, a Celesc D mantém operação de swap contratada para proteção (hedge) das 6ª e 7ª Emissões de Debêntures. Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos resultaram em receita financeira de R\$127,7 milhões e despesa financeira de R\$128,3 milhões, gerando impacto líquido negativo de R\$600 mil no resultado financeiro do período. No primeiro trimestre de 2025, o efeito líquido dessas operações havia sido positivo em R\$11,8 milhões.

Na Celesc G, o resultado financeiro do primeiro trimestre de 2026 foi positivo em R\$3,7 milhões, frente ao resultado positivo de R\$1,8 milhão registrado no mesmo período de 2025. Esse desempenho decorre, principalmente, do reconhecimento de receitas de juros relativas ao contrato de mútuo mantido com a Celesc D. Entretanto, para fins de consolidação das demonstrações financeiras, tais receitas são eliminadas.

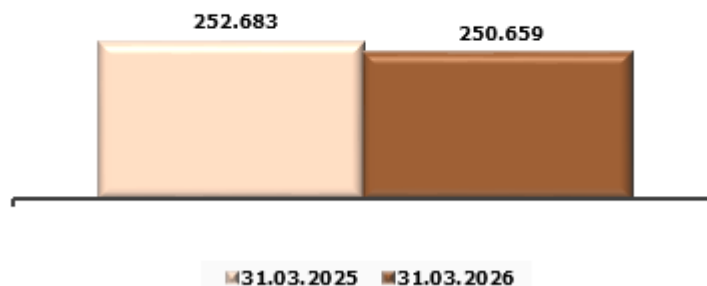


### 9.5. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no primeiro trimestre de 2026, um Lucro Líquido de R\$250,7 milhões, representando uma redução de 0,80% se comparado ao mesmo período de 2025, cujo valor foi de R\$252,7 milhões.

## Comentário do Desempenho

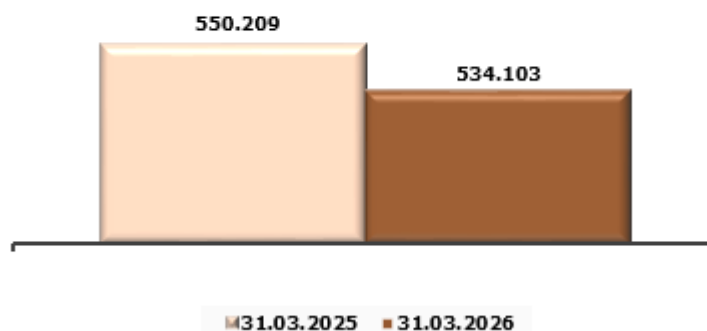
### Lucro Líquido



### 9.6. EBITDA

A Companhia divulga o EBITDA e o utiliza para medir o seu desempenho. Ele tem como base os valores apresentados nas demonstrações financeiras, não sendo excluídos quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas.

### Ebitda



A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – LAJIDA ou EBITDA está detalhada a seguir:

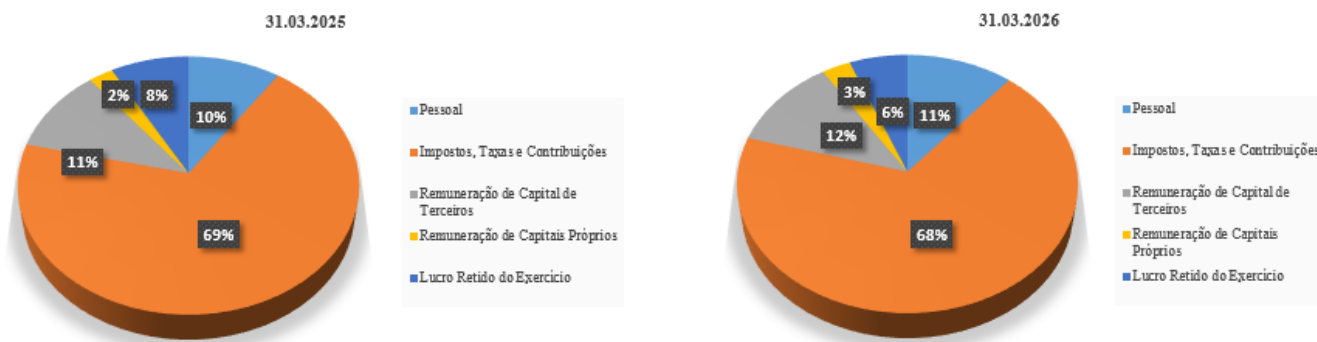
Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025
Lucro Líquido	250.659	252.683
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	82.930	125.062
Resultado Financeiro	98.128	81.265
Depreciação e Amortização	102.386	91.199
<b>EBITDA</b>	<b>534.103</b>	<b>550.209</b>

O EBITDA no primeiro trimestre de 2026, atingiu o valor de R\$534,1 milhões, aproximadamente, 2,9% inferior ao mesmo período de 2025, que foi de R\$550,2 milhões.

### 9.7. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições", "Remuneração do Capital de Terceiros" e "Remuneração do Capital Próprio", permanecendo uma parte como "Lucro Retido do Exercício", nas seguintes proporções:

## Comentário do Desempenho



### 9.8. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025
Liquidez Geral	0,84	0,84
Liquidez Corrente	1,08	1,28
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio	6,18%	6,71%
Endividamento Geral	71,37%	71,23%

No Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de março de 2026, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo de R\$324,3 milhões, com um índice de 1,08.

### 10. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

O indicador de inadimplência mede a proporção da receita faturada que não foi efetivamente recebida em determinado período. Seu cálculo considera a razão entre o valor total de inadimplência apurado e a Receita Operacional Bruta acumulada proveniente do fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia, disponibilização da rede elétrica e serviços taxados no mesmo período. Essa metodologia proporciona uma análise precisa das variações percentuais da inadimplência em relação à receita operacional.

Em 31 de março de 2026, a inadimplência de curto prazo — até 90 dias, período no qual se concentram a maior parte das ações de cobrança — apresentou redução de 4,37 pontos percentuais em relação ao ano anterior, passando de 15,82% para 11,45%. Por sua vez, a inadimplência acima de 90 dias registrou leve redução de 0,11 ponto percentual, variando de 1,50% para 1,35%.

No consolidado, a inadimplência total, quando comparada ao ano anterior, apresentou redução de 0,36 ponto percentual, passando de 2,41% para 2,05% da Receita Faturada Bruta.

O cálculo da inadimplência contempla as seguintes premissas:

**Indicador de Inadimplência até 90 dias:** compara as faturas inadimplentes vencidas até 90 dias com a ROB acumulada dos últimos 3 meses.

**Indicador de Inadimplência acima de 90 dias:** compara as faturas inadimplentes vencidas acima de 90 dias até o limite de 5 anos, com a ROB acumulada do 4º ao 60º mês.

**Indicador de Inadimplência Total:** compara todas as faturas inadimplentes vencidas até 5 anos com a ROB acumulada dos últimos 60 meses.

As tabelas a seguir demonstram a evolução da inadimplência da Celesc D:

## Comentário do Desempenho

Classes	Inadimplência até 90 dias										Variação 1T26/4T25
	1T25		2T25		3T25		4T25		1T26		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	374.386	<b>9,14%</b>	332.744	<b>9,20%</b>	266.708	<b>7,65%</b>	267.154	<b>6,74%</b>	324.889	<b>7,19%</b>	0,45 p.p
Industrial	57.805	<b>1,41%</b>	54.210	<b>1,50%</b>	45.302	<b>1,30%</b>	44.341	<b>1,12%</b>	40.144	<b>0,89%</b>	-0,23 p.p
Comercial	121.728	<b>2,97%</b>	113.731	<b>3,14%</b>	82.248	<b>2,36%</b>	79.742	<b>2,01%</b>	84.925	<b>1,88%</b>	-0,13 p.p
Rural	39.129	<b>0,95%</b>	29.425	<b>0,81%</b>	23.542	<b>0,68%</b>	26.112	<b>0,66%</b>	29.803	<b>0,66%</b>	0,00 p.p
Poder Público	14.315	<b>0,35%</b>	10.283	<b>0,28%</b>	5.774	<b>0,17%</b>	8.144	<b>0,21%</b>	6.732	<b>0,15%</b>	-0,06 p.p
Iluminação Pública	6.607	<b>0,16%</b>	2.184	<b>0,06%</b>	286	<b>0,01%</b>	308	<b>0,01%</b>	187	<b>0,00%</b>	-0,01 p.p
Serviço Público	2.864	<b>0,07%</b>	8.835	<b>0,24%</b>	2.127	<b>0,06%</b>	455	<b>0,01%</b>	2.779	<b>0,06%</b>	0,05 p.p
Suprimentos	615	<b>0,02%</b>	261	<b>0,01%</b>	1.449	<b>0,04%</b>	669	<b>0,02%</b>	201	<b>0,00%</b>	-0,02 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	22.283	<b>0,54%</b>	33.314	<b>0,92%</b>	14.430	<b>0,41%</b>	16.070	<b>0,41%</b>	16.333	<b>0,36%</b>	-0,05 p.p
Diversos Créditos	3.841	<b>0,09%</b>	5.929	<b>0,16%</b>	3.171	<b>0,09%</b>	2.490	<b>0,06%</b>	1.668	<b>0,04%</b>	-0,02 p.p
Serviço Taxado	172	<b>0,00%</b>	132	<b>0,00%</b>	315	<b>0,01%</b>	700	<b>0,02%</b>	596	<b>0,01%</b>	-0,01 p.p
Participação Financeira	4.401	<b>0,11%</b>	9.765	<b>0,27%</b>	4.647	<b>0,13%</b>	6.166	<b>0,16%</b>	9.383	<b>0,21%</b>	0,05 p.p
<b>Total</b>	<b>648.146</b>	<b>15,82%</b>	<b>600.813</b>	<b>16,61%</b>	<b>449.999</b>	<b>12,91%</b>	<b>452.351</b>	<b>11,41%</b>	<b>517.640</b>	<b>11,45%</b>	0,04 p.p
RFB Acumulada do 1º ao 3º mês em R\$/ Mil	<b>4.097.758</b>		<b>3.617.261</b>		<b>3.486.037</b>		<b>3.964.163</b>		<b>4.520.197</b>		

Classes	Inadimplência acima de 90 dias										Variação 1T26/4T25
	1T25		2T25		3T25		4T25		1T26		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	431.231	<b>0,71%</b>	541.153	<b>0,87%</b>	509.925	<b>0,80%</b>	493.283	<b>0,77%</b>	489.486	<b>0,76%</b>	-0,01 p.p
Industrial	120.090	<b>0,20%</b>	138.992	<b>0,22%</b>	115.573	<b>0,18%</b>	112.438	<b>0,18%</b>	112.860	<b>0,17%</b>	-0,01 p.p
Comercial	203.120	<b>0,33%</b>	248.773	<b>0,40%</b>	213.120	<b>0,34%</b>	205.917	<b>0,32%</b>	202.498	<b>0,31%</b>	-0,01 p.p
Rural	31.921	<b>0,05%</b>	46.611	<b>0,07%</b>	35.093	<b>0,06%</b>	31.958	<b>0,05%</b>	31.753	<b>0,05%</b>	0,00 p.p
Poder Público	35.788	<b>0,06%</b>	20.805	<b>0,03%</b>	9.207	<b>0,01%</b>	4.195	<b>0,01%</b>	2.706	<b>0,00%</b>	-0,01 p.p
Iluminação Pública	11.638	<b>0,02%</b>	4.627	<b>0,01%</b>	613	<b>0,00%</b>	223	<b>0,00%</b>	387	<b>0,00%</b>	0,00 p.p
Serviço Público	15.002	<b>0,02%</b>	7.787	<b>0,01%</b>	7.641	<b>0,01%</b>	1.785	<b>0,00%</b>	827	<b>0,00%</b>	0,00 p.p
Suprimentos	1.157	<b>0,00%</b>	0	<b>0,00%</b>	1.061	<b>0,00%</b>	1.940	<b>0,00%</b>	1.197	<b>0,00%</b>	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	10.933	<b>0,02%</b>	18.414	<b>0,03%</b>	9.820	<b>0,02%</b>	11.067	<b>0,02%</b>	10.976	<b>0,02%</b>	0,00 p.p
Diversos Créditos	35.286	<b>0,06%</b>	31.940	<b>0,05%</b>	28.678	<b>0,05%</b>	27.661	<b>0,04%</b>	23.587	<b>0,04%</b>	0,00 p.p
Serviço Taxado	4.307	<b>0,01%</b>	4.349	<b>0,01%</b>	4.198	<b>0,01%</b>	4.052	<b>0,01%</b>	7.200	<b>0,01%</b>	0,00 p.p
Participação Financeira	11.843	<b>0,02%</b>	15.283	<b>0,02%</b>	14.786	<b>0,02%</b>	15.706	<b>0,02%</b>	17.747	<b>0,03%</b>	0,01 p.p
<b>Total</b>	<b>912.316</b>	<b>1,50%</b>	<b>1.078.734</b>	<b>1,73%</b>	<b>949.715</b>	<b>1,50%</b>	<b>910.225</b>	<b>1,42%</b>	<b>901.225</b>	<b>1,39%</b>	-0,03 p.p
RFB Acumulada do 4º mês ao 60º mês em R\$/Mil	<b>60.673.882</b>		<b>62.370.135</b>		<b>63.525.985</b>		<b>64.009.710</b>		<b>64.683.034</b>		

Classes	Inadimplência Total										Variação 1T26/4T25
	1T25		2T25		3T25		4T25		1T26		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	805.617	<b>1,24%</b>	873.897	<b>1,32%</b>	776.633	<b>1,16%</b>	760.437	<b>1,12%</b>	814.376	<b>1,18%</b>	0,06 p.p
Industrial	177.895	<b>0,27%</b>	193.202	<b>0,29%</b>	160.875	<b>0,24%</b>	156.779	<b>0,23%</b>	153.004	<b>0,22%</b>	-0,01 p.p
Comercial	324.848	<b>0,50%</b>	362.504	<b>0,55%</b>	295.368	<b>0,44%</b>	285.660	<b>0,42%</b>	287.424	<b>0,42%</b>	0,00 p.p
Rural	71.050	<b>0,11%</b>	76.036	<b>0,12%</b>	58.635	<b>0,09%</b>	58.070	<b>0,09%</b>	61.556	<b>0,09%</b>	0,00 p.p
Poder Público	50.103	<b>0,08%</b>	31.088	<b>0,05%</b>	14.981	<b>0,02%</b>	12.338	<b>0,02%</b>	9.438	<b>0,01%</b>	-0,01 p.p
Iluminação Pública	18.245	<b>0,03%</b>	6.811	<b>0,01%</b>	899	<b>0,00%</b>	531	<b>0,00%</b>	575	<b>0,00%</b>	0,00 p.p
Serviço Público	17.866	<b>0,03%</b>	16.622	<b>0,03%</b>	9.768	<b>0,01%</b>	2.240	<b>0,00%</b>	3.607	<b>0,01%</b>	0,01 p.p
Suprimentos	1.772	<b>0,00%</b>	261	<b>0,00%</b>	2.510	<b>0,00%</b>	2.608	<b>0,00%</b>	1.398	<b>0,00%</b>	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	33.216	<b>0,05%</b>	51.728	<b>0,08%</b>	24.250	<b>0,04%</b>	27.137	<b>0,04%</b>	27.309	<b>0,04%</b>	0,00 p.p
Diversos Créditos	39.127	<b>0,06%</b>	37.870	<b>0,06%</b>	31.849	<b>0,05%</b>	30.151	<b>0,04%</b>	25.255	<b>0,04%</b>	0,00 p.p
Serviço Taxado	4.479	<b>0,01%</b>	4.481	<b>0,01%</b>	4.513	<b>0,01%</b>	4.752	<b>0,01%</b>	7.796	<b>0,01%</b>	0,00 p.p
Participação Financeira	16.244	<b>0,03%</b>	25.048	<b>0,04%</b>	19.433	<b>0,03%</b>	21.872	<b>0,03%</b>	27.130	<b>0,04%</b>	0,01 p.p
<b>Total</b>	<b>1.560.462</b>	<b>2,41%</b>	<b>1.679.547</b>	<b>2,55%</b>	<b>1.399.714</b>	<b>2,09%</b>	<b>1.362.576</b>	<b>2,00%</b>	<b>1.418.865</b>	<b>2,05%</b>	0,05 p.p
RFB Acumulada do 1º mês ao 60º mês em R\$/Mil	<b>64.771.640</b>		<b>65.987.396</b>		<b>67.012.022</b>		<b>67.973.873</b>		<b>69.203.231</b>		

## 11. BALANÇO ENERGÉTICO

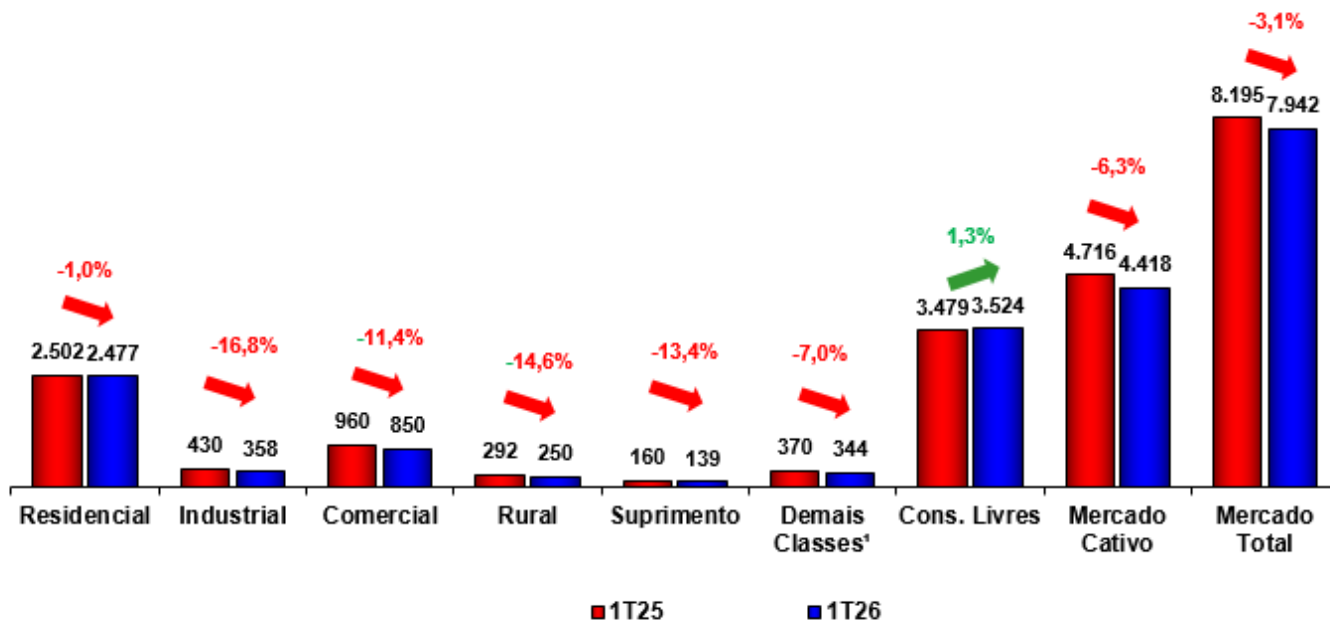
No primeiro trimestre de 2026, o mercado cativo da Celesc D apresentou uma redução de 6,3%, comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 4,418 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, também houve queda no consumo de energia elétrica, nesse caso, de 3,1%, atingindo 7.942 GWh.

O consumo livre na área de concessão da Celesc D aumentou 1,3%, passando de 3.479 GWh para 3.524 GWh, comparando os períodos analisados.

No gráfico, a seguir, podem ser observados os valores de consumo em GWh de cada classe no mercado

## Comentário do Desempenho

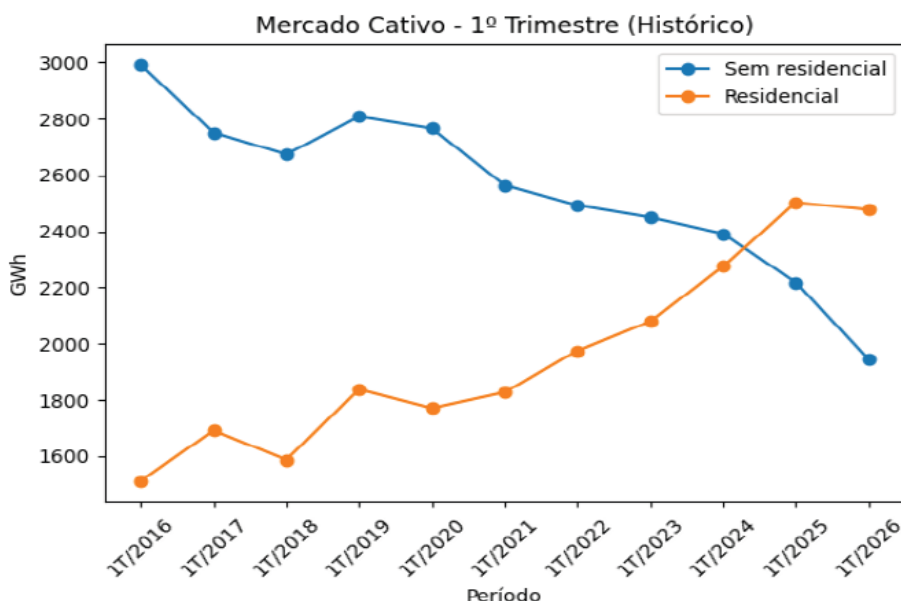
cativo, bem como do mercado total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

O mercado cativo sem residencial (industrial, comercial, rural, suprimento e demais classes) tem tendência de queda histórica pela migração desses consumidores para o mercado livre. O mercado residencial depende do crescimento populacional e do clima. Em 2026, o verão teve temperaturas mais amenas em relação a 2025.

A retração observada no primeiro trimestre de 2026 reflete, majoritariamente, um efeito base elevado, decorrente do pico histórico registrado em 2025, especialmente no segmento residencial. Dessa forma, o movimento recente deve ser interpretado como uma normalização do consumo, e não como uma mudança estrutural de tendência.



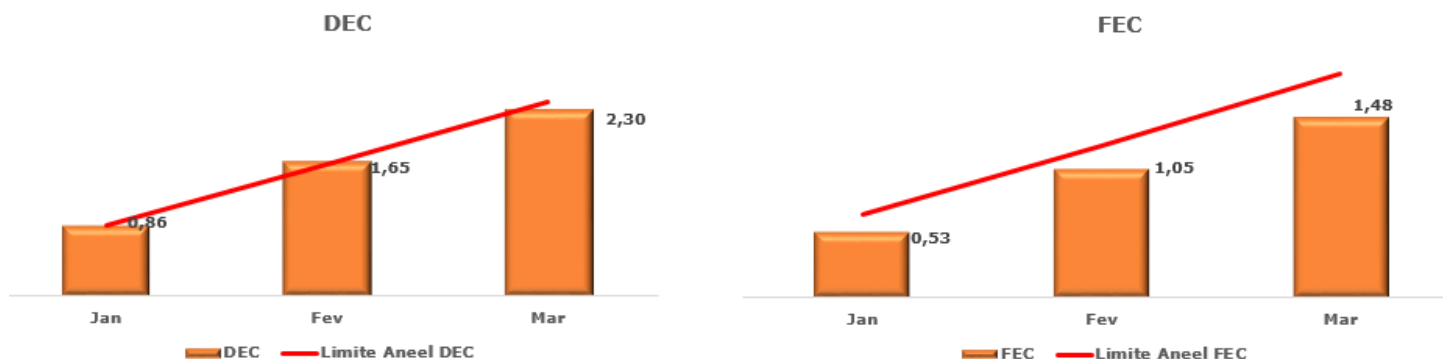
**Comentário do Desempenho**

**13. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA**

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA										
Descrição	2026		2025		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	1º Trim 2026	Acum 2026	1º Trim 2025	Acum 2025	1º Trim 26-25	Acum 26-25
<b>Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil</b>										
Residencial	2.094.652	2.094.652	1.920.329	1.920.329	56,3%	56,3%	55,1%	55,1%	9,1%	9,1%
Industrial	340.835	340.835	337.066	337.066	9,2%	9,2%	9,7%	9,7%	1,1%	1,1%
Comercial	793.629	793.629	789.021	789.021	21,3%	21,3%	22,6%	22,6%	0,6%	0,6%
Rural	219.808	219.808	202.096	202.096	5,9%	5,9%	5,8%	5,8%	8,8%	8,8%
Poder Público	115.778	115.778	104.246	104.246	3,1%	3,1%	3,0%	3,0%	11,1%	11,1%
Iluminação Pública	67.582	67.582	48.736	48.736	1,8%	1,8%	1,4%	1,4%	38,7%	38,7%
Serviço Público	50.787	50.787	52.427	52.427	1,4%	1,4%	1,5%	1,5%	-3,1%	-3,1%
Suprimento	38.222	38.222	29.733	29.733	1,0%	1,0%	0,9%	0,9%	28,6%	28,6%
<b>TOTAL</b>	<b>3.721.293</b>	<b>3.721.293</b>	<b>3.483.654</b>	<b>3.483.654</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>6,8%</b>	<b>6,8%</b>
<b>Consumo por Classe em MWh</b>										
Residencial	2.476.631	2.476.631	2.502.491	2.502.491	56,1%	56,1%	53,1%	53,1%	-1,0%	-1,0%
Industrial	357.714	357.714	429.864	429.864	8,1%	8,1%	9,1%	9,1%	-16,8%	-16,8%
Comercial	850.399	850.399	960.003	960.003	19,2%	19,2%	20,4%	20,4%	-11,4%	-11,4%
Rural	249.729	249.729	292.480	292.480	5,7%	5,7%	6,2%	6,2%	-14,6%	-14,6%
Poder Público	136.194	136.194	143.164	143.164	3,1%	3,1%	3,0%	3,0%	-4,9%	-4,9%
Iluminação Pública	143.187	143.187	149.486	149.486	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	-4,2%	-4,2%
Serviço Público	65.065	65.065	77.783	77.783	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%	-16,4%	-16,4%
Suprimento	138.940	138.940	160.418	160.418	3,1%	3,1%	3,4%	3,4%	-13,4%	-13,4%
<b>TOTAL</b>	<b>4.417.859</b>	<b>4.417.859</b>	<b>4.715.689</b>	<b>4.715.689</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-6,3%</b>	<b>-6,3%</b>

**14. INDICADORES DE RESILIÊNCIA DA REDE**

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D acumulado no primeiro trimestre de 2026 foi de 2,31 horas, o que equivale a 96,3% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório (2,40). No mesmo período, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 1,51 interrupções, o que representou 81,6% do limite regulatório estabelecido (1,85).



**15. PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO**

No 5º Termo Aditivo da Celesc D, assinado em 2015, foi estabelecido que, nos primeiros cinco anos, a distribuidora deveria atingir metas relacionadas a indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade

## Comentário do Desempenho

econômica e financeira. O cumprimento dessas metas era uma condição para a confirmação da prorrogação da concessão e a distribuidora atendeu plenamente a esses requisitos.

O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória – QRR. As metas de qualidade são os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória – QRR.
- Conforme Nota Técnica ANEEL nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022, as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DEC <sup>1</sup>	FEC <sup>1</sup>	DEC	FEC	
2023	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR <sup>2</sup> } < 1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido
2024	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} < 1/1,11*SELIC	9,40	7,29	8,71	5,85	Atendido
2025	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} < 1/1,11*SELIC	9,17	7,09	8,38	5,30	Atendido

<sup>1</sup> DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

<sup>2</sup> QRR – Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira.

## 16. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 77: “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da



## **Comentário do Desempenho**

---

Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

### **17. AUDITORES INDEPENDENTES**

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 80, de 22 de março de 2022, anexo C, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG), com vigência até 15 de junho de 2026.

Florianópolis, 14 de maio de 2026.

A Administração

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO**

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025 (Reclassificado)	31.03.2026	31.12.2025 (Reclassificado)
<b>Circulante</b>		<b>525.811</b>	<b>456.222</b>	<b>4.263.640</b>	<b>3.848.163</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	77.879	77.708	286.625	418.813
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.909.567	2.723.359
IRPJ e CSLL a Recuperar	10.1	56.152	55.117	248.719	144.088
Tributos a Recuperar	10.2	-	-	200.332	205.994
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	11	391.457	322.901	13.179	14.292
Ativo Financeiro setorial	13	-	-	202.715	-
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	46.335	45.542
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	20.303	19.956
Outros	21	323	496	321.765	276.119
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	12	-	-	14.100	-
<b>Não Circulante</b>		<b>3.982.458</b>	<b>3.808.554</b>	<b>10.203.813</b>	<b>9.982.868</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>92.906</b>	<b>88.194</b>	<b>4.456.400</b>	<b>4.408.816</b>
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	18.696	21.672
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	-	-	94.436	69.258
Tributos Diferidos	17	-	-	577.788	560.035
Tributos a Recuperar	10.2	-	-	287.632	302.084
Depósitos Judiciais	29	92.698	87.986	404.052	392.626
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	1.422.859	1.237.107
Ativo Financeiro setorial	13	-	-	207.960	273.140
Ativo Financeiro -Bonificação de Outorga	13.2	-	-	344.440	339.113
Ativo Financeiro -Indenização Usina Pery	14.3	-	-	156.694	154.241
Ativo de Contrato	15	-	-	917.600	1.037.521
Outros	21	208	208	24.243	22.019
<b>Investimentos</b>	18	<b>3.889.420</b>	<b>3.720.171</b>	<b>308.809</b>	<b>314.579</b>
<b>Imobilizado</b>	19	<b>132</b>	<b>189</b>	<b>216.225</b>	<b>218.574</b>
<b>Intangível</b>	20	-	-	<b>5.222.379</b>	<b>5.040.899</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.508.269</b>	<b>4.264.776</b>	<b>14.467.453</b>	<b>13.831.031</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

## Notas Explicativas

**BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO**

**Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
<b>Circulante</b>		<b>357.784</b>	<b>287.428</b>	<b>3.939.340</b>	<b>2.952.505</b>
Fornecedores	22	1.082	1.019	1.228.234	1.002.149
Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	401.647	296.582
Debêntures	24	-	-	670.715	176.656
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	-	-	82.719	90.607
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26	2.286	2.288	243.342	228.829
IRPJ e CSLL a Recolher	27	1.033	3.958	101.555	21.615
Demais Tributos a Recolher	27	16.248	14.990	365.771	330.696
Dividendos e JCP Declarados	33.3	331.351	261.382	331.351	261.382
Taxas Regulamentares	28	-	-	53.880	71.723
Passivo de Arrendamento	19	135	190	1.601	2.863
Benefícios a Empregados	30	-	-	153.963	153.963
Passivo Financeiro Setorial	13	-	-	-	80.584
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	31	-	-	93.649	58.483
Outros	32	5.649	3.601	210.913	176.373
<b>Não Circulante</b>		<b>8.978</b>	<b>8.883</b>	<b>6.386.606</b>	<b>6.910.061</b>
Tributos a Recolher	27	-	-	15.123	15.123
Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	1.492.823	1.561.793
Debêntures	24	-	-	2.492.802	2.970.715
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26	-	-	29.813	2.917
Tributos Diferidos	17	-	-	114.674	111.200
Taxas Regulamentares	28	-	-	95.853	81.516
Passivo de Arrendamento	19	-	-	10.004	10.250
Provisão para Contingências	29	8.978	8.883	311.289	307.482
Benefícios a Empregados	30	-	-	1.582.798	1.579.411
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	31	-	-	241.427	269.654
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>33</b>	<b>4.141.507</b>	<b>3.968.465</b>	<b>4.141.507</b>	<b>3.968.465</b>
Capital Social	33.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	33.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	33.2	2.548.038	2.548.038	2.548.038	2.548.038
Ajuste de Avaliação Patrimonial	33.4	(1.231.793)	(1.231.656)	(1.231.793)	(1.231.656)
Lucros Acumulados		173.179	-	173.179	-
Reservas à disposição dos Acionistas	33.3	171.767	171.767	171.767	171.767
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>4.508.269</b>	<b>4.264.776</b>	<b>14.467.453</b>	<b>13.831.031</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

**Notas Explicativas**

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

**Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>34</b>	-	-	<b>3.498.747</b>	<b>2.977.531</b>
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	<b>34</b>	-	-	<b>(2.901.940)</b>	<b>(2.356.599)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		-	-	<b>596.807</b>	<b>620.932</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>255.179</b>	<b>253.494</b>	<b>(165.090)</b>	<b>(161.922)</b>
Despesas com Vendas	34	-	-	(29.213)	(28.644)
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	34	-	-	(38.073)	(69.255)
Despesas Gerais e Administrativas	34	(7.473)	(7.210)	(195.900)	(163.737)
Outras Receitas	34	4.826	4.567	105.326	98.985
Outras Despesas	34	(493)	(1.106)	(19.993)	(16.242)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	258.319	257.243	12.763	16.971
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>255.179</b>	<b>253.494</b>	<b>431.717</b>	<b>459.010</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>34</b>	<b>(3.487)</b>	<b>(811)</b>	<b>(98.128)</b>	<b>(81.265)</b>
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>251.692</b>	<b>252.683</b>	<b>333.589</b>	<b>377.745</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>17</b>	<b>(1.033)</b>	-	<b>(82.930)</b>	<b>(125.062)</b>
Corrente		(1.033)	-	(97.211)	(65.566)
Diferido		-	-	14.281	(59.496)
<b>Lucro Líquido do Período</b>		<b>250.659</b>	<b>252.683</b>	<b>250.659</b>	<b>252.683</b>
<b>Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Período (expresso em R\$ por ação)</b>					
<b>Resultado Básico por Ação</b>	<b>33</b>				
Ações Ordinárias Nominativas		6,1322	6,1817	6,1322	6,1817
Ações Preferenciais Nominativas		6,7454	6,7999	6,7454	6,7999
<b>Resultado Diluído por Ação</b>	<b>33</b>				
Ações Ordinárias Nominativas		6,1322	6,1817	6,1322	6,1817
Ações Preferenciais Nominativas		6,7454	6,7999	6,7454	6,7999

**As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.**



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>34</b>	<b>250.659</b>	<b>252.683</b>	<b>250.659</b>	<b>252.683</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA)</b>		-	-	-	-
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>					
Remensuração do Passivo de Benefício Definido, Líquido de Tributos	33.6	-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>250.659</b>	<b>252.683</b>	<b>250.659</b>	<b>252.683</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Outras Reservas de Lucro	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
							Controladora/Consolidado				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>351.611</b>	<b>2.196.427</b>	<b>171.767</b>	<b>11.782</b>	<b>(1.106.177)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>-</b>	<b>3.968.465</b>
<b>Transações de Capital com Acionistas</b>											
Juros sobre Capital Próprio	33.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.617)	(77.617)
<b>Resultado Abrangente Total</b>											
Lucro Líquido do Período	34	-	-	-	-	-	-	-	-	250.659	250.659
Realização do Custo Atribuído	33.6	-	-	-	-	-	(137)	-	-	137	-
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>		<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>351.611</b>	<b>2.196.427</b>	<b>171.767</b>	<b>11.645</b>	<b>(1.106.177)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>173.179</b>	<b>4.141.507</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>315.136</b>	<b>1.958.512</b>	<b>77.290</b>	<b>12.339</b>	<b>(1.035.053)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>-</b>	<b>3.671.279</b>
<b>Transações de Capital com Acionistas</b>											
Juros Sobre Capital Próprio	33.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.128)	(60.128)
<b>Resultado Abrangente Total</b>											
Lucro Líquido do Período	34	-	-	-	-	-	-	-	-	252.683	252.683
Realização do Custo Atribuído	33.4	-	-	-	-	-	(139)	-	-	139	-
<b>Saldos em 31 de março de 2025</b>		<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>315.136</b>	<b>1.958.512</b>	<b>77.290</b>	<b>12.200</b>	<b>(1.035.053)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>192.694</b>	<b>3.863.834</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**

Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
<b>Lucro Líquido de Período</b>		<b>250.659</b>	<b>252.683</b>	<b>250.659</b>	<b>252.683</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa (Aplicado nas) Gerado Pelas atividades operacionais</b>		<b>(258.044)</b>	<b>(278.840)</b>	<b>403.248</b>	<b>331.941</b>
Depreciação e Amortização	19	550	553	102.386	91.200
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	19	-	-	14.545	22.948
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	(258.319)	(257.243)	(12.763)	(16.971)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	15	-	-	(14.967)	(13.832)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	15	-	-	267	1.485
Juros e Variações Monetárias		(1.308)	(1.554)	185.805	156.207
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	29	-	(20.596)	913	(102.230)
Despesas Atuariais	30	-	-	31.481	36.563
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	19	-	-	187	92
Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	25	-	-	607	(11.790)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	38.073	69.255
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	34.1	-	-	(26.216)	(26.048)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		1.033	-	82.930	125.062
<b>(Aumento) Redução nos Ativos</b>		<b>(4.167)</b>	<b>29.469</b>	<b>(469.678)</b>	<b>(357.169)</b>
Contas a Receber	9	-	-	(214.843)	(566.038)
Tributos a Recuperar		(1.035)	8.143	(80.462)	(20.158)
Depósitos Judiciais		(3.305)	21.155	(3.916)	55.744
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	(116.128)	197.379
Outras Variações nos Ativos		173	171	(54.329)	(24.096)
<b>Aumento (Redução) nos Passivos</b>		<b>(4.036)</b>	<b>(12.478)</b>	<b>295.486</b>	<b>(53.275)</b>
Fornecedores		63	(781)	226.085	18.261
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		(2)	101	41.409	(2.419)
Tributos a Recolher		(6.145)	(11.753)	112.848	83.312
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(84.695)	(24.390)
Taxas Regulamentares		-	-	(6.223)	6.221
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	(384)	(464)
Benefícios a Empregados		-	-	(28.094)	(49.785)
Bônus Itaipu		-	-	-	(52.589)
Outras Variações no Passivo		2.048	(45)	34.540	(31.422)
Juros Pagos	24.7	(4)	(4)	(134.110)	(87.961)
IR e CSSL Pagos		(4.203)	(460)	(106.747)	(55.019)
<b>Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades Operacionais</b>		<b>(19.795)</b>	<b>(9.630)</b>	<b>238.858</b>	<b>31.200</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>					
Adições Ativo Imobilizado	19	-	-	(1.450)	(7.388)
Adições Ativo Intangível		-	-	(49)	-
Adições Ativo de Contrato	15	-	-	(345.265)	(238.349)
Dividendos e JCP Recebidos		20.021	11.677	5.053	1.738
<b>Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades de Investimento</b>		<b>20.021</b>	<b>11.677</b>	<b>(341.711)</b>	<b>(243.999)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>					
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	80.147	-
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	(69.382)	(218)
Amortização de Derivativos	25	-	-	(38.468)	(10.653)
Pagamento de Debêntures	24	-	-	-	(38.372)
Pagamento Passivo de Arrendamento	20	(55)	(61)	(1.632)	(2.117)
<b>Caixa Líquido (utilizado nas) Atividades de Financiamento</b>		<b>(55)</b>	<b>(61)</b>	<b>(29.335)</b>	<b>(51.360)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido (a) de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>171</b>	<b>1.986</b>	<b>(132.188)</b>	<b>(264.159)</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>	8	<b>77.708</b>	<b>96.878</b>	<b>418.813</b>	<b>1.019.482</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	8	<b>77.879</b>	<b>98.864</b>	<b>286.625</b>	<b>755.323</b>
<b>Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>171</b>	<b>1.986</b>	<b>(132.188)</b>	<b>(264.159)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
<b>Receitas</b>	<b>34</b>	<b>6.149</b>	<b>5.838</b>	<b>5.624.413</b>	<b>4.678.234</b>
Receita de Contrato com Clientes		-	-	5.200.996	4.392.608
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	346.727	245.737
Outras Receitas		6.149	5.838	114.763	109.144
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa - PECLD		-	-	(38.073)	(69.255)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>34</b>	<b>(2.221)</b>	<b>(2380)</b>	<b>(2.928.984)</b>	<b>(2.419.266)</b>
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(2.468.168)	(2.076.057)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(2.221)	(2380)	(460.816)	(343.209)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>3.928</b>	<b>3.458</b>	<b>2.695.429</b>	<b>2.258.968</b>
Depreciação, Amortização		(550)	(553)	(102.573)	(91.291)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>		<b>3.378</b>	<b>2.905</b>	<b>2.592.856</b>	<b>2.167.677</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		<b>263.423</b>	<b>263.500</b>	<b>261.284</b>	<b>201.126</b>
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial	18	258.319	257.243	12.763	16.971
Receitas Financeiras	34	5.104	6.257	248.360	183.851
Outras Receitas		-	-	161	304
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>		<b>266.801</b>	<b>266.405</b>	<b>2.854.140</b>	<b>2.368.803</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>	<b>26</b>	<b>(4.724)</b>	<b>(4.839)</b>	<b>(317.810)</b>	<b>(228.017)</b>
Remuneração Direta		(4.207)	(4.362)	(231.305)	(143.554)
Benefícios		(222)	(222)	(78.080)	(75.721)
FGTS		(295)	(255)	(8.425)	(8.742)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>27</b>	<b>(11.270)</b>	<b>(8.398)</b>	<b>(1.952.646)</b>	<b>(1.635.778)</b>
Federais		(10.752)	(7.891)	(1.198.883)	(958.263)
Estaduais		-	-	(750.650)	(674.315)
Municipais		(518)	(507)	(3.113)	(3.200)
<b>Remuneração de Capital de Terceiros</b>	<b>34</b>	<b>(148)</b>	<b>(485)</b>	<b>(333.025)</b>	<b>(252.325)</b>
Juros		(148)	(481)	(330.608)	(249.497)
Aluguéis		-	(4)	(2.417)	(2.828)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>33</b>	<b>(250.659)</b>	<b>(252.683)</b>	<b>(250.659)</b>	<b>(252.683)</b>
Juros s/ Capital Próprio - JCP		(77.617)	(60.128)	(77.617)	(60.128)
Lucro Retido do Período		(173.042)	(192.555)	(173.042)	(192.555)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>(266.801)</b>	<b>(266.405)</b>	<b>(2.854.140)</b>	<b>(2.368.803)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc, Companhia ou Controladora, e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o Grupo) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Foi fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955. Em 29 de setembro de 2006, com o processo de desverticalização, as atividades de distribuição e geração de energia foram repassadas às suas subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração, respectivamente, constituídas como sociedades anônimas de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual de Santa Catarina nº 13.570/2005.

Tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado de R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Celesc, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

**2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS****2.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D**

Em 22 de julho de 1999, foi assinado o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamentava a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 9 de dezembro de 2015, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando a concessão por mais 30 anos, até 2045.

A Celesc D, subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo total ou parcialmente 285 municípios, com um total de 3.616.763 unidades consumidoras. Desses, 264 municípios estão incluídos no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná), enquanto 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, devido à inexistência de rede da concessionária titular.

Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que operam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

**2.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G**

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração de energia em parcerias com investidores privados.

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, todas em operação comercial. Também possui, em operação comercial, nove empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no Estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais três empreendimentos de geração de fonte hídrica desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no Estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 139,01MW, sendo 130,27MW referentes ao parque próprio, destes 116,27MW de fonte hídrica e 14MW de fonte solar, e 8,74MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

A Celesc G conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota de suas centrais geradoras. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

### a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053***	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	09/11/2053***	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	06/01/2053***	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053***	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	09/11/2053***	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	03/06/2039***	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
CGH Maruim	São José/SC	(*)	1,00	0,65	(**)
<b>Total</b>			<b>116,27</b>	<b>70,81</b>	

(\*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(\*\*) Não se aplica.

(\*\*\*) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.

### b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
UFV Modelo	Modelo/SC	set/2024	2,50
UFV Videira	Videira/SC	out/2024	1,00
UFV Capivari de Baixo/SC	Capivari de Baixo/SC	jun/2025	3,00
UFV Modelo II	Modelo/SC	out/2025	1,00
UFV Modelo III	Modelo/SC	out/2025	1,00
<b>Total</b>			<b>14,00</b>

## Notas Explicativas

### c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha***	Passos Maia/SC	02/10/2045*	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	28/04/2046*	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	18/07/2048**	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
<b>Total</b>			<b>22,18</b>	<b>12,46</b>		<b>8,74</b>	<b>4,89</b>

(\*) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.

(\*\*) A Resolução Homologatória nº 3.439/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão da usina listada.

(\*\*\*) Está em processo de alienação, conforme comunicado enviado ao mercado em 22.01.2026 (NE 12).

#### 2.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

##### a) Ampliação da CGH Caveiras

A CGH Caveiras, em operação desde 1949, está localizada no município de Lages/SC e possui capacidade instalada de 3,83 MW. O projeto de ampliação prevê um novo circuito de geração, contemplando canal de aproximação, tomada d'água, conduto forçado e casa de força com duas novas unidades geradoras do tipo turbina Francis simples. Com a ampliação, a usina chegará à capacidade instalada de 9,4 MW.

O projeto já possui o Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo – DRS-PCH o nº 1.102/2022, bem como a LAI – Licença Ambiental de Instalação, obtida junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o IMA.

A energia decorrente do projeto de ampliação foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2025/A-5, com tarifa atual de R\$402,77/MWh pelo prazo de 20 anos. O restante da energia do empreendimento será destinado ao ambiente de comercialização livre.

Em 25 de março de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME), por meio da Portaria SNTEP/MME nº 3.118, emitiu a Outorga do projeto de ampliação, permitindo a implantação do empreendimento.

##### b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC, possui 6,28 MW de potência instalada e está em operação desde 1914. O projeto de ampliação prevê novo circuito adutor, paralelo ao existente, a construção de uma nova casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, o que viabilizará incremento de 23MW à potência atual, totalizando a capacidade instalada em 29,28 MW.

Por ser uma usina que opera no regime de cotas, os procedimentos regulatórios para aprovação do Projeto de Ampliação seguem o PRORET 12.4 Ampliações em Instalações de Geração e a Portaria nº 418/2013 do Ministério de Minas e Energia (MME). Em 04 de março de 2026, o MME, por meio da Portaria nº 903, emitiu a Outorga do projeto de ampliação, permitindo a implantação do empreendimento.

Por meio da Portaria, foram definidos (i) o Custo de Gestão dos Ativos de Geração referente à ampliação (GAG Ampliação - inicial) no valor de R\$ 43,7milhões/ano, na data-base de 1º de outubro de 2025; e (ii) a Tarifa Inicial da GAG Ampliação no valor R\$ 403,87/MWh, considerando o acréscimo de 12,36MW médios de garantia física à data-base de 1º de outubro de 2025.

A Companhia já possui financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

##### c) Ampliação da Usina Cedros e Construção da CGH Pinhal

A Usina Cedros, localizada no município de Rio dos Cedros, possui potência instalada de 8,4 MW e está em operação desde 1949. Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de ampliação da geração por meio da instalação de nova unidade geradora na casa de força existente e possibilidade de aproveitamento energético na barragem do Pinhal, integrante do complexo da usina. Contudo, à época,

## Notas Explicativas

o projeto não avançou em razão das incertezas relacionadas ao término das concessões.

Em 2023, foram contratadas a revisão dos estudos hidrológicos e as análises hidroenergéticas, que indicaram a viabilidade da construção de uma CGH na barragem do Pinhal, com potência instalada de 400 kW, sendo uma unidade geradora do tipo Kaplan, bem como a instalação de nova unidade geradora de 10,2 MW na casa de força da Usina Cedros.

Em 2025, foi iniciada a consolidação do Projeto Básico do empreendimento, com previsão de conclusão em 2026, etapa que subsidiará as avaliações e aprovações necessárias para a implantação da ampliação.

### **d) Ampliação da Usina Palmeiras, por meio da Construção da CGH Rio Bonito**

A Usina Palmeiras, localizada no município de Rio dos Cedros, com potência instalada de 24,6 MW e em operação desde 1963, possui no seu complexo a barragem do Rio Bonito, responsável pela regularização das vazões do rio.

Estudos iniciados em 2010 avaliaram a ampliação do complexo por meio da motorização das vazões da barragem, porém os resultados não se mostraram viáveis à época. Em 2023, os estudos hidrológicos e hidroenergéticos foram revisados e, em 2024 ocorreu a consolidação do projeto básico.

Em 2025, os estudos realizados e o detalhamento do projeto, incluindo estudo de motorização e arranjo geral do empreendimento, resultaram em uma configuração com potência instalada de 0,50 MW para o empreendimento.

As próximas etapas dizem respeito às tratativas ambientais e regulatórias visando a viabilização da construção da ampliação da Usina.

### **f) Aquisição de Projeto de PCH**

Em 2025, a Companhia adquiriu o projeto da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Canoas, a ser implantada entre os municípios de Curitibaanos e São José do Cerrito, no Planalto Catarinense, com potência instalada prevista de 30 MW e investimento estimado em aproximadamente R\$300,0 milhões.

O empreendimento, adquirido da multinacional norueguesa Statkraft Energias Renováveis, operará em cascata com a Usina Pery, também operada pela Companhia, o que permitirá um trabalho coordenado entre os ativos, otimizando a geração, os custos de manutenção e fortalecendo a segurança operacional.

O projeto já possui Licença Ambiental Prévia (LAP), emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), e Documento de Registro e Seleção (DRS-PCH), concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A consolidação do Projeto Básico e os estudos para obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LAI) foram iniciados no primeiro trimestre de 2026.

## **2.2.2. Desinvestimento em Participações Minoritárias**

### **a) Alienação da Companhia Energética Rondinha S.A.**

A Celesc G possuía 32,5% de participação acionária na Companhia Energética Rondinha S.A., empresa geradora de energia elétrica por meio da PCH Rondinha, localizada em Passos Maia/SC, com 9,6MW de potência instalada. O investimento é contabilizado no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 22 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da Celesc aprovou a alienação da sua participação acionária na geradora. A decisão decorre de proposta apresentada pelo Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - FIP Pirineus, sócio da Celesc Geração na referida companhia e titular de 67,50% do respectivo capital social.

## Notas Explicativas

### 2.2.3. Novos Negócios

#### Expansão da rede de Eletropostos

O projeto Eletroposto Celesc, desenvolvido pela controlada no Grupo Celesc, a Celesc D, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, representa a maior iniciativa em oferta de recarga pública para veículos elétricos no estado de Santa Catarina.

O projeto, que começou em 2015, teve como principal resultado a criação do Corredor Elétrico Catarinense, que cobre mais de 1.500 km de extensão do território de Santa Catarina com estações de recarga de veículos elétricos.

Além disso, culminou com a criação de uma estratégia para gestão da demanda das estações de recarga, incorporando o uso de energia renovável, e um modelo de negócio para oferecer serviços de recarga de veículos elétricos.

O corredor elétrico implantado nas primeiras fases do projeto conta com 38 estações distribuídas em 28 municípios.

### 2.3. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação no Capital Total
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,50%

### 2.4. Assuntos Regulatórios e Tributários

#### 2.4.1. Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradual dos tributos atualmente vigentes (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo modelo ocorrerá de forma gradual entre os exercícios de 2026 e 2033, conforme regulamentação iniciada pela Lei Complementar Federal nº 214/2025.

A Companhia vem acompanhando a evolução normativa da Reforma Tributária e avaliando seus possíveis impactos sobre operações, sistemas e processos. Nesse contexto, no período, foram publicados os regulamentos da CBS e do IBS, cujas normas comuns apresentam redação substancialmente convergente. Apesar da edição desses regulamentos, não houve alteração nos critérios adotados pela Companhia para identificação e divulgação de informações relevantes relacionadas à Reforma Tributária.

## Notas Explicativas

Na data de encerramento deste trimestre, não é possível mensurar de forma confiável os efeitos financeiros da Reforma Tributária sobre a posição patrimonial, o resultado e os fluxos de caixa da Companhia, em razão do estágio atual de regulamentação e das incertezas remanescentes. Eventuais impactos serão reconhecidos e divulgados oportunamente, à medida que houver maior definição normativa.

### 2.4.2. Ambiente Regulatório da Celesc D

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### a) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2025

A partir de 22 de agosto de 2025, entrou em vigor o Reajuste Tarifário Anual da Celesc D. O referido reajuste resultou em um efeito médio de 13,53% nas tarifas aplicadas aos consumidores, sendo 15,80% em média para consumidores atendidos em alta tensão e 12,41% em média para consumidores conectados em baixa tensão.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens dos reajustes tarifários de 2024 e 2025:

Participação no Reajuste Tarifário 2025 (Resolução Homologatória ANEEL nº 3.511/2025)			Participação no Reajuste Tarifário 2024
Parcela A	Encargos Setoriais	7,86%	-1,21%
	Custos de Transmissão	0,72%	-2,72%
	Compra de Energia	1,30%	0,78%
	Receitas Irrecuperáveis	0,09%	0,03%
	<b>Total Parcela A</b>	<b>9,97%</b>	<b>-3,12%</b>
Parcela B	<b>Total Parcela B</b>	<b>1,04%</b>	<b>0,55%</b>
<b>Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE</b>		<b>11,01%</b>	<b>-2,57%</b>
Componentes Financeiros do Processo Atual		0,41%	-1,07%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		2,11%	6,66%
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores</b>		<b>13,53%</b>	<b>3,02%</b>

#### b) Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, estabelecido pela ANEEL, sinaliza possíveis acréscimos na conta de energia conforme as condições de geração elétrica, permitindo ajustar os custos da geração de energia de forma dinâmica.

De janeiro a março de 2026, devido às condições favoráveis de geração de energia, a bandeira tarifária foi verde, ou seja, sem acréscimo na fatura de energia.

Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D pela Agência reguladora referente ao primeiro trimestre de 2026, foram de R\$4,9 milhões, líquidos (R\$ 9,8 milhões a receber, contra R\$ 4,9 milhões pagos).

#### c) Medidas Provisórias nºs 1.300 e 1.304

Em 2025, foram publicadas as Medidas Provisórias nºs 1.300 e 1.304, posteriormente convertidas nas Leis nºs 15.235 e 15.269, introduzindo medidas de modernização do setor elétrico com impactos regulatórios e operacionais relevantes.

Entre as principais alterações, destacam-se a ampliação da Tarifa Social de Energia Elétrica, com gratuidade para famílias de baixa renda com consumo inferior a 80 kWh/mês, além da isenção das quotas da CDE para determinados consumidores inscritos no Cadastro Único, a partir de 1º de janeiro de 2026. Também foram abordados temas relacionados à abertura do mercado livre de energia, armazenamento de energia e curtailment, cuja implementação depende de regulamentação complementar. Paralelamente, o Projeto de Lei nº 2.987/2015 avançou com discussões sobre armazenamento de energia e indenizações por interrupções no fornecimento.

## Notas Explicativas

A Lei nº 15.269/2025 estabeleceu a abertura gradual do mercado livre para consumidores do Grupo B – Baixa Tensão, em até 24 meses para consumidores comerciais e industriais e em até 36 meses para os demais consumidores. A norma também criou a figura do Supridor de Última Instância e definiu mecanismos de compartilhamento dos efeitos financeiros da migração de consumidores ao mercado livre. Adicionalmente, foram introduzidas regras mais restritivas para a autoprodução por equiparação, preservando os direitos adquiridos já registrados na CCEE. No âmbito dos subsídios tarifários, a legislação limitou a concessão de descontos relacionados às fontes incentivadas para novos consumidores livres e estabeleceu teto para determinados subsídios da CDE, atualizado pelo IPCA, prevendo redução proporcional dos benefícios caso os limites sejam excedidos.

### **d) Geração Distribuída – Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025**

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) refere-se à energia ativa injetada na rede de distribuição por unidades consumidoras detentoras de microgeração ou minigeração distribuída (MMGD). Essa energia é cedida à distribuidora a título de empréstimo gratuito, gerando créditos de energia que poderão ser compensados futuramente com o consumo de energia elétrica ativa das respectivas unidades consumidoras participantes do sistema.

Nesse contexto, a obrigação da distribuidora está relacionada à disponibilização futura de energia equivalente àquela anteriormente injetada, nos termos da regulamentação setorial vigente estabelecida pela ANEEL.

A partir de 2024, com a abertura da Consulta Pública ANEEL nº 09/2024, foram avaliadas alternativas para o tratamento tarifário da energia injetada e não compensada. O processo resultou na Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025, onde ficou estabelecido que a energia injetada pelos consumidores com micro e minigeração distribuída (MMGD) e não compensada será deduzida da energia requerida junto à distribuidora, a partir dos processos tarifários de 2025, considerando como data de corte julho de 2024.

O tratamento definido não altera a relação comercial com os consumidores, mantendo a validade dos créditos por até 60 meses, os quais são compensados ou revertidos à modicidade tarifária, conforme a REN nº 1.000/2021 e a Lei nº 14.300/2022. A ANEEL deverá ainda regulamentar normas complementares sobre o tratamento contábil dos créditos anteriores à nova metodologia.

### **e) Base de Remuneração Regulatória – BRR**

A remuneração das distribuidoras de energia elétrica ocorre por meio da Base de Remuneração Regulatória (BRR), definida pela ANEEL, nos processos de Revisão Tarifária Periódica - RTP. Nesses processos são reconhecidos os investimentos prudentes realizados pela concessionária na prestação do serviço de distribuição.

No caso da Celesc D, o último ciclo de RTP ocorreu em 22 de agosto de 2021, ocasião em que foram considerados, para fins de composição da BRR, os investimentos realizados e contabilizados até fevereiro de 2021.

Assim, os investimentos realizados a partir de março de 2021 até fevereiro de 2026, serão objeto de avaliação regulatória e deverão ser incorporados à Base de Remuneração Regulatória no próximo processo de RTP, que ocorrerá em 22 de agosto de 2026.

Dessa forma, ao longo do exercício de 2026, parte relevante dos investimentos realizados pela Companhia irá ter reconhecimento tarifário no próximo ciclo revisional.

Uma vez reconhecidos pelo regulador, os ativos passam a compor a Base de Remuneração Regulatória e são remunerados por meio da aplicação da Taxa de Remuneração do Capital (*WACC – Weighted Average Cost of Capital*), bem como pela Quota de Reintegração Regulatória (QRR), correspondente à recuperação do capital investido ao longo da vida útil regulatória dos ativos.

Nesse contexto, a incorporação dos investimentos realizados no período entre os ciclos revisionais tende a ampliar significativamente a Base de Remuneração Regulatória da Celesc D no processo tarifário de 2026, refletindo a expansão e modernização da infraestrutura de distribuição e contribuindo para a sustentabilidade econômico-financeira da concessão.

## Notas Explicativas

### 2.4.3. Ambiente Regulatório da Celesc G

#### a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG

Em 22 de julho de 2025, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.506, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2025/2026, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$10,5 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados ao final do período de sua concessão anterior.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual	Receita Anual
	(R\$/mil) Ciclo 2025/2026	(R\$/mil) Ciclo 2024/2025
UHE Pery	30.016	28.643
UHE Garcia	14.244	13.512
UHE Bracinho	18.394	17.446
UHE Cedros	13.459	12.264
UHE Palmeiras	28.867	26.121
UHE Salto	9.524	8.884

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, são descritas a seguir:

### 3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e devem ser lidas em conjunto com as últimas Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do Grupo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de maio de 2026. Tal informação cumpre a exigência do item 17 do Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata de eventos subsequentes e está no Anexo "A" da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

### 3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

## Notas Explicativas

### 3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Na elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, a Administração fez uso de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis da Celesc e suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. As estimativas e os julgamentos contábeis se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas são as mesmas aplicadas as Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

## 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A base de preparação e as políticas contábeis materiais são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, publicada em 20 de março de 2026, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026, exceto a descrita no item 4.2.1.

### 4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
- ativos ou passivos líquidos, de um plano de benefício definido, reconhecidos em outros resultados abrangentes (VJORA).

### 4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações financeiras. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

#### 4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas no Balanço Patrimonial

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração do Balanço Patrimonial da Controladora e também do Consolidado e tendo em vista a interpretação conjunta do que estabelece os pronunciamentos técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada e Controlada e CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, observou-se, para fins de melhor divulgação, a necessidade de reclassificação do ágio pago na aquisição da participação acionária na ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. do grupo de Intangível para o grupo de Investimentos no Ativo, promovendo a devida comparação com os valores correspondentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 sob a mesma ótica. Tal mudança, no entanto teve efeito imaterial na referida demonstração.

### 4.3. Novos Requerimentos Atualmente em Vigor

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo CPC no Brasil.

## Notas Explicativas

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IFRS S1/IFRS S2	CBPS 01/CBPS 02	Divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima.	01/01/2026
IFRS 9 e IFRS 7	CPC 48 e CPC 40	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

### 4.4. Futuros Requerimentos

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo CPC no Brasil.

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IFRS 18	CPC 51	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	-	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB

## 5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### 5.1. Risco Financeiro

#### 5.1.1. Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de o Grupo incorrer em perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes de instrumentos financeiros, de suas obrigações contratuais. Esse risco está relacionado, principalmente, às contas a receber de clientes e às aplicações em instrumentos financeiros, podendo impactar o planejamento econômico-financeiro estabelecido pela Administração.

Para mensuração das perdas de crédito esperadas, o Grupo utiliza uma matriz de provisão como expediente prático, elaborada com base na experiência histórica de inadimplência, nas condições atuais e em estimativas razoáveis e fundamentadas de cenários econômicos futuros, considerando também as condições de mercado.

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	77.879	77.708	286.625	418.813
Contas a Receber de Clientes (b)	9,2	-	-	2.928.263	2.745.031
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (c)	13,2	-	-	390.775	384.655
Ativo Financeiro – Indenização Usina Pery (d)	14,3	-	-	176.997	174.197
Títulos e Valores Mobiliários (e)	21	208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (f)	14	-	-	1.422.859	1.237.107
Ativo Financeiro Setorial (g)	-	-	-	410.675	273.140
<b>Total</b>		<b>78.087</b>	<b>77.916</b>	<b>5.616.402</b>	<b>5.233.151</b>

- O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem *Rating* AAA.
- O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o ressarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração – RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.

## Notas Explicativas

- d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor atualizado do ressarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017 vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração - RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.
- e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.
- f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.
- g) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que a ANEEL homologa à Celesc D o direito incondicional de receber caixa do consumidor os custos não gerenciáveis, referentes a diferença entre os custos previstos no reajuste anual tarifário e os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

Descrição	NE	Consolidado	
		31.03.2026	31.03.2025
Perda efetiva no recebimento de créditos	9.2	(18.433)	(13.712)
<b>Total</b>		<b>(18.433)</b>	<b>(13.712)</b>

### 5.1.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, liquidados com caixa ou outros ativos financeiros. A gestão desse risco tem como objetivo assegurar que o Grupo disponha de recursos suficientes para honrar seus compromissos nos respectivos vencimentos, em condições normais ou adversas, sem incorrer em perdas relevantes ou comprometer sua reputação.

A administração do risco de liquidez é realizada por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados e realizados, bem como da análise do perfil de vencimento dos passivos financeiros. Os investimentos do Grupo são financiados, principalmente, por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras, sendo elaboradas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, além da aprovação anual do orçamento operacional e de capital pela Administração.

Adicionalmente, o Grupo mantém controles sobre o fluxo de caixa e níveis mínimos de disponibilidade, buscando otimizar o custo de captação, reduzir riscos de refinanciamento e assegurar a liquidez necessária.

O risco de liquidez considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência e o excesso de despesas e/ou investimentos para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos Passivos Financeiros não descontados em 31 de março de 2026.

Descrição	Taxas %						Consolidado	
		Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total valor Futuro (i)	Total Valor Contábil
Empréstimos CDI	CDI + 0,8% a	90.196	9.331	148.610	358.893	-	<b>607.030</b>	<b>577.019</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1,65% a.a.	27.778	-	-	-	-	<b>27.778</b>	<b>27.778</b>
Empréstimo G - BNDES	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	-	628	1.721	13.269	11.527	<b>27.145</b>	<b>21.666</b>
Debêntures D	CDI + 0,3% a 1,65% a.a.	-	28.726	620.497	875.556	232.516	<b>1.757.295</b>	<b>1.669.833</b>
Debêntures D	IPCA + 6,53 a 6,95% a.a.	8.842	11.603	-	452.589	1.154.354	<b>1.627.388</b>	<b>1.460.188</b>
Instrumento Financeiro	CDI -0,16 a 0,29 a.a.	-	-	83.808	-	-	<b>83.808</b>	<b>82.719</b>
Derivativos - Celesc D		25.136	24.626	110.817	591.023	942.057	<b>1.693.659</b>	<b>1.693.659</b>
Entidade de Previdência Privada	IPCA + 4,3% a.a.	-	3.753	3.296	27.856	-	<b>34.905</b>	<b>33.496</b>
Debêntures Celesc G		682.455	539.572	6.207	-	-	<b>1.228.234</b>	<b>1.228.234</b>
Fornecedores	CDI + 0,70% a 1,88% a.a.	120.254	-	35.422	381.791	1.762.057	<b>2.299.524</b>	<b>1.295.785</b>
BID		490	990	121	7.725	2.279	<b>11.605</b>	<b>11.605</b>
Passivo de Arrendamento								
<b>Total</b>		<b>955.151</b>	<b>619.229</b>	<b>1.010.499</b>	<b>2.708.702</b>	<b>4.104.790</b>	<b>9.398.371</b>	<b>8.101.982</b>

(i) Fontes: <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica

### 5.1.3. Risco de Mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de que variações em fatores de mercado, tais como taxas de juros, índices de inflação e taxas de câmbio, afetem o resultado do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. A gestão desse risco tem como objetivo monitorar e controlar as exposições dentro de limites aceitáveis, buscando mitigar potenciais impactos adversos.

Os empréstimos contratados pela Celesc D, no mercado nacional e internacional, bem como as debêntures emitidas pela Celesc G, possuem cláusulas contratuais atreladas a indexadores de mercado. Adicionalmente, a Celesc D utiliza instrumentos derivativos para proteção contra a volatilidade das taxas de juros, adotando contabilidade de *hedge* quando aplicável.

Em 31 de março de 2026, as principais exposições do Grupo estão relacionadas às variações do CDI, IPCA e SELIC, bem como à oscilação de índices de inflação. O risco cambial associado às variações do dólar norte-americano, referente às compras de energia da Itaipu, é integralmente repassado à tarifa por meio do mecanismo de ativos e passivos setoriais.

### 5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta às variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia consultou divulgações de estimativas e projeções, elaboradas por consultorias especializadas, e estimou uma variação das taxas de juros em 13,41% e das taxas de inflação em 4,46% para os próximos 12 meses, num cenário considerado provável. Para um outro cenário, considerado possível, estimou essas variações em 15,42% e 6,41%, respectivamente. Os dois cenários de exposição, provável e possível, estão demonstrados no quadro abaixo:

## Notas Explicativas

Índices	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado	
				Cenário Provável	Cenário Possível
<b>CDI / Selic</b>				<b>13,41%</b>	<b>15,42%</b>
	Aplicações Financeiras	8	166.353	188.661	192.005
	Empréstimos	23	(1.872.804)	(2.123.947)	(2.161.590)
	Debêntures	24	(1.669.833)	(1.893.758)	(1.927.321)
	Instrumento Financeiro Derivativos	25	11.717	13.288	13.524
	Ativo Financeiro Setorial	13.1	410.675	465.746	474.001
<b>Total</b>			<b>(2.953.892)</b>	<b>(3.350.010)</b>	<b>(3.409.381)</b>
<b>IPCA</b>				<b>4,46%</b>	<b>6,41%</b>
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	1.420.438	1.483.790	1.511.488
	Debêntures	24	(1.493.684)	(1.560.302)	(1.589.429)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	390.775	408.204	415.824
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	176.997	184.891	188.343
	Empréstimos	23	(21.666)	(22.632)	(23.055)
<b>Total</b>			<b>472.860</b>	<b>493.951</b>	<b>503.171</b>

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica

### 5.2. Gestão de Capital

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, debêntures e derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE	Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	598.685	608.893
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	1.295.785	1.249.482
Debêntures	24	3.163.517	3.147.371
Instrumento Financeiro Derivativos	25	(11.717)	21.349
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(286.625)	(418.813)
<b>Dívida Líquida</b>		<b>4.759.645</b>	<b>4.608.282</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>4.141.507</b>	<b>3.968.465</b>
<b>Total do Capital</b>		<b>8.901.152</b>	<b>8.576.747</b>
<b>Índice de Alavancagem Financeira (%)</b>		<b>53,47%</b>	<b>53,73%</b>

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

### Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços;
- Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;

## Notas Explicativas

- Abordagem de Receita.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de março de 2026:

Ativos Financeiros	NE	Nível	31.03.2026		31.12.2025	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
			Consolidado		Consolidado	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			<b>1.517.295</b>	<b>1.517.295</b>	<b>1.306.365</b>	<b>1.306.365</b>
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (b)	14	3	1.420.438	1.420.438	1.234.686	1.234.686
Ativo Indenizatório (concessão geração) (b)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)		2	94.436	94.436	69.258	69.258
<b>Custo amortizado</b>			<b>4.244.658</b>	<b>4.244.658</b>	<b>4.047.159</b>	<b>4.047.159</b>
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		286.625	286.625	418.813	418.813
Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.928.263	2.928.263	2.745.031	2.745.031
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			51.323	51.323	51.323	51.323
Ativo Financeiro Setorial (e)			410.675	410.675	273.140	273.140
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		390.775	390.775	384.655	384.655
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		176.997	176.997	174.197	174.197
<b>Valor justo por meio do resultado abrangente</b>			<b>208</b>	<b>208</b>	<b>208</b>	<b>208</b>
Títulos e Valores Mobiliários (c)	21	1	208	208	208	208
<b>Total</b>			<b>5.762.161</b>	<b>5.762.161</b>	<b>5.353.732</b>	<b>5.353.732</b>

Passivos Financeiros	NE	Nível	31.03.2026		31.12.2025	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
			Consolidado		Consolidado	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			<b>1.542.906</b>	<b>1.564.829</b>	<b>1.542.013</b>	<b>1.576.815</b>
Debêntures (f)	24	2	1.460.187	1.482.110	1.451.406	1.486.208
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)	25	2	82.719	82.719	90.607	90.607
<b>Custo amortizado</b>			<b>5.185.163</b>	<b>5.288.050</b>	<b>4.926.233</b>	<b>5.036.724</b>
Passivo Financeiro Setorial (e)	13		-	-	80.584	80.584
Fornecedores (e)	22		1.228.234	1.228.234	1.002.149	1.002.149
Empréstimos e financiamentos (f)	23	2	1.894.470	1.971.340	1.858.375	1.938.618
Debêntures (f)	24	2	1.703.330	1.729.347	1.695.965	1.726.213
Dividendos e JSCP (e)	11		331.351	331.351	261.382	261.382
Encargos Setoriais – CDE (e)	28		27.778	27.778	27.778	27.778
<b>Total</b>			<b>6.728.069</b>	<b>6.852.879</b>	<b>6.468.246</b>	<b>6.613.539</b>

### Apuração dos Valores Justos:

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
- Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis. A Celesc G aguarda à definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.
- Títulos e Valores Mobiliários são investimentos temporários avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- O valor justo do instrumento financeiro de derivativos é a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa recebidos e o valor presente dos fluxos de caixa pagos.
- Quanto aos demais ativos e passivos financeiros o valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil.
- O valor justo dos passivos de financiamentos para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.294.465	1.203.637
Grupo 2 – Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	1.075.141	972.341
Grupo 3 – Clientes com atraso superior a 90 dias	1.071.222	1.068.440
<b>Subtotal</b>	<b>3.440.828</b>	<b>3.244.418</b>
<b>PECLD com clientes (NE 9.2)</b>	<b>(512.565)</b>	<b>(499.387)</b>
<b>Total</b>	<b>2.928.263</b>	<b>2.745.031</b>

## Notas Explicativas

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentam indícios de perdas.

### 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa em espécie, depósitos bancários e outros investimentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Recursos em Banco e em Caixa	7	19	45.829	63.302
Aplicações Financeiras	15.623	1.304	166.353	255.663
Fundos de Investimentos	62.249	76.385	74.443	99.848
<b>Total</b>	<b>77.879</b>	<b>77.708</b>	<b>286.625</b>	<b>418.813</b>

Uma parte desses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados, em média, pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Outra parte das aplicações estão alocadas no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos líquidos (deduzidos de imposto de renda).

A redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa no período decorre, principalmente, da execução da política de investimentos da Companhia. Adicionalmente, contribuíram para essa variação o aumento das despesas financeiras, em decorrência do cenário macroeconômico de taxas de juros mais elevadas, bem como os maiores desembolsos relacionados aos encargos setoriais, em especial a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

### 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

#### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				31.03.2026
<b>Consumidores (i)</b>	<b>1.114.670</b>	<b>489.760</b>	<b>840.518</b>	<b>2.444.948</b>
Residencial	623.882	324.889	489.487	<b>1.438.258</b>
Industrial	96.321	40.435	112.860	<b>249.616</b>
Comércio	244.641	84.935	202.498	<b>532.074</b>
Rural	65.511	29.803	31.753	<b>127.067</b>
Poder Público	47.310	6.732	2.706	<b>56.748</b>
Iluminação Pública	21.162	187	387	<b>21.736</b>
Serviço Público	15.843	2.779	827	<b>19.449</b>
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>295.783</b>	<b>26.552</b>	<b>47.565</b>	<b>369.900</b>
Concessionárias e Permissionárias	306.455	16.873	13.009	<b>336.337</b>
Transações no âmbito da CCEE (ii)	2.502	-	-	<b>2.502</b>
Outros Créditos (iii)	16.078	9.679	34.556	<b>60.313</b>
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(29.252)	-	-	<b>(29.252)</b>
<b>Total</b>	<b>1.410.453</b>	<b>516.312</b>	<b>888.083</b>	<b>2.814.848</b>
Receita Não Faturada	625.980	-	-	<b>625.980</b>
PECLD com Clientes	(11.197)	(12.110)	(489.258)	<b>(512.565)</b>
<b>Total Contas a Receber de Clientes – Líquido</b>	<b>2.025.236</b>	<b>504.202</b>	<b>398.825</b>	<b>2.928.263</b>
<b>Circulante</b>				<b>2.909.567</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>18.696</b>

## Notas Explicativas

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				31.12.2025
<b>Consumidores (i)</b>	<b>1.002.057</b>	<b>426.463</b>	<b>849.799</b>	<b>2.278.319</b>
Residencial	538.249	267.154	493.283	<b>1.298.686</b>
Industrial	95.601	44.531	112.438	<b>252.570</b>
Comércio	220.519	79.759	205.917	<b>506.195</b>
Rural	67.941	26.112	31.958	<b>126.011</b>
Poder Público	35.831	8.144	4.195	<b>48.170</b>
Iluminação Pública	26.600	308	223	<b>27.131</b>
Serviço Público	17.316	455	1.785	<b>19.556</b>
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>278.427</b>	<b>25.221</b>	<b>61.487</b>	<b>365.135</b>
Concessionárias e Permissionárias	284.793	18.249	13.534	<b>316.576</b>
Transações no âmbito da CCEE (ii)	14.097	-	-	<b>14.097</b>
Outros Créditos (iii)	11.824	6.972	47.953	<b>66.749</b>
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(32.287)	-	-	<b>(32.287)</b>
<b>Total</b>	<b>1.280.484</b>	<b>451.684</b>	<b>911.286</b>	<b>2.643.454</b>
Receita Não Faturada	600.964	-	-	<b>600.964</b>
PECLD com Clientes	(10.250)	(10.642)	(478.495)	<b>(499.387)</b>
<b>Total Contas a Receber de Clientes – Líquido</b>	<b>1.871.198</b>	<b>441.042</b>	<b>432.791</b>	<b>2.745.031</b>
<b>Circulante</b>				<b>2.723.359</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>21.672</b>

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juros de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.
- (iv) Os valores mais expressivos foram recebidos de processos judiciais nos quais a empresa obteve êxito e que serão imediatamente baixados dos valores em aberto registrados no ativo da empresa, assim que os processos forem identificados. Há, ainda, valores referentes ao serviço cobrável (taxado), à participação financeira do consumidor e ao parcelamento de fatura no cartão de crédito.

### Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas de crédito esperadas são determinadas aplicando uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A matriz de perdas estimadas, prevista no CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, consiste em uma metodologia simplificada utilizada para mensurar a Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em ativos financeiros, especialmente contas a receber de clientes.

Esse método baseia-se na aplicação de percentuais de perda histórica sobre saldos de contas a receber, segmentados normalmente por faixas de vencimento (aging) ou características de risco semelhantes. Esses percentuais são ajustados, quando necessário, por informações prospectivas, como condições econômicas futuras que possam impactar a capacidade de pagamento dos clientes.

A composição do saldo da PECLD por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Residencial	279.900	271.393
Industrial	81.815	80.145
Comércio, Serviços e Outras	100.485	98.938
Rural	11.041	10.422
Poder Público	632	684
Iluminação Pública	74	79
Serviço Público	9	9
Concessionárias e Permissionárias	530	363
Consumidores Livres	6.931	6.662
Outros	31.148	30.692
<b>Total Circulante</b>	<b>512.565</b>	<b>499.387</b>

A seguir, a movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

## Notas Explicativas

Descrição	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>499.387</b>
Provisão/Reversão Constituída no Período	31.611
Perda efetiva do contas a receber (NE 5.1)	(18.433)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>512.565</b>

Descrição	Consolidado Total
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>482.723</b>
Provisão/Reversão Constituída no Período	68.547
Perda efetiva do contas a receber (NE 5.1)	(13.712)
<b>Saldo em 31.03.2025</b>	<b>537.558</b>

No primeiro trimestre, observou-se uma pequena retração no índice de inadimplência, no entanto, ele se mantém elevado em relação ao histórico da Companhia. Esse aumento está relacionado, principalmente, ao cenário macroeconômico adverso, que impactou a capacidade de pagamento dos consumidores, bem como à elevação dos valores faturados decorrente de reajustes tarifários.

A Companhia utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas, considerando sua experiência histórica e ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo:

Saldo de Recebíveis Aging/Meses	Concessionárias e Permissonárias (i)	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	306.455	623.882	96.321	244.651	65.511	47.310	21.162	15.843
Vencidos de 0 a 3 meses	16.873	324.889	40.435	84.925	29.803	6.732	187	2.779
Vencidos de 3 a 6 meses	2.009	53.613	8.647	18.207	5.380	385	198	77
Vencidos de 6 a 12 meses	3.850	87.115	11.397	30.041	6.672	385	116	170
Vencidos de 12 a 18 meses	2.668	92.053	13.963	32.454	6.614	398	66	197
Vencidos de 18 a 24 meses	2.861	73.150	11.722	28.595	4.116	1.213	3	360
Vencidos de 24 a 36 meses	787	69.043	17.589	30.364	3.661	207	1	14
Vencidos de 36 a 48 meses	180	55.739	14.406	28.667	3.450	3	-	8
Vencidos de 48 a 60 meses	98	52.650	24.269	26.444	1.652	68	-	1
Vencidos há + 60 meses	556	6.124	10.867	7.726	208	47	3	-
<b>Total</b>	<b>336.337</b>	<b>1.438.258</b>	<b>249.616</b>	<b>532.074</b>	<b>127.067</b>	<b>56.748</b>	<b>21.736</b>	<b>19.449</b>

(i) Empresas responsáveis pela distribuição de energia elétrica aos consumidores finais e consumidores livres.

Expectativa de Perda Aging/Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	0,49%	0,73%	0,29%	0,55%	0,17%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencidos 0 a 3 meses	2,39%	2,33%	2,49%	3,09%	0,88%	0,03%	0,00%	0,00%
Vencidos 3 a 6 meses	20,55%	19,00%	33,39%	20,89%	6,88%	1,03%	0,00%	0,00%
Vencidos 6 a 12 meses	35,57%	37,44%	43,71%	31,02%	16,26%	5,15%	0,00%	0,00%
Vencidos 12 a 18 meses	44,30%	47,46%	50,59%	36,60%	27,37%	8,83%	100,00%	0,00%
Vencidos 18 a 24 meses	51,61%	55,03%	68,40%	40,72%	39,10%	31,54%	100,00%	0,00%
Vencidos 24 a 36 meses	58,31%	60,53%	71,94%	48,00%	50,32%	49,83%	100,00%	0,00%
Vencidos 36 a 48 meses	70,15%	75,87%	86,59%	61,59%	65,69%	49,83%	100,00%	100,00%
Vencidos 48 a 60 meses	81,80%	92,26%	88,31%	72,76%	86,20%	49,83%	100,00%	100,00%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

## 10. TRIBUTOS A RECUPERAR

### IRPJ e CSLL a Recuperar

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras além do IRRF incidente sobre o JCP



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## Notas Explicativas

creditados por suas participadas e sobre aplicações financeiras. Nas controladas os saldos são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, aplicações financeiras, retenções de tributos e o recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante o primeiro trimestre de 2026.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
IRPJ e CSLL a compensar	56.152	55.117	248.719	144.088
<b>Total</b>	<b>56.152</b>	<b>55.117</b>	<b>248.719</b>	<b>144.088</b>

### Demais Tributos a Recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) - (NE 10.3)	-	-	353.912	381.203
ICMS	-	-	110.422	103.254
PIS/COFINS (i)	-	-	22.882	22.880
Outros	-	-	748	741
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>487.964</b>	<b>508.078</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>200.332</b>	<b>205.994</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>287.632</b>	<b>302.084</b>

(i) O valor a recuperar do PIS/COFINS, que não aqueles decorrentes da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, são decorrentes de revisão nos processos de apuração desses tributos na Companhia, a partir do exercício de 2023.

### PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo)

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>-</b>	<b>381.203</b>
Atualização financeira	-	8.259
'Baixa por utilização do crédito	-	(35.550)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>-</b>	<b>353.912</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>142.201</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>211.711</b>

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vincendos com o crédito habilitado.

Em 05 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500 milhões, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

## 11. DIVIDENDOS E JCP A RECEBER

Para os Juros sobre o Capital Próprio a receber, estes são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Descrição	Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025
Dividendos ECTE	2.436	2.436
Dividendos DFESA	54	2.127
JCP Celesc G	56.984	56.984
JCP Celesc D	322.186	251.625
JCP SCGÁS	2.515	2.447
JCP Casan	7.282	7.282
<b>Total Circulante</b>	<b>391.457</b>	<b>322.901</b>

## Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Dividendos Rondinha	208	-
Dividendos Xavantina	684	-
Dividendos ECTE	2.436	2.436
Dividendos DFESA	54	2.127
JCP SCGÁS	2.515	2.447
JCP Casan	7.282	7.282
<b>Total Circulante</b>	<b>13.179</b>	<b>14.292</b>

## 12. ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Em 22 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a alienação da participação acionária detida pela Celesc G na Companhia Rondinha Energética S.A., correspondente a 32,5% do capital social.

A decisão decorre de proposta apresentada pelo Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - FIP Pirineus, sócio na referida Companhia e titular de 67,50% do respectivo capital social, para aquisição da totalidade da participação societária. A Rondinha Energética é uma sociedade anônima de capital fechado, com outorga concedida pela ANEEL, com prazo final em 3 de outubro de 2045, referente à PCH Rondinha, no município de Passos Maia/SC, Estado de Santa Catarina. A usina possui capacidade instalada de 9,60 MW e garantia física de 5,48 MW.

Em 31 de março de 2026, o valor correspondente ao Investimento na Companhia Rondinha Energética está reclassificado no Balanço Patrimonial Consolidado, pelo custo contábil, no montante de R\$14,1 milhões, na rubrica Ativo Mantido para Venda no Ativo Circulante.

Ativo mantido para venda	
Valor de Venda	14.214
Valor contábil	(14.100)
Ganho na alienação antes dos tributos	114

Cabe ressaltar que a concretização do negócio depende do cumprimento de formalidades legais.

## 13. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

### 13.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para essa parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Composição do saldo do período segregado por RTA:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
CVA 2025 - Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	105.223	171.914
CVA 2026 - Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	749.968	452.503
<b>Total - CVA</b>	<b>855.191</b>	<b>624.417</b>
Outros Itens - Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	(221.484)	(361.863)
Outros Itens - Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	(223.032)	(69.998)
<b>Total - Outros Itens - CVA</b>	<b>(444.516)</b>	<b>(431.861)</b>
<b>Total</b>	<b>410.675</b>	<b>192.556</b>

**Notas Explicativas**

Descrição	31.12.2025	Apropriação	Amortização	Remuneração	Transferências (i)	31.03.2026	Saldo em Amortização (ii)	Saldo em Constituição (iii)	Circulante	Não Circulante
<b>Ativo Financeiro Setorial</b>	<b>853.579</b>	<b>192.697</b>	<b>(97.107)</b>	<b>37.834</b>	<b>-</b>	<b>987.003</b>	<b>143.399</b>	<b>843.604</b>	<b>654.248</b>	<b>332.755</b>
Aquisição de Energia (iv)	254.043	117.735	(45.396)	8.259	-	334.641	68.738	265.903	229.757	104.884
Transporte Rede Básica (v)	135.311	29.363	(21.787)	6.002	-	148.889	31.940	116.949	102.759	46.130
Proinfa	31.233	(836)	(12.677)	864	-	18.584	18.584	-	18.584	-
Transporte de Energia - Itaipu	12.840	2.746	(1.144)	616	-	15.058	1.677	13.381	9.780	5.278
ESS (vii)	31.605	31.009	(6.135)	3.096	-	59.575	8.995	50.580	39.624	19.951
CDE (viii)	237.659	103.521	(5.338)	14.650	-	350.492	6.158	344.334	214.672	135.820
Neutralidade Parcela A (ix)	141.439	(90.997)	(1.088)	4.329	-	53.683	1.717	51.966	33.185	20.498
Sobrecontratação de Energia	8.335	-	(3.233)	-	-	5.102	5.102	-	5.102	-
Outros	1.114	156	(309)	18	-	979	488	491	785	194
<b>Passivo Financeiro Setorial</b>	<b>(661.023)</b>	<b>(66.763)</b>	<b>164.573</b>	<b>(12.799)</b>	<b>(316)</b>	<b>(576.328)</b>	<b>(259.660)</b>	<b>(316.668)</b>	<b>(451.533)</b>	<b>(124.795)</b>
Aquisição de Energia (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Energia Itaipu (vi)	(78.274)	-	19.565	(1.413)	-	(60.122)	(30.869)	(29.253)	(48.583)	(11.539)
Proinfa	-	(11.655)	-	(271)	-	(11.926)	-	(11.926)	(7.222)	(4.704)
Devoluções Tarifárias	(149.296)	(17.994)	50.168	(707)	-	(117.829)	(79.154)	(38.675)	(102.574)	(15.255)
Bandeiras Tarifárias (x)	(41.331)	41.047	-	-	-	(284)	-	(284)	(284)	-
Risco Hidrológico (xi)	(357.233)	(75.344)	87.354	(9.188)	-	(354.411)	(137.825)	(216.586)	(268.980)	(85.431)
CDE Modicidade Eletrobrás	(13.512)	-	4.713	(336)	-	(9.135)	(7.435)	(1.700)	(8.465)	(670)
Outros	(21.377)	(2.817)	2.773	(884)	(316)	(22.621)	(4.377)	(18.244)	(15.425)	(7.196)
<b>Saldos Ativos/(Passivos)</b>	<b>192.556</b>	<b>125.934</b>	<b>67.466</b>	<b>25.035</b>	<b>(316)</b>	<b>410.675</b>	<b>(116.261)</b>	<b>526.936</b>	<b>202.715</b>	<b>207.960</b>

## Notas Explicativas

- (i) As transferências são decorrentes de outros ativos e passivos para a parcela A. Dentre elas, destaca-se a realizada na linha de devoluções tarifárias relativa à reversão de créditos de PIS e COFINS (conforme Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (ii) Saldo em amortização: corresponde à amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (iii) Saldo em constituição: corresponde à constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2026.
- (iv) Custos de Aquisição de Energia: o valor em constituição é decorrente da diferença entre os custos de energia realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL. Em março/2026, a Celesc registrou um ativo em constituição de CVA energia por ter seu custo de energia superior ao homologado pela ANEEL na última Revisão Tarifária (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (v) Transporte Rede Básica: Essa conta sofre impacto do aumento das tarifas definidas pela ANEEL para a atividade de transmissão. Portanto, a constituição de ativo regulatório desta conta está em linha com o que podemos observar nos últimos anos. Como o reajuste tarifário da Celesc é homologado já com as novas tarifas de transmissão dos próximos 12 meses, a CVA Rede Básica percebe os efeitos de mercado e dos novos pontos de uso.
- (vi) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. Reflete a variação do custo em relação ao que foi estipulado como cobertura Pmix no Reajuste Tarifário Anual 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (vii) Encargos de Serviços de Sistema (ESS): o valor em constituição decorre da diferença entre os custos realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL.
- (viii) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): a cobertura tarifária referente ao encargo de CDE considerado no processo tarifário incorpora valores como quota anual de CDE Uso, CDE conta-COVID, CDE Conta-escassez, CDE – GD e CDE Eletrobrás. Verificou-se que, no ciclo 2024/2025, a cobertura tarifária de CDE concedida pela ANEEL foi inferior ao custo desse encargo para a Celesc, por isso o saldo ativo na coluna “em amortização”. Da mesma forma, no novo ciclo, a cobertura tarifária apresenta-se inferior ao custo realizado, o que justifica o saldo ativo da coluna “em constituição” para a CVA CDE.
- (ix) Neutralidade da Parcela A: a neutralidade é calculada considerando as diferenças mensais apuradas entre os valores faturados de cada item no Período de Referência e os respectivos valores contemplados no reposicionamento tarifário anterior. No Reajuste Tarifário Anual de 2025 (Nota Técnica 174/2025 – Resolução Homologatória 3.511/2025), verificou-se que o mercado faturado pela Celesc foi menor que o considerado como referência para a definição das tarifas do período, justificando a contabilização de um ativo realizada na coluna “Saldo em amortização”. A mesma situação é verificada para os valores contabilizados na coluna “Saldo em constituição”, em que a Celesc também apresenta um ativo por ter registrado até março/2026 um mercado faturado menor do que o considerado como referência para o ciclo 2025/2026.
- (x) Bandeiras tarifárias: conforme o Submódulo 6.8 do PRORET, a receita decorrente da aplicação dos adicionais das Bandeiras Tarifárias e os repasses da Conta Bandeiras devem ser considerados na apuração da CVA ENERGIA, da CVA ESS/EER da concessionária e do cálculo do financeiro de exposição/sobrecontratação. Os valores apresentados nessa linha referem-se a valores faturados ainda não homologados pela CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras tarifárias). Após a homologação, esses valores são alocados aos respectivos itens de CVA.
- (xi) Risco Hidrológico – Antecipação: os valores em constituição referem-se à reversão da cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas. Já os valores em amortização se referem ao saldo do risco hidrológico concedido pela ANEEL no Reajuste Tarifário Anual 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Notas Explicativas****13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga**

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão ANEEL nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto.

A bonificação foi reconhecida como ativo financeiro, sendo que a devolução desse montante está incluída na Receita Anual de Geração (RAG) das referidas usinas. O ressarcimento ocorrerá ao longo do prazo remanescente dos contratos de concessão, estimado em 30 anos, com atualização monetária pelo IPCA e incidência de juros mensais calculados com base na Taxa Interna de Retorno (TIR), conforme critérios estabelecidos pela ANEEL.

Descrição	Consolidado					Total
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>56.003</b>	<b>80.808</b>	<b>61.531</b>	<b>37.550</b>	<b>148.763</b>	<b>384.655</b>
<b>Circulante</b>						<b>45.542</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>339.113</b>
Atualização Monetária	1.031	1.489	1.135	690	2.751	7.096
Juros	1.665	2.435	1.793	1.269	3.897	11.059
Amortização	(1.811)	(2.616)	(1.941)	(1.331)	(4.336)	(12.035)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>56.888</b>	<b>82.116</b>	<b>62.518</b>	<b>38.178</b>	<b>151.075</b>	<b>390.775</b>
<b>Circulante</b>						<b>46.335</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>344.440</b>

**14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO**

Descrição	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
<b>Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia</b>	<b>1.420.438</b>	<b>1.234.686</b>
Em Serviço	1.420.438	1.234.686
<b>Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia</b>	<b>179.418</b>	<b>176.618</b>
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	176.997	174.197
<b>Total</b>	<b>1.599.856</b>	<b>1.411.304</b>
<b>Circulante</b>	<b>20.303</b>	<b>19.956</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.579.553</b>	<b>1.391.348</b>

**14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia**

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>1.234.686</b>
(-) Transferência de Ativo de Contrato	171.052
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	14.967
(-) Resgate	(267)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>1.420.438</b>

(i) IPCA

## Notas Explicativas

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

### 14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativos a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 31 de março de 2026, o saldo atualizado é de R\$177,0 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão, que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2025/2026, R\$21,0 milhões se referem à indenização.

	<b>Consolidado</b>
<b>Descrição</b>	<b>Usina Pery</b>
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>174.197</b>
Atualização Monetária	3.218
Juros	4.843
Amortização	(5.261)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>176.997</b>
<b>Circulante</b>	<b>20.303</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>156.694</b>

## 15. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

	<b>Consolidado</b>
<b>Descrição</b>	
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>771.357</b>
(-) Transferências para Ativo Intangível	(632.331)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(264.296)
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Infraestrutura da Distribuição	1.346.493
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	110.535
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(294.237)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>1.037.521</b>
(-) Transferências para Ativo Intangível	(294.133)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(171.053)
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Infraestrutura da Distribuição	409.721
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	24.514
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(88.970)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>917.600</b>

## Notas Explicativas

Os investimentos realizados pela Celesc D foram direcionados à expansão, modernização e manutenção da infraestrutura do sistema elétrico, bem como ao aprimoramento dos processos administrativos e operacionais da Companhia. Tais investimentos têm por objetivo elevar a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica, além de fortalecer a infraestrutura necessária para atender ao crescimento da demanda do sistema.

Nesse contexto, foram aplicados recursos em ativos relacionados à rede de alta tensão, linhas de distribuição, subestações, implantação de medidores inteligentes, tecnologia da informação, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como na renovação e ampliação da frota de veículos.

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

Do valor de R\$24,5 milhões de bens administrativos investidos em no primeiro trimestre de 2026, R\$22,0 milhões foram investimentos em *software*. Esses valores são recuperados na Revisão Tarifária Periódica, por meio da Base de Anuidade Regulatória – BAR, que é um dos mecanismos de remuneração dos ativos de uma concessionária, juntamente com a Base de Remuneração Regulatória – BRR. A BAR é composta por valores equivalentes a determinados grupos de contas, como:

- *Software* e outros intangíveis;
- Terrenos de administração;
- Edificações, obras civis e benfeitorias de administração;
- Máquinas e equipamentos de administração;
- Veículos;
- Móveis e utensílios.

## Notas Explicativas

## 16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, além das movimentações que transitaram pelo resultado, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	Controladora			Consolidado				
	Ativo		Passivo	Ativo		Passivo		
	Contas a Receber	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos	Contas a Receber	Tributos a Recuperar	Tributos a Recolher	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos
<b>Acionista Controlador</b>								
<b>Governo do Estado de SC</b>								
Dividendos e JCP	-	54.149	-	-	-	-	54.149	-
ICMS	-	-	-	-	97.774	241.812	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	10.001	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	141	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	24	-	-	-	-
<b>Investimento Patrimonial</b>								
<b>CASAN</b>								
Dividendos e JCP	7.282	-	-	7.282	-	-	-	-
<b>Fundação de Seguridade</b>								
<b>CELOS</b>								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	-	-	-	-	25
Faturamento Energia	-	-	-	5	-	-	-	-
<b>Coligadas e Controladas em Conjunto</b>								
<b>DFESA</b>								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	2.127	-	-	2.127	-	-	-	-
<b>SC Gás</b>								
Dividendos e JCP	2.447	-	-	2.447	-	-	-	-
<b>ECTE</b>								
Dividendos e JCP	2.436	-	-	2.436	-	-	-	-
<b>Controladas</b>								
<b>Celesc G</b>								
Dividendos e JCP	56.984	-	-	-	-	-	-	-
<b>Celesc D</b>								
Pessoal à Disposição	-	-	2.781	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	156	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	251.625	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>322.901</b>	<b>54.149</b>	<b>2.937</b>	<b>24.458</b>	<b>97.774</b>	<b>241.812</b>	<b>54.149</b>	<b>1.381</b>
<b>Acionista Controlador</b>								
<b>Governo do Estado de SC</b>								
Dividendos e JCP	-	14.794	-	-	-	-	14.794	-
ICMS	-	-	-	-	1.276	276.528	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	12.949	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	1.883	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	49	-	-	-	-
<b>Investimento Patrimonial</b>								
<b>CASAN</b>								
Dividendos e JCP	7.282	-	-	7.282	-	-	-	-
<b>Fundação de Seguridade</b>								
<b>CELOS</b>								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	91	-	-	-	-	12.817
Faturamento Energia	-	-	-	14	-	-	-	-
<b>Coligadas e Controladas em Conjunto</b>								
<b>DFESA</b>								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	54	-	-	54	-	-	-	-
<b>SC Gás</b>								
Dividendos e JCP	2.515	-	-	2.515	-	-	-	-
<b>ECTE</b>								
Dividendos e JCP	2.436	-	-	2.436	-	-	-	-
<b>Xavantina</b>								
Dividendos e JCP	-	-	-	684	-	-	-	-
<b>Rondinha</b>								
Dividendos e JCP	-	-	-	208	-	-	-	-
<b>Controladas</b>								
<b>Celesc G</b>								
Dividendos e JCP	56.984	-	-	-	-	-	-	-
<b>Celesc D</b>								
Pessoal à Disposição	-	-	4.777	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	302	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	322.186	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>391.457</b>	<b>14.794</b>	<b>5.170</b>	<b>28.074</b>	<b>1.276</b>	<b>276.528</b>	<b>14.794</b>	<b>14.173</b>

## Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado			
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receita de Vendas/ Serviços	Tributos	Custo Revenda Convencional	Despesas Operacionais
<b>Acionista Controlador</b>						
<b>Governo do Estado de SC</b>						
ICMS	-	-	-	(674.037)	-	-
Faturamento Energia	-	-	32.751	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	1.753	-	-	-
<b>Investimento Patrimonial</b>						
<b>CASAN</b>						
Dividendos e JCP	-	-	-	-	-	-
<b>Fundação de Seguridade</b>						
<b>CELOS</b>						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(6)	-	-	-	-	(6)
Faturamento Energia	-	-	25	-	-	-
<b>Coligada</b>						
<b>DFESA</b>						
Compra de Energia	-	-	-	-	(3.572)	-
<b>Controlada</b>						
<b>Celesc D</b>						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(437)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(747)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.03.2025</b>	<b>(753)</b>	<b>(437)</b>	<b>34.529</b>	<b>(674.037)</b>	<b>(3.572)</b>	<b>(6)</b>
<b>Acionista Controlador</b>						
<b>Governo do Estado de SC</b>						
ICMS	-	-	-	(750.273)	-	-
Faturamento Energia	-	-	31.295	-	-	-
Monitoramento de Barragem	-	-	2.678	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	-	128
<b>Investimento Patrimonial</b>						
<b>CASAN</b>						
Dividendos e JCP	-	-	-	-	-	-
<b>Fundação de Seguridade</b>						
<b>CELOS</b>						
Planos Previdenciários e Assistenciais	-	-	-	-	-	-
Faturamento Energia	-	-	18	-	-	-
<b>Coligada</b>						
<b>DFESA</b>						
Compra de Energia	-	-	-	-	(3.572)	-
<b>Controlada</b>						
<b>Celesc D</b>						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(442)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(1.996)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>(1.996)</b>	<b>(442)</b>	<b>33.991</b>	<b>(750.273)</b>	<b>(3.572)</b>	<b>128</b>

A Fundação Celesc de Seguridade Social (CELOS) possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia. A Celesc D é patrocinadora da Celos, fornecendo benefícios de contribuição previdenciária e plano de saúde, entre outros.

A Celesc D cobra da Companhia um percentual sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

A DFESA, empresa coligada da Companhia, tem contratos de venda de energia de curto e longo prazos firmados com a Celesc G para fins de revenda. O contrato, inicialmente firmado entre as partes para o período de dez anos (2015-2025), foi prorrogado até 31 de agosto de 2033 para compra de 15,1862 MW médios, ao valor de R\$120,00 (cento e vinte reais) por unidade.

A Companhia e suas controladas possuem transações com seu acionista majoritário, o Governo do Estado de Santa Catarina. As transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, à cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D, à obrigatoriedade de recolhimento do ICMS devido, do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres, além da transação de utilização de crédito de ICMS relacionada a obras do sistema elétrico necessário à expansão de indústrias catarinenses, a obras de deslocamento de redes de distribuição de energia elétrica em decorrência de duplicações, pavimentações e alterações de traçado de rodovias estaduais ocorridas no âmbito de programa estadual, denominado Pacto Pelas Estradas, e a obras relacionadas ao incentivo às fontes renováveis de geração de energia elétrica e de eficiência energética, conforme previsto no programa Energia Boa, instituído por meio do Decreto Estadual/SC nº 674/2024.

## Notas Explicativas

Existem, também, contratos firmados entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc G, para a prestação de serviço de manutenção e operação da barragem de contenção de cheias no Município de José Boiteux (SC) e para usufruto de usinas fotovoltaicas de geração distribuída para compensação da energia elétrica consumida, este firmado com a Secretaria de Estado da Educação (SED).

### 16.1. Transações Tributárias

A Celesc D possui obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido e do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Além dos débitos e créditos usuais relacionadas ao ICMS, ordinariamente advindos do faturamento regular e créditos tributários vinculados ao ativo patrimonial, a Companhia possui as seguintes outras transações relacionadas a esse tributo:

i) Estornos de débitos de ICMS:

O estorno de débitos de ICMS por empresas fornecedoras de energia elétrica é regulamentado pelo Convênio CONFAZ ICMS nº 30/04. Em virtude da quantidade de Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (NF3e) emitidas às 3,5 milhões de unidades consumidoras de energia elétrica da área de concessão, a Celesc D em processo de revisão de estornos de débitos de ICMS, apurou o montante de R\$18,7 milhões de crédito de ICMS a apropriar, que necessitam da compilação das informações para posterior protocolo de pedido administrativo de restituição de ICMS na SEF-SC.

ii) Créditos Presumidos Relacionados à Execução de Obras:

O Convênio CONFAZ ICMS nº 85/04, a Lei nº 17.762/2019 e o RICMS-SC concedem à Celesc D o crédito presumido de ICMS relacionado à execução de obras previstos nos seguintes programas:

<b>Programas</b>	<b>1º Trimestre 2026</b>	<b>1º Trimestre 2025</b>
Pacto pelas estradas	2.425	10.553
Indústrias	12.545	57.852
Energia Boa	-	6
<b>Totais</b>	<b>14.970</b>	<b>68.411</b>

### 16.2. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2026</b>	<b>31.03.2025</b>	<b>31.03.2026</b>	<b>31.03.2025</b>
Honorários	318	1.926	318	1.926
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.625	-	1.625	-
Encargos Sociais	559	534	559	534
Outros	279	271	279	271
<b>Total</b>	<b>2.781</b>	<b>2.731</b>	<b>2.781</b>	<b>2.731</b>

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia. Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Notas Explicativas****17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL****17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos**

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ativo	-	-	577.788	560.035
Passivo	-	-	(114.674)	(111.200)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	-	-	<b>463.114</b>	<b>448.835</b>

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado Diferido Líquido	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
	Provisão p/ Contingências	104.537	102.407	-	-	104.537
Provisão p/ Perdas em Ativos	10.068	10.080	-	-	10.068	10.080
Provisão p/ Perdas em Contas a Receber <sup>(i)</sup>	-	-	60.781	56.157	(60.781)	(56.157)
Benefício Pós-Emprego	611.382	592.538	-	-	611.382	592.538
Arrendamento – CPC 06	292	282	-	-	292	282
Custo Atribuído	-	-	5.999	6.070	(5.999)	(6.070)
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	40.793	41.323	(40.793)	(41.323)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	50.263	50.916	(50.263)	(50.916)
Bonificação de Outorga	-	-	75.872	73.385	(75.872)	(73.385)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	29.669	28.489	(29.669)	(28.489)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	13.222	13.353	(13.222)	(13.353)
Operações Hedge	13.556	13.350	-	-	13.556	13.350
Outras Provisões	-	-	122	129	(122)	(129)
<b>Total</b>	<b>739.835</b>	<b>718.657</b>	<b>276.721</b>	<b>269.822</b>	<b>463.114</b>	<b>448.835</b>

(i) O tributo diferido referente a Provisão para Perdas em Contas a Receber refere-se as características do contas a receber da Celesc D quanto ao seu enquadramento de dedutibilidade fiscal conforme o RIR/2018 e os montantes registrados como Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, sendo observado uma dedutibilidade fiscal em montante superior à PECLD societária.

Na contabilidade societária, a Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída com base em metodologia que considera a expectativa de recuperação dos créditos, refletindo o risco efetivo de inadimplência apurado a partir de análises históricas, condições atuais e perspectivas econômicas.

Para fins fiscais, entretanto, a dedutibilidade das perdas observa regras específicas da legislação tributária, que estabelecem critérios próprios para o enquadramento dos créditos e para o reconhecimento das perdas como dedutíveis. Em função das características da carteira de contas a receber da Companhia e do enquadramento da dedutibilidade fiscal, previsto na regulamentação fiscal (RIR/2018), verifica-se que o montante considerado dedutível para fins de apuração de tributos é superior ao valor registrado como PECLD na contabilidade societária.

Dessa forma, essa diferença entre a base fiscal e a base contábil resulta no reconhecimento de tributo diferido, refletindo o efeito temporário gerado pelo fato de que a dedutibilidade fiscal das perdas ocorre em montante maior do que a provisão reconhecida nas demonstrações financeiras societárias.

**17.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal**

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$76,5 milhões, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

**17.3. Realização dos Ativos Diferidos**

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo,

## Notas Explicativas

a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de março de 2026 são:

Ano	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
2026	31.585	10.918
2027	15.176	15.176
2028	13.790	13.790
2029	34.441	34.441
2030+	644.843	644.332
<b>Total</b>	<b>739.835</b>	<b>718.657</b>

### 17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>23.416</b>
(-) Baixa do Custo Atribuído	(843)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	287
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>22.860</b>
(-) Baixa do Custo Atribuído	(207)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	70
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>22.723</b>

### 17.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Benefício a empregados com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>1.172.314</b>
(+) Adição dos Benefícios a empregados	107.764
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(36.640)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>1.243.438</b>
(+) Adição dos Benefícios a empregados	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>1.243.438</b>



## Notas Explicativas

### 17.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>251.692</b>	<b>252.683</b>	<b>333.589</b>	<b>377.745</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(85.575)</b>	<b>(85.912)</b>	<b>(113.420)</b>	<b>(128.433)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	87.829	87.463	4.339	5.770
Benefício Fiscal	-	-	(95)	(34)
Incentivo Fiscal	-	-	265	1.124
Juros sobre Capital Próprio	(3.726)	(2.850)	25.354	19.677
Provisões Indedutíveis	(200)	6.681	(200)	6.681
Multas Indedutíveis	-	-	(2.811)	(24.467)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	445	(2.487)	445	(2.486)
Participação dos Administradores	(77)	(106)	(100)	(127)
Lei do Bem	-	-	720	-
Outras Adições (Exclusões)	271	(2.789)	2.573	(2.767)
<b>Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido</b>	<b>(1.033)</b>	<b>-</b>	<b>(82.930)</b>	<b>(125.062)</b>
Corrente	(1.033)	-	(97.211)	(65.566)
Diferido	0	-	14.281	(59.496)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,41%</b>	<b>0,00%</b>	<b>24,86%</b>	<b>33,11%</b>

### 17.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

#### 17.7.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Em 20 de outubro de 2023, a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo aguarda a realização de perícia contábil.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado é de R\$288,6 milhões. A execução fiscal encontra-se suspensa

**Notas Explicativas**

em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

**18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
<b>Controladas</b>	<b>3.612.857</b>	<b>3.451.262</b>	-	-
Celesc D	2.799.788	2.668.203	-	-
Celesc G	813.069	783.059	-	-
<b>Controladas em Conjunto</b>	<b>180.091</b>	<b>176.281</b>	<b>180.091</b>	<b>176.281</b>
SCGÁS	180.091	176.281	180.091	176.281
<b>Coligadas</b>	<b>96.472</b>	<b>90.198</b>	<b>128.718</b>	<b>135.868</b>
ECTE	60.320	55.585	60.320	55.585
DFESA	36.152	34.613	36.152	34.613
SPEs	-	-	32.246	45.670
<b>Total</b>	<b>3.889.420</b>	<b>3.717.741</b>	<b>308.809</b>	<b>312.149</b>

**18.1. Informações sobre Investimentos**

Descrição	Controladora										
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Capital Social							
<b>Saldo em 31.12.2025</b>											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.607.408	8.835.481	3.030.649	6.744.037	2.668.203	11.692.266	614.199	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	124.397	903.429	87.626	157.141	783.059	219.498	103.927	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	91.999	519.441	68.402	363.063	179.975	46.706	31.548	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	548.443	544.977	154.999	59.089	879.332	1.299.123	171.371	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	16.229	150.185	15.059	1.063	150.292	66.786	24.726	
<b>Saldo em 31.03.2026</b>											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.977.764	9.051.226	4.012.561	6.216.641	2.799.788	3.436.547	217.114	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	170.104	900.582	96.630	160.987	813.069	65.512	30.010	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	93.659	519.488	75.651	349.652	187.844	10.154	7.869	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	570.184	543.007	158.480	50.807	903.904	218.722	42.501	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	14.277	147.960	4.134	1.126	156.977	16.468	6.684	

Descrição	Consolidado										
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Capital Social							
<b>Saldo em 31.12.2025</b>											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	91.999	519.441	68.402	363.063	179.975	46.706	31.548	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	548.443	544.977	154.999	59.089	879.332	1.299.123	171.371	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	16.229	150.185	15.059	1.063	150.292	66.786	24.726	
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,50%	4.580	38.927	286	-	43.221	9.012	1.546	
Xavantina Energética	271	40,00%	40,00%	4.258	26.817	870	-	30.205	13.995	2.892	
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,00%	1.681	52.295	2.813	11.283	39.880	6.274	(290)	
<b>Saldo em 31.03.2026</b>											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	93.659	519.488	75.651	349.652	187.844	10.154	7.869	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	570.184	543.007	158.480	50.807	903.904	218.722	42.501	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	14.277	147.960	4.134	1.126	156.977	16.468	6.684	
Xavantina Energética	271	40,00%	40,00%	6.061	26.399	2.925	-	29.535	2.652	1.041	
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,00%	2.583	52.934	2.819	11.000	41.698	1.224	1.819	

**18.2. Movimentação dos Investimentos**

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
<b>Investimentos</b>	2.668.203	783.059	55.585	149.487	34.613	<b>3.690.947</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	-	2.430	26.794	-	<b>29.224</b>
<b>Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)</b>	<b>2.668.203</b>	<b>783.059</b>	<b>58.015</b>	<b>176.281</b>	<b>34.613</b>	<b>3.720.171</b>
Dividendos e JCP Creditados	(85.529)	-	-	(3.048)	-	<b>(88.577)</b>
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	(126)	(367)	-	<b>(493)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	217.114	30.010	2.431	7.225	1.539	<b>258.319</b>
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>2.799.788</b>	<b>813.069</b>	<b>60.320</b>	<b>180.091</b>	<b>36.152</b>	<b>3.889.420</b>
<b>Investimentos</b>	2.799.788	813.069	58.016	153.664	36.152	<b>3.860.689</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	-	2.304	26.427	-	<b>28.731</b>

## Notas Explicativas

Descrição	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs	Consolidado
					Total
<b>Investimentos</b>	55.585	149.487	34.613	45.670	<b>285.355</b>
<b>Direito de Concessão</b>	2.430	26.794	-	-	<b>29.224</b>
<b>Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)</b>	<b>58.015</b>	<b>176.281</b>	<b>34.613</b>	<b>45.670</b>	<b>314.579</b>
Dividendos e JCP Creditados	-	(3.048)	-	(892)	<b>(3.940)</b>
Amortização Direito de Uso de Concessão	(126)	(367)	-	-	<b>(493)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.431	7.225	1.539	1.568	<b>12.763</b>
Outros Ajustes (ii)	-	-	-	(14.100)	<b>(14.100)</b>
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>60.320</b>	<b>180.091</b>	<b>36.152</b>	<b>32.246</b>	<b>308.809</b>
<b>Investimentos</b>	58.016	153.664	36.152	32.246	<b>280.078</b>
<b>Direito de Concessão</b>	2.304	26.427	-	-	<b>28.731</b>

### (i) Direito de Uso de Concessão

O direito de uso de concessão foi gerado na compra da participação na SCGÁS. Não é tratado como ágio por ser um investimento em empresa com prazo de concessão definido. O saldo desse ativo, em 31 de março de 2026, é de R\$26,4 milhões e, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$26,8 milhões. Ele será amortizado pelo prazo da concessão da prestação de serviços públicos da investida até 2044.

### (ii) Outros Ajustes

O montante de R\$14,1 milhões se refere à transferência da participação na Companhia Rondinha do Grupo Investimentos para a rubrica Ativo Não Circulante Mantido para Venda (NE 12).

## 19. IMOBILIZADO

### 19.1. Composição do Saldo

Descrição	Controladora
	Ativos de Direito de Uso
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>189</b>
Custo do Imobilizado	1.372
Depreciação Acumulada	(1.183)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>189</b>
Depreciação	(57)
Custo do Imobilizado	189
Depreciação Acumulada	(57)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>132</b>
<b>Taxa Média de Depreciação</b>	<b>40,00%</b>

Descrição	Reservatórios Barragens e Adutoras						Ativos de Direito de Uso	Total
	Terrenos	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso		
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>8.495</b>	<b>22.042</b>	<b>7.608</b>	<b>107.322</b>	<b>1.679</b>	<b>59.145</b>	<b>12.283</b>	<b>218.574</b>
Custo do Imobilizado	19.488	173.772	23.179	199.106	4.194	59.145	57.559	<b>536.443</b>
Provisão p/ Perdas	(3.665)	(25.678)	(1.995)	(14.926)	(38)	-	-	<b>(46.302)</b>
Depreciação Acumulada	(7.328)	(126.052)	(13.576)	(76.858)	(2.477)	-	(43.516)	<b>(269.807)</b>
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.760)	<b>(1.760)</b>
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>8.495</b>	<b>22.042</b>	<b>7.608</b>	<b>107.322</b>	<b>1.679</b>	<b>59.145</b>	<b>12.283</b>	<b>218.574</b>
Adições	-	-	-	-	-	1.450	124	<b>1.574</b>
Depreciação	-	(281)	(89)	(1.802)	(88)	-	(1.653)	<b>(3.913)</b>
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(10)	<b>(10)</b>
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>8.495</b>	<b>21.761</b>	<b>7.519</b>	<b>105.520</b>	<b>1.591</b>	<b>60.595</b>	<b>10.744</b>	<b>216.225</b>
Custo do Imobilizado	19.488	173.772	23.179	199.106	4.194	60.595	56.500	<b>536.834</b>
Provisão p/ Perdas	(3.665)	(25.678)	(1.995)	(14.926)	(38)	-	-	<b>(46.302)</b>
Depreciação Acumulada	(7.328)	(126.333)	(13.665)	(78.660)	(2.565)	-	(43.986)	<b>(272.537)</b>
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.770)	<b>(1.770)</b>
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>8.495</b>	<b>21.761</b>	<b>7.519</b>	<b>105.520</b>	<b>1.591</b>	<b>60.595</b>	<b>10.744</b>	<b>216.225</b>
<b>Taxa Média de Depreciação</b>	-	<b>4,31%</b>	<b>3,64%</b>	<b>5,25%</b>	<b>12,97%</b>	-	-	<b>46,53%</b>



## Notas Explicativas

### 19.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas são as seguintes:

	<b>Consolidado</b>
	<b>Percentuais (%)</b>
<b>Administração</b>	<b>31.03.2026</b>
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,2
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	6,8

	<b>Consolidado</b>
	<b>Percentuais (%)</b>
<b>Operação</b>	<b>31.03.2026</b>
Prédios e Construções	3,6
Máquinas e Equipamentos	5,1
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	4,3
Veículos	13,2
Móveis e Utensílios	5,1

No método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as revisões apresentam resultados que se aproximam daqueles estabelecidos pela ANEEL.

### 19.3. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

<b>ATIVO</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo (Não Circulante) em 31.12.2025</b>	<b>189</b>	<b>12.283</b>
(+) Adições	-	124
(-) Depreciação	(57)	(1.653)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(10)
<b>Saldo (Não Circulante) em 31.03.2026</b>	<b>132</b>	<b>10.744</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>190</b>	<b>13.113</b>
<b>Circulante</b>	<b>190</b>	<b>2.863</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>10.250</b>
(+) Adições	-	124
(+) Juros Incorridos	5	293
(-) Pagamento Principal	(55)	(1.632)
(-) Juros Pagos	(5)	(293)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>135</b>	<b>11.605</b>
<b>Circulante</b>	<b>135</b>	<b>1.601</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>10.004</b>

### 19.4. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

	<b>Consolidado</b>	
<b>Anos</b>	<b>31.03.2026</b>	<b>31.12.2025</b>
2027	1.485	4.325
2028	1.616	1.056
2029	1.675	1.122
2030	1.592	1.103
2031+	3.636	2.644
<b>Total</b>	<b>10.004</b>	<b>10.250</b>

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## Notas Explicativas

c) Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

## 20. INTANGÍVEL

Descrição	Consolidado				Total
	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Itens em Andamento	
<b>Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)</b>	<b>4.999.640</b>	<b>1.446</b>	<b>39.276</b>	<b>537</b>	<b>5.040.899</b>
Custo Total	8.644.564	8.989	45.879	537	8.699.969
Amortização Acumulada	(3.644.924)	(7.543)	(6.603)	-	-3.659.070
<b>Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)</b>	<b>4.999.640</b>	<b>1.446</b>	<b>39.276</b>	<b>537</b>	<b>5.040.899</b>
Adições	-	-	-	49	49
Baixas	(14.545)	-	-	-	(14.545)
Amortizações	(97.689)	(80)	(388)	-	(98.157)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 15)	294.133	-	-	-	294.133
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>5.181.539</b>	<b>1.366</b>	<b>38.888</b>	<b>586</b>	<b>5.222.379</b>
Custo Total	8.924.152	8.989	45.879	586	8.979.606
Amortização Acumulada	(3.742.613)	(7.623)	(6.991)	-	(3.757.227)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>5.181.539</b>	<b>1.366</b>	<b>38.888</b>	<b>586</b>	<b>5.222.379</b>
<b>Taxa Média Amortização</b>	<b>4,9%</b>	<b>20,0%</b>	<b>3,4%</b>	<b>0,00%</b>	

(i) A amortização do ativo intangível é reconhecida pelo método linear, considerando a vida útil definida nos contratos ou o prazo de concessão aplicável, adotando-se o menor entre esses prazos.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico *GSF*, foi calculada pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

## 21. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
ICMS ST (i)	-	-	53.610	51.663
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	51.323	51.323
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	49.424	48.452
Diferença Reembolso CDE (iii)	-	-	73.957	40.797
Adiantamento Proinfra (iv)	-	-	24.752	24.752
Estoques (v)	-	-	25.405	21.568
Adiantamentos Diversos (vi)	81	91	13.691	10.703
Alienação de Bens e Direitos (vii)	-	-	20.037	18.235
Conta Bandeiras	-	-	5.708	-
Programa Baixa Renda	-	-	9.732	10.681
Despesas Pagas Antecipadamente (viii)	229	400	3.571	5.237
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Pessoal a Disposição	-	-	698	716
Bens Destinados à Alienação (ix)	-	-	5.300	4.408
Títulos e Valores Mobiliários (x)	208	208	208	208
Outros Créditos (xi)	13	5	7.454	8.257
<b>Total</b>	<b>531</b>	<b>704</b>	<b>346.008</b>	<b>298.138</b>
<b>Circulante</b>	<b>323</b>	<b>496</b>	<b>321.765</b>	<b>276.119</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>208</b>	<b>208</b>	<b>24.243</b>	<b>22.019</b>

### (i) ICMS Substituição Tributária - ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

## Notas Explicativas

### (ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

### (iii) Diferença Reembolso CDE

Refere-se à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os subsídios são aplicados aos clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.511/2025, que aprovou o reajuste tarifário anual a partir de 22 de agosto de 2025.

### (iv) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

### (v) Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia com vida útil menor que um ano, quando aplicável, e de alto giro.

### (vi) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamento de salário (R\$3,1 milhões), férias (R\$1,6 milhão) e vale-alimentação (R\$7,8 milhões).

### (vii) Alienação de Bens e Direitos

As principais alienações de bens e direitos são de sucatas (R\$ 8,4 milhões), terreno (R\$ 2,2 milhões) e indenização de terreno urbano em Guaramirim (R\$ 2,5 milhões).

### (viii) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$2,7 milhões.

### (ix) Bens Destinados à Alienação

São ativos da Celesc D que não são mais utilizados na prestação do serviço e que, por decisão da Companhia e mediante autorização regulatória quando aplicável, serão vendidos, transferidos ou baixados do patrimônio.

### (x) Títulos e Valores Mobiliários

São investimentos temporários, classificados no ativo não circulante e são mensurados a valor justo.

### (xi) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

## 22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Energia Elétrica	-	-	529.241	503.468
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	237.438	218.072
Materiais e Serviços	1.082	1.019	149.148	173.856
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	312.407	106.753
<b>Total</b>	<b>1.082</b>	<b>1.019</b>	<b>1.228.234</b>	<b>1.002.149</b>

A CCEE possui, entre suas atribuições apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, nos quais o risco é alocado ao consumidor.

## Notas Explicativas

(i) O aumento da compra de energia na CCEE se deve, além do PLD, da questão da contração da distribuidora que é "flat", por questões procedimentais regulatórias, e da sazonalização do consumo na região da concessão.

A contratação de energia ocorre de forma fixa ("flat"), com volumes previamente definidos ao longo do período, devido à necessidade de garantir previsibilidade de receita para viabilização dos investimentos e da operação do sistema. Em razão das regras do setor elétrico, há limitada flexibilidade para ajuste mensal da carga contratada conforme a variação do consumo.

Dessa forma, nos primeiros meses do ano, especialmente entre janeiro e março, ocorre maior necessidade de aquisição complementar de energia, elevando as despesas. Já no período intermediário do ano, geralmente entre junho e agosto, há tendência de sobra de energia contratada, ocasionando movimento inverso.

Esse efeito é intensificado pela variação do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), impactando tanto os custos de compra quanto as receitas provenientes da venda de excedentes de energia.

## 23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e BNDES e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

Descrição		Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025
<b>Total Moeda Nacional</b>		<b>598.685</b>	<b>608.893</b>
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	421.230	512.470
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	74.574	74.576
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	81.215	-
Empréstimo BNDES (iii)	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	21.666	21.847
<b>Circulante</b>		<b>248.487</b>	<b>189.725</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>350.198</b>	<b>419.168</b>

Descrição		Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025
<b>Total Moeda Estrangeira</b>		<b>1.295.785</b>	<b>1.249.482</b>
Empréstimos – BID (iv)	CDI+0,70% a 1,88% a.a.	1.295.785	1.249.482
<b>Circulante</b>		<b>153.160</b>	<b>106.857</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>1.142.625</b>	<b>1.142.625</b>

### i) Empréstimos Bancários

Os saldos de empréstimos bancários referem-se a captações realizadas pela Celesc D com o objetivo de reforço de caixa.

Em abril de 2019, a Companhia contratou, por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto ao Banco Safra, o montante de R\$335,0 milhões, remunerado à taxa de CDI + 0,80% a.a., com prazo inicial de 36 meses e carência de 18 meses para amortização do principal. A partir de dezembro de 2021, o contrato passou por sucessivos aditamentos que postergaram seu vencimento e alteraram o cronograma de amortização. O último aditamento, formalizado em novembro de 2024, estabeleceu o início das amortizações em junho de 2025, com parcelas semestrais e vencimento final em dezembro de 2029, mantendo-se a taxa de juros originalmente contratada, com pagamento mensal de encargos.

Adicionalmente, em fevereiro de 2022, a Companhia contratou nova CCB junto ao Banco Safra no valor de R\$550,0 milhões, remunerada à taxa de CDI + 1,65% a.a., com prazo inicial de 36 meses e carência de 18 meses para amortização do principal. O contrato também foi objeto de aditamentos que prorrogaram o cronograma originalmente pactuado. Em agosto de 2024, foi formalizada a extensão do vencimento final para fevereiro de 2029, com início das amortizações em agosto de 2025 e pagamentos semestrais do principal, mantendo-se inalterada a remuneração contratual.

## Notas Explicativas

Em 14 de outubro de 2025, a Companhia contratou, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, uma linha de crédito rotativo junto ao Banco Safra, com limite de até R\$200,0 milhões. A operação prevê remuneração equivalente ao CDI acrescido de 1,50% a.a., com exigibilidade mensal e vencimento final em 12 de janeiro de 2026. Do montante disponibilizado, foram utilizados R\$150,0 milhões, os quais foram integralmente amortizados em 1º de dezembro de 2025.

Em 16 de outubro de 2025, a Companhia contratou, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, uma segunda linha de crédito rotativo, desta vez junto ao Banco Bradesco, limitada ao valor de R\$120,0 milhões. A operação prevê remuneração equivalente ao CDI acrescido de 1,50% a.a., com exigibilidade mensal e vencimento final em 14 de abril de 2026. Do limite disponibilizado, foram utilizados R\$50,1 milhões, igualmente amortizados integralmente em 1º de dezembro de 2025.

Em 26 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou aditamento à Cédula de Crédito Bancário (CCB) anteriormente firmada com o Banco Bradesco S.A., por meio do qual foram alteradas as condições da linha de crédito rotativo já existente, cujo limite passou a ser de R\$ 150,0 milhões. A operação manteve remuneração equivalente à variação do CDI acrescida de 1,50% ao ano, com encargos financeiros exigíveis mensalmente e vencimento final em 25 de agosto de 2026. Do limite disponibilizado, foram utilizados R\$ 80,01 milhões.

Não existem *covenants* financeiros relacionados a esses empréstimos.

### ii) Eletrobras/ENBPar

Os recursos dessa contratação pela Celesc D foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. O último contrato possuía amortizações mensais e foi integralmente liquidado em sua data de vencimento, em 30 de maio de 2025.

Não existem *covenants* financeiros relacionados a esses empréstimos.

### iii) Financiamento BNDES – Celesc G

Em abril de 2024, a Celesc G firmou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$214,4 milhões.

O contrato está dividido em cinco subcréditos destinados à implementação de três usinas fotovoltaicas (UFV), Lages II, Capivari e Videira, à ampliação e modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Weissbach e à reativação da Central Hidrelétrica (CGH) Maruim, todas localizadas em Santa Catarina.

No dia 1º de julho de 2025, ocorreram as primeiras liberações de recursos do contrato de financiamento do valor de R\$214,4 milhões firmado entre a Celesc G e o BNDES. O montante liberado foi de R\$22,4 milhões, conforme quadro abaixo:

Descrição	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim	Totais
Valor Contratado	3.730	10.098	3.658	191.808	5.110	214.404
Valor Liberado	3.730	9.932	3.658	-	5.110	22.430
<b>Saldo a Liberar</b>	-	<b>166</b>	-	<b>191.808</b>	-	<b>191.974</b>
Periodicidade Pagamento Juros e Amortizações	Mensal	Mensal	Mensal		Mensal	
Início Pagamento Juros e Amortizações	15/08/2025	15/08/2025	15/08/2025		15/08/2025	

Os pagamentos de juros e de principal somaram no primeiro trimestre de 2026, R\$362,0 mil e R\$551,0 mil, respectivamente.

Anualmente, como garantidora, a Companhia tem como compromisso contratual apresentar o indicador financeiro Dívida Líquida Consolidada/LAJIDA igual ou inferior a 3,0.

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

## Notas Explicativas

### iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID I

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D celebrou contrato de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), referente ao Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), no montante de US\$276,1 milhões. A operação possui prazo total de 300 meses, incluindo carência de até 66 meses, com amortizações semestrais pelo Sistema de Amortização Constante.

O empréstimo conta com garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de concessão da Companhia. Os recursos foram convertidos para moeda nacional, não havendo incidência de variação cambial. A taxa de juros considera os custos do BID e pode sofrer variações em função de componente de *spread* definido periodicamente pela instituição.

A última liberação de recursos ocorreu em 30 de abril de 2024. As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), conforme previsto contratualmente.

#### 23.1. Aprovação BID II

A Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, aprovou durante reunião realizada em 27 de março de 2025, o Programa de Modernização Energética para Resiliência Climática e Sustentabilidade em Santa Catarina.

Internamente denominado como BID II, o novo programa tem início previsto para 2026 e será executado ao longo de cinco anos. Ele prevê investimentos de mais de US\$305,0 milhões. Desse total, US\$243,0 milhões serão financiados pelo BID e US\$62,6 milhões correspondem à contrapartida da Celesc D. A Companhia está na fase de realização das Missões de Preparação do Programa e aprovação do perfil do Projeto juntamente com o BID.

#### 23.2. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ano 2027	89.038	158.308	67.213	67.213	156.251	225.521
Ano 2028+	261.160	260.860	1.075.412	1.075.412	1.336.572	1.336.272
<b>Total</b>	<b>350.198</b>	<b>419.168</b>	<b>1.142.625</b>	<b>1.142.625</b>	<b>1.492.823</b>	<b>1.561.793</b>

#### 23.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>189.725</b>	<b>419.168</b>	<b>608.893</b>
Ingressos	80.015	132	80.147
Atualização Monetária	98	142	240
Encargos Provisionados	22.320	-	22.320
Transferências	69.244	(69.244)	-
Pagamentos de Principal	(69.382)	-	(69.382)
Pagamentos de Encargos	(43.533)	-	(43.533)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>248.487</b>	<b>350.198</b>	<b>598.685</b>

#### 23.4. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>106.857</b>	<b>1.142.625</b>	<b>1.249.482</b>
Encargos Provisionados	46.303	-	46.303
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>153.160</b>	<b>1.142.625</b>	<b>1.295.785</b>

**Notas Explicativas****24. DEBÊNTURES****24.1. Debêntures 2021 – Celesc D**

<b>Debêntures 2021</b>	<b>Detalhes</b>
Data de Emissão	15 de abril de 2021
Quantidade de Debêntures	550.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$550 milhões
Vencimento	29 de setembro de 2025
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc Holding)
Juros Remuneratórios	100% da variação das taxas DI Over + <i>spread</i> 2,6% ao ano
Pagamento de Juros	Mensal, todo dia 15
Amortização	43 parcelas mensais consecutivas a partir de outubro de 2022
Pagamentos até 31.03.2026	R\$226,3 milhões (remuneração) e R\$550 milhões (principal)
Liquidação Antecipada Contratual	29 de setembro de 2025
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

**24.2. Debêntures 2023 – Celesc D**

Em 15 de novembro de 2023, a Companhia realizou sua 6ª emissão de debêntures, totalizando 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da 1ª série e 400.000 (quatrocentas mil) da 2ª série, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, perfazendo o montante total de R\$ 800,0 milhões (oitocentos milhões).

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

**24.2.1. Primeira Série**

<b>Debêntures 2023</b>	<b>Detalhes</b>
Série	Primeira série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	1ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	5 anos (15 de novembro de 2028)
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + <i>spread</i> 1,65% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Semestral, a partir de 15 de novembro de 2026
Pagamentos até 31.03.2026	R\$109,1 milhões de remuneração
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

**24.2.2. Segunda Série**

<b>Debêntures 2023</b>	<b>Detalhes</b>
Série	Segunda série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	2ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de novembro de 2030)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,5279% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Anual, a partir de 15 de novembro de 2028
Pagamentos até 31.03.2026	R\$54,1 milhões de remuneração
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Notas Explicativas****24.3. Debêntures 2024 – Celesc D**

Em 15 de julho de 2024, a Companhia emitiu sua 7ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 1,2 bilhão (um bilhão e duzentos milhões), representada por 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da 1ª série e 1.000.000 (um milhão) da 2ª série.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

**24.3.1. Primeira Série (Institucional):**

<b>Debêntures 2024</b>	<b>Detalhes</b>
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	1ª série: 200.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,95% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2030
Pagamentos até 31.03.2026	R\$ 40,6 milhões de remuneração
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

**24.3.2. Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):**

<b>Debêntures 2024</b>	<b>Detalhes</b>
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	2ª série: 1.000.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	10 anos (15 de julho de 2034)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,9534% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2032
Pagamentos até 31.03.2026	R\$ 104,4 milhões de remuneração
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

**24.4. Debêntures 2025 – Celesc D (Primeira emissão)**

Em 30 de julho de 2025, a Celesc D emitiu a 8ª debêntures totalizando R\$510,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

<b>Debêntures 2025</b>	<b>Detalhes</b>
Data de Emissão	30 de julho de 2025
Quantidade de Debêntures	510.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	6 anos (30 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,67% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2026
Amortização	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2029
Pagamentos até 31.03.2026	R\$ 37,2 milhões de remuneração
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

## Notas Explicativas

### 24.5. Debêntures 2025 – Celesc D (Segunda emissão)

Em 28 de novembro de 2025, a Celesc D emitiu a 9ª debêntures, totalizando R\$ 500,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

Segunda emissão Debêntures 2025	Detalhes
Data de Emissão	28 de novembro de 2025
Quantidade de Debêntures	500.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	1 ano e 3 Meses (28 de fevereiro de 2027)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,30% ao ano
Pagamento de Juros	única parcela na Data de Vencimento final (bullet)
Amortização	única parcela na Data de Vencimento final (bullet)
Pagamentos até 31.03.2026	R\$ 0,00
<i>Covenants</i> financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora ≤ 3,5

### 24.6. Debêntures 2020 – Celesc G

Debêntures 2020	Detalhes
Data de Emissão	10 de dezembro de 2020
Quantidade de Debêntures	37.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$37 milhões
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Tipo de Debênture	Simple, não conversível em ações
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc G)
Prazo de Vencimento	10 anos
Juros Remuneratórios	4,30% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de junho de 2021
Amortização	Semestral, a partir de dezembro de 2023
Pagamentos até 31.03.2026	R\$8,81 milhões (remuneração) e R\$15,89 milhões (principal)
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da empresa, como emissora, ≤ 3,5

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

### 24.7. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado	
	Total	
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>3.147.371</b>	
Encargos Provisionados	109.625	
Pagamentos Encargos	(90.284)	
Custos na Emissão de Debêntures	1.600	
Marcação a Mercado (VJR)	(4.795)	
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>3.163.517</b>	
<b>Circulante</b>	<b>670.715</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>2.492.802</b>	

### 24.8. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Ano 2026	4.887	6.487
Ano 2027	6.043	6.043
Ano 2028+	28.383	28.383
<b>Total</b>	<b>39.313</b>	<b>40.913</b>



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Notas Explicativas****24.9. Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento**

Descrição	31.12.2025	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Controladora
						31.03.2026
Dividendos e JCP a Pagar	261.382	-	-	-	69.969	331.351
Passivo de Arrendamento	190	(55)	(55)	(5)	5	135
<b>Total</b>	<b>261.572</b>	<b>(55)</b>	<b>(55)</b>	<b>(5)</b>	<b>69.974</b>	<b>331.486</b>

Descrição	31.12.2025	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Ajuste a Valor de Mercado	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Consolidado
								31.03.2026
Instrumentos Financeiros	90.607	-	(38.468)	(38.468)	-	5.402	25.178	82.719
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	1.858.375	80.147	(69.382)	10.765	(43.533)	-	68.863	1.894.470
Debêntures	3.147.371	-	-	-	(90.284)	(4.795)	111.225	3.163.517
Dividendos/JCP	261.382	-	-	-	-	-	69.969	331.351
Passivo de Arrendamento	13.113	-	(1.632)	(1.632)	(293)	-	417	11.605
<b>Total</b>	<b>5.370.848</b>	<b>80.147</b>	<b>(109.482)</b>	<b>(29.335)</b>	<b>(134.110)</b>	<b>607</b>	<b>275.652</b>	<b>5.483.662</b>

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$68,8 milhões. As debêntures totalizaram R\$111,2 milhões, sendo R\$1,6 milhão desse total referentes às custas com debêntures incorridas no primeiro trimestre de 2026.

**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção econômica contra a volatilidade das taxas de juros, sendo os contratos inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, mensurados ao valor justo. O principal instrumento utilizado para essa finalidade é o *swap*.

No âmbito da gestão de riscos financeiros, a Celesc D contratou operações de *swap* relacionadas à 6ª e à 7ª emissões de debêntures, com o objetivo de converter a exposição da dívida indexada ao IPCA para CDI. Essa estratégia visa mitigar o risco de descasamento entre os fluxos de caixa das obrigações financeiras e das aplicações da Companhia, majoritariamente atreladas ao CDI, além de reduzir a volatilidade associada ao IPCA.

Em 15 de outubro de 2024, foram formalizadas as operações de *swap*, sendo a da 6ª emissão contratada com o Banco Safra e a da 7ª emissão com a XP Investimentos. Embora tais instrumentos contribuam para maior previsibilidade dos fluxos de caixa, permanecem sujeitos a riscos de mercado decorrentes de variações nas condições macroeconômicas.

A efetividade das operações de *hedge* é avaliada prospectivamente com base na análise dos termos críticos do item protegido e do instrumento de *hedge*, visando assegurar adequada correlação entre as variações dos fluxos de caixa.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2026 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Consolidado
						Valor nominal
XP	15.10.2024	17.07.2034	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	1.020.619
Safra	15.10.2024	18.11.2030	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	427.805
<b>Total</b>						<b>1.448.424</b>

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

## Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	Total	
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>70.230</b>	
Marcação a Mercado no Resultado	21.616	
Amortização	(70.497)	
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>21.349</b>	
Marcação a Mercado no Resultado	5.402	
Amortização	(38.468)	
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>(11.717)</b>	

Os valores da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento financeiro (*swap*) em 31 de março de 2026, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo		Consolidado	
	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Resultado Financeiro	
XP	1.053.613	1.047.598	6.015	
Safra	440.214	434.512	5.702	
<b>Total</b>	<b>1.493.827</b>	<b>1.482.110</b>	<b>11.717</b>	

As operações de *swap* contratadas pela Companhia qualificam-se para a aplicação da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), sendo classificadas como *hedge* de valor justo para conversão de taxas de juros. Tais instrumentos são reconhecidos como ativos financeiros quando apresentam valor justo positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A mensuração do valor justo dos *swaps* é realizada por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando a Estrutura Temporal da Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela ANBIMA na data-base de 31 de março de 2026.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* de valor justo são reconhecidas no resultado do período, em conjunto com as variações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco objeto da proteção. Caso a relação de *hedge* deixe de atender aos critérios para aplicação da contabilidade de *hedge*, os ajustes no valor contábil do item protegido passam a ser amortizados no resultado ao longo do prazo remanescente da operação pelo método da taxa efetiva de juros.

## 26. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.873	1.851	143.433	157.050
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	61.427	9.393
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	6.126	13.023
Provisão Participação nos Lucros e Resultados – PLR	-	-	41.495	31.498
Folha de Pagamento Líquida	413	437	20.674	20.782
<b>Total</b>	<b>2.286</b>	<b>2.288</b>	<b>273.155</b>	<b>231.746</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.286</b>	<b>2.288</b>	<b>243.342</b>	<b>228.829</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.813</b>	<b>2.917</b>

### 26.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O Plano de Desligamento Incentivado (PDI) integra a estratégia da Companhia voltada à adequação da estrutura de custos, otimização de processos e melhoria de indicadores operacionais.

O regulamento do PDI foi aprovado em 22 de fevereiro de 2016, tendo sua primeira implementação em dezembro do mesmo ano. Nos anos subsequentes, foram realizadas novas edições do programa, mantendo-se critérios e regulamentos semelhantes, com ajustes pontuais nos requisitos de elegibilidade.

A edição mais recente do programa (PDI 2026) foi aprovada em janeiro de 2026, cujo objetivo foi oferecer aos empregados elegíveis a possibilidade de desligamento voluntário, mediante a concessão de um pacote de benefícios. As principais premissas do Plano são as seguintes: o público-alvo do PDI é composto por empregados admitidos até 31 de dezembro de 1995 ou que possuam 30 anuênios ou mais, bem como por empregados no cargo de electricista admitidos até 31 de dezembro de 2000 ou que possuam 25 anuênios ou mais, totalizando 138 adesões. O período para manifestação de interesse pelos

## Notas Explicativas

empregados elegíveis ocorreu no final de janeiro de 2026, com desligamento em 28 de fevereiro de 2026. As despesas com as saídas totalizaram o montante de R\$83,2 milhões reconhecido em fevereiro de 2026.

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Circulante	31.614	6.476
Não Circulante	29.813	2.917
<b>Total</b>	<b>61.427</b>	<b>9.393</b>

## 27. TRIBUTOS

As composições dos tributos a pagar por ente federativo estão demonstradas a seguir:

### 27.1. Tributos Federais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
IRRF S/ JCP	7.648	-	7.648	-
PIS e COFINS	8.425	14.814	73.181	76.837
Autorregularização Tributária Lei 14.740-23	-	-	17.792	19.473
Outros	62	62	3.047	3.960
<b>Total a Pagar</b>	<b>16.135</b>	<b>14.876</b>	<b>101.668</b>	<b>100.270</b>
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(376.794)	(404.083)
<b>Total</b>	<b>16.135</b>	<b>14.876</b>	<b>(275.126)</b>	<b>(303.813)</b>

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
IRPJ e CSLL	1.033	3.958	101.555	21.615
<b>Total a pagar</b>	<b>1.033</b>	<b>3.958</b>	<b>101.555</b>	<b>21.615</b>
(-) IRPJ e CSLL a recuperar (NE 10.1)	(56.152)	(55.117)	(248.719)	(144.088)
<b>Total</b>	<b>(55.119)</b>	<b>(51.159)</b>	<b>(147.164)</b>	<b>(122.473)</b>

### 27.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
ICMS	-	-	276.548	241.836
<b>Total a Recolher</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>276.548</b>	<b>241.836</b>
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(110.423)	(103.254)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>166.125</b>	<b>138.582</b>

### 27.3. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
ISS	113	114	2.649	3.706
IPTU	-	-	29	7
<b>Total a Recolher</b>	<b>113</b>	<b>114</b>	<b>2.678</b>	<b>3.713</b>
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(747)	(741)
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>114</b>	<b>1.931</b>	<b>2.972</b>

**Notas Explicativas****28. TAXAS REGULAMENTARES**

Descrição	31.12.2025	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	31.03.2026
Programa Eficiência Energética – PEE	78.054	15.864	2.127	(4.881)	<b>91.164</b>
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	25.660	15.753	589	(12.556)	<b>29.446</b>
Taxa de Fiscalização ANEEL	1.004	3.014	-	(3.013)	<b>1.005</b>
Conta de Desenvolvimento Energético–CDE	27.778	842.594	-	(842.594)	<b>27.778</b>
Comp. Fin. Utilização Recursos Hídricos – CFURH	430	572	-	(662)	<b>340</b>
Conta Centr. Recursos Bandeira Tarifária – CCRBT	20.313	4.898	-	(25.211)	-
<b>Total</b>	<b>153.239</b>	<b>882.695</b>	<b>2.716</b>	<b>(888.917)</b>	<b>149.733</b>
<b>Circulante</b>	<b>71.723</b>	-	-	-	<b>53.880</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>81.516</b>	-	-	-	<b>95.853</b>

**28.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D**

A Lei nº 9.991/2000 estabelece a obrigatoriedade de empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica aplicarem anualmente parte de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE). A Lei nº 14.514/2022 alterou a Lei nº 9.991/2000 para redefinir, de forma temporária, a destinação dos recursos que as empresas do setor elétrico devem aplicar em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE). A Lei nº 15.103/2025 alterou dispositivos da Lei nº 9.991/2000 para ajustar a destinação e os percentuais dos recursos obrigatórios aplicados pelas empresas do setor elétrico em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE).

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando os percentuais e prazos de aplicação de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE), conforme disposições da Lei nº 9.991/2000.

A partir de 1º de janeiro de 2026, os percentuais da ROL destinados a P&D e PEE passaram a ser fixos, substituindo as faixas anteriormente vigentes. No segmento de distribuição, os percentuais foram definidos em 0,20% para P&D e 0,40% para PEE. No segmento de geração, o percentual de P&D foi fixado em 0,40%.

**29. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A Companhia possui a Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, contemplando o reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

**29.1. Contingências Prováveis**

Descrição	31.12.2025	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Controladora
							31.03.2026
Tributária	1.333	-	-	-	-	28	<b>1.361</b>
Cíveis	16	-	-	-	-	-	<b>16</b>
Regulatórias	7.534	-	-	-	-	67	<b>7.601</b>
<b>Total</b>	<b>8.883</b>	-	-	-	-	<b>95</b>	<b>8.978</b>

Descrição	31.12.2025	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Consolidado
							31.03.2026
Tributária	19.851	13	52	(939)	(182)	339	<b>19.134</b>
Trabalhistas	71.132	1.291	1.669	(3.864)	(1.562)	811	<b>69.477</b>
Cíveis	140.032	15.408	941	(10.229)	(456)	616	<b>146.312</b>
Regulatórias	73.290	-	681	-	(477)	1.364	<b>74.858</b>
Ambientais	3.177	18	-	(2)	(1.449)	(236)	<b>1.508</b>
<b>Total</b>	<b>307.482</b>	<b>16.730</b>	<b>3.343</b>	<b>(15.034)</b>	<b>(4.126)</b>	<b>2.894</b>	<b>311.289</b>

## Notas Explicativas

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Companhia o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) requereu o levantamento do valor depositado.

### ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D, o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R\$26,1 milhões. Além disso, há processos referentes a incorporação da gratificação de função no valor de R\$8,4 milhões; horas extras no valor de R\$7,0 milhões; acidente de trabalho no valor de R\$6,7 milhões.

Ainda na Celesc D, há um processo judicial referente à reintegração de empregada que teve rescisão contratual ocorrida em 2011 em razão de aposentadoria, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. Posteriormente, o Tribunal Superior do Trabalho determinou a reintegração da empregada, considerando que a aposentadoria ocorreu antes da vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019. O valor atualizado da provisão em 31 de março de 2026 é de R\$3,5 milhões.

### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Adicionalmente, a Celesc D possui outras demandas judiciais e administrativas para as quais foram constituídas provisões, destacando-se: perdas de produção de fumicultores (R\$10,5 milhões), ações de ressarcimento de seguradoras (R\$7,4 milhões), reclassificação tarifária (R\$3,2 milhões), revisão de contratos licitatórios para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (R\$21,4 milhões), processos relacionados à interrupção do fornecimento de energia ocorrida em 2003 (R\$18,1 milhões), honorários advocatícios pleiteados por escritório externo (R\$3,1 milhões), portarias do antigo DNAEE (R\$8,4 milhões), incidência de CDI-Over (R\$8,2 milhões), ressarcimento por servidão (R\$13,7 milhões) e ações relativas à cobrança indevida de valores no faturamento de consumidores (R\$10,1 milhões).

Foram provisionados, neste trimestre, R\$15,4 milhões provenientes de reparação de danos, acidente de trânsito, danos materiais, queima de equipamento, honorários advocatícios, inexigibilidade ou inexistência de débito, lucro cessante e ações repetitivas (fumicultores e seguradoras).

### iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

Referem-se a processos administrativos instaurados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio de Autos de Infração decorrentes de supostas transgressões contratuais ou regulatórias. Tais

## Notas Explicativas

contingências compreendem litígios inicialmente discutidos na esfera administrativa e que, atualmente, encontram-se em fase de discussão judicial.

Tais processos encontram-se com a exigibilidade suspensa ou garantidos mediante depósitos judiciais ou seguros-garantia. A existência dessas garantias não altera o critério de reconhecimento de provisões, que permanece baseado na reavaliação periódica do risco de perda.

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

### 29.2. Depósitos Judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Tributária	40.173	39.162	49.155	49.131
Trabalhistas	5.263	5.244	20.927	21.767
Cíveis	6.789	3.477	58.582	51.442
Regulatórias	40.473	40.103	274.174	269.107
Ambientais	-	-	1.214	1.179
<b>Saldo</b>	<b>92.698</b>	<b>87.986</b>	<b>404.052</b>	<b>392.626</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>87.986</b>	<b>392.626</b>
Constituição	3.305	20.906
Atualização Financeira	1.407	7.510
Baixas	-	(16.990)
<b>Saldo em 31.03.2026</b>	<b>92.698</b>	<b>404.052</b>

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante refere-se à Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, constituído como garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, alegando a inexigibilidade do débito em razão da existência de crédito passível de compensação. Os embargos foram julgados improcedentes e o recurso interposto aguarda julgamento pelo Tribunal.

Na Celesc D, destacam-se dois depósitos judiciais relacionados ao reequilíbrio econômico-financeiro de contrato de leitura, impressão e entrega simultânea de faturas.

### 29.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Tributárias (i)	58.300	57.900	316.725	315.215
Trabalhistas (ii)	800	800	23.252	28.370
Cíveis (iii)	28.408	27.843	470.155	458.341
Regulatórias (iv)	-	-	375.375	351.363
Ambientais (v)	-	-	10.840	5.975
<b>Total</b>	<b>87.508</b>	<b>86.543</b>	<b>1.196.347</b>	<b>1.159.264</b>

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

## Notas Explicativas

Na Controladora há a Execução Fiscal nº 5001246-22.2023.4.04.7200 no valor de R\$25,8 milhões e a Execução Fiscal nº 5005443-54.2022.4.04.7200 no valor de R\$28,0 milhões, proposta pela União, que objetiva a cobrança de tributos diversos. A Companhia apresentou Embargos à Execução, com a apresentação de seguro-garantia judicial, efetuou o pagamento parcial do valor executado e após a realização de perícia contábil, o processo aguarda sentença.

Há, ainda, o registro de contingência tributária, na Celesc D, referente à Execução Fiscal nº 5010816-95.2024.4.04.7200, no valor de R\$246,1 milhões (NE 17.7.1).

### ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidentes, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes temos o registro dos objetos envolvendo danos na perda de produções de fumicultores em torno de R\$71,5 milhões, tem-se R\$10,0 milhões relacionados a forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$80,0 milhões de danos morais/materiais e ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$45,0 milhões.

### iv) Contingências Regulatórias

Referem-se a processos administrativos punitivos instaurados por órgãos reguladores e fiscalizadores, notadamente ANEEL e CCEE, que podem resultar na aplicação de multas por supostas transgressões contratuais ou regulatórias. Atualmente, a Companhia contesta tais penalidades na esfera judicial. Adicionalmente, compõem este grupo as ações judiciais em que a Companhia discute a aplicação da regulação setorial junto a outros agentes institucionais e setoriais (como ONS, EPE, MME e demais concessionárias).

A Celesc D, por intermédio da ABRADDEE, é parte em Mandado de Segurança Coletivo visando afastar dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 888/2020, posteriormente consolidada na REN nº 1.000/2021, que limitam ou impedem a cobrança pelo serviço de arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.

Atualmente, encontra-se vigente decisão liminar que suspende os efeitos das referidas normas, permitindo a manutenção da cobrança acima do limite de 1% previsto. Caso a liminar seja cassada, poderá haver obrigação de limitar a cobrança e/ou restituir aos municípios valores recebidos acima do percentual autorizado, independentemente de parte desses valores ter sido revertida à modicidade tarifária.

### v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

## 30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, as obrigações atuariais dos planos de benefício a empregados são mensuradas com base em premissas atuariais e financeiras que refletem as melhores estimativas de mercado na data do encerramento das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

<b>Obrigações Registradas</b>	<b>31.03.2026</b>	<b>31.12.2025</b>
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>385.715</b>	<b>385.504</b>
Plano Misto e Plano Transitório	385.715	385.504
<b>Planos Assistenciais</b>	<b>1.351.046</b>	<b>1.347.870</b>
Plano Celos Saúde	1.295.121	1.292.218
Outros Benefícios	55.925	55.652
<b>Total</b>	<b>1.736.761</b>	<b>1.733.374</b>
<b>Circulante</b>	<b>153.963</b>	<b>153.963</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.582.798</b>	<b>1.579.411</b>

A Celesc D é Patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

### 30.1. Plano Transitório

O Plano Transitório é um plano de benefícios previdenciários administrado pela Celos, patrocinado pela Celesc D, estruturado na modalidade “Benefício Definido”, havendo benefício de pós-emprego por parte da Celesc D para com os participantes assistidos (aposentados e pensionistas) do plano.

O Plano Transitório foi fechado a novos ingressos em 1º de janeiro de 1997, sendo vedada a inscrição de novos participantes a partir de então. Atualmente, não há mais participantes ativos no plano, apenas assistidos (aposentados e pensionistas).

Os resultados apurados para o Plano Transitório consideram um Passivo Adicional de responsabilidade do patrocinador, dada a existência de um requisito mínimo de custeio em vigor – dívida contratada pela Celesc D junto ao plano de benefícios. O requisito mínimo de custeio é decorrente da implementação do plano de equacionamento do exercício de 2017, com data-base em outubro de 2018, do plano de equacionamento do exercício de 2022, com data-base em outubro de 2023, e do plano de equacionamento do exercício de 2023, com data-base em dezembro de 2023, todos paritários entre a Patrocinadora e os participantes/assistidos.

O Passivo Adicional considera a responsabilidade da Celesc D em 31 de dezembro de 2025, refletindo o valor complementar para que o Passivo registrado pela Companhia contemple o valor presente das contribuições extraordinárias que serão pagas ao Plano Transitório. De maneira equivalente, em decorrência desses mesmos contratos de dívida, a parcela do compartilhamento de risco com os assistidos do plano (*risk sharing*) foi reconhecida na apuração das Obrigações Atuariais, reduzindo o custo final para a Celesc D.

### 30.2. Plano Misto

O Plano Misto é um plano de benefícios previdenciários administrado pela Celos, patrocinado pela Celesc D, estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, havendo benefício de pós-emprego por parte da Celesc D para com os participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas) do plano.

Ele foi destinado a receber participantes ativos e assistidos que tiverem exercido a opção pela migração do Plano Transitório para esse plano. De acordo com o Regulamento vigente do plano, são oferecidos os seguintes benefícios aos participantes:

- Aposentadoria por Invalidez;
- Aposentadoria;
- Pensão por Morte;
- Abono;
- Benefícios Saldados de 1996, 1998 ou 2000 (com reversão em pensão).

Os resultados apurados para o Plano Misto consideram um Passivo Adicional de responsabilidade da Patrocinadora, dada a existência de um requisito mínimo de custeio em vigor – dívida contratada pela Celesc D junto ao plano de benefícios. O requisito mínimo de custeio é decorrente da implementação de planos de equacionamentos referentes aos exercícios de 2014, 2016 e 2022, todos paritários entre a Patrocinadora e participantes/assistidos.

## Notas Explicativas

### 30.3. Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece aos seus colaboradores, assistidos e dependentes, o Plano Celos Saúde. O referido plano é administrado pela Celos.

O Plano Celos Saúde é custeado em regime de preço pré-estabelecido, por meio de contribuições mensais da Patrocinadora, empregados e respectivos dependentes, e ainda por coparticipação de determinados procedimentos, conforme regulamento vigente.

A Celesc D contribui paritariamente para o plano de saúde durante o período de aposentadoria e pensão dos empregados admitidos até 30 de abril de 2013. Além da paridade das contribuições pagas pela Patrocinadora, há um acréscimo de sua contribuição ao plano, denominado "percentual de equalização", que varia por titular conforme o número e a idade dos dependentes que ele tinha no momento da reestruturação do plano. Aos empregados admitidos após essa data, é mantido o direito de permanecer no plano após aposentadoria, ficando ele responsável pelo custeio integral do seu plano de saúde e de seus dependentes.

### 30.4. Outros Benefícios

#### 30.4.1. Pecúlio

O Plano de Pecúlio é um plano de benefícios previdenciários administrado pela Celos e patrocinado pela Celesc D, estruturado na modalidade "Benefício Definido", havendo benefício de pós-emprego por parte da empresa para com os participantes do plano referente ao pecúlio por morte e invalidez.

#### 30.4.2. Outros

##### Auxílio Deficiência

O auxílio deficiência é um benefício pago diretamente pela Celesc D aos seus empregados e ex-empregados deficientes ou com dependentes deficientes. Para os benefícios já concedidos aos aposentados, a empresa paga vitaliciamente o benefício. Para os ativos, o benefício é pago somente durante o período de atividade.

O acordo coletivo da Celesc D prevê ainda que em caso de falecimento do titular com dependentes com deficiência física/mental, será mantido o pagamento de auxílio-deficiência aos responsáveis legais dos seus dependentes.

##### Benefício Mínimo

O Benefício Mínimo é pago pela Celesc D a um grupo de aposentados e pensionistas, pois não há mais empregados com direito a esse benefício.

O valor do benefício é apurado com base no Piso Mínimo Mensal firmado entre Celesc D e seus empregados, conforme Acordo Coletivo, que é a diferença entre o Piso e o benefício pago pela Celos (Transitório e Misto).

##### Auxílio Funeral

A Celesc D reembolsa despesas com funeral em virtude de falecimento de empregado e de seu cônjuge, limitado ao valor máximo estipulado no acordo coletivo.

**Notas Explicativas****30.5. Informativos Atuariais****30.5.1. Perfis**

	<b>Plano Misto</b>	<b>Plano Transitório</b>	<b>Plano Saúde</b>	<b>Plano Pecúlio</b>	<b>Plano Outros</b>
<b>Empregados/participantes ativos</b>					
Quantidade	3.491	-	3.118	3.533	-
Idade média (em anos)	43,0	-	43,1	43,0	-
Tempo médio de empresa (em anos)	13,0	-	13,1	13,0	-
Folha mensal dos Salários de Participação (Reais Mil)	36.192	-	-	-	-
Salário médio mensal (Reais Mil)	10	-	-	-	-
Tempo médio para aposentadoria (em anos)	-	-	18,2	-	-
<b>Aposentados</b>					
Quantidade	3.627	717	4.003	206	3.946
Idade média (em anos)	68,0	81,0	69,9	68,0	70,3
Folha mensal dos benefícios (Reais Mil)	19.458	5.426	-	-	51,3
Benefício médio mensal (Reais Mil)	5	8	-	-	1
<b>Pensionistas</b>					
Frequência de assistidos	534	962	-	380	-
Frequência de grupos familiares	510	928	-	380	-
idade média (em anos)	65,0	78,0	74,0	78,0	-
Folha mensal dos benefícios (Reais Mil)	1.972	2.690	-	259	-
Benefício médio mensal (Reais Mil)	4	3	-	1	-
Quantidade	-	-	1.349	-	-
<b>Dependentes</b>					
Quantidade	-	-	7.690	-	-
Idade média (em anos)	-	-	41,3	-	-

## Notas Explicativas

### 30.5.2. Premissas

Premissas	31.12.2025			
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Saúde	Plano Pecúlio
Taxa real de desconto atuarial	7,28%	7,64%	7,15%	7,34%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,28%	7,64%	7,15%	7,34%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,63%	Não Utilizado	Não Utilizado	0,00%
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	Não Utilizado	Não Utilizado	3,60%	Não Utilizado
Aging Factor	Não Utilizado	Não Utilizado	2,50%	Não Utilizado
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,31%	98,31%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,31%	Não Utilizado	Não Utilizado	Não Utilizado
Inflação esperada	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%
Taxa de desconto nominal	11,62%	12,00%	11,49%	11,69%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,62%	12,00%	11,49%	11,69%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,83%	4,05%	Não Utilizado	4,05%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,05%	4,05%	7,80%	4,05%
Mortalidade geral	BR-EMSLs-2015 por sexo	AT-2000 Male RP-2000 Disabled Female	BR-EMSbv-2015 por sexo	BR-EMSbv-2015 Segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled Female Grupo Americana Desagravada em 20%	Não Utilizado	RP-2000 Disabled Female Grupo Americana Desagravada em 20%	RP-2000 Disabled Female Grupo Americana (Desagravada em 20%)
Entrada em invalidez	Experiência Celos 2024	Não Utilizado	Exp. Celos 2024	Não Utilizado
Taxa anual de rotatividade	Não Utilizado	Não Utilizado	61 anos	Não Utilizado
Idade de entrada em aposentadoria	Família real para os aposentados e pensionistas. Família média para os ativos (80% de casados e homem 3 anos mais velho do que mulher)	Família real	Família Efetiva	Não Utilizado
Composição familiar				

Premissas	31.12.2025		
	Plano Outros / Auxílio Deficiência	Plano Outros / Benefício Mínimo	Plano Outros / Auxílio Funeral
Taxa real de desconto atuarial	7,33%	7,38%	7,16%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,33%	7,38%	7,16%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,31%	98,31%	Não Utilizado
Inflação esperada	4,05%	4,05%	4,05%
Taxa de desconto nominal	11,68%	11,73%	11,50%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,68%	11,73%	11,50%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não Aplicável	4,05%	Não Utilizado
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,05%	4,05%	Não Utilizado
Mortalidade geral	Não Aplicável	BR-EMSbv-2015 segregada por sexo	BR-EMSbv-2015 segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled Female	RP-2000 Disabled Female	RP-2000 Disabled Female
Composição familiar	Não Aplicável	Família real	Família média

**Notas Explicativas**

**31.12.2024**

<b>Premissas</b>	<b>Plano Misto</b>	<b>Plano Transitório</b>	<b>Plano Saúde</b>	<b>Plano Pecúlio</b>
Taxa real de desconto atuarial	7,33%	7,66%	7,44%	7,35%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,33%	7,66%	7,44%	7,35%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,08%	Não Utilizado	Não Aplicável	0,00%
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	Não Utilizado	Não Utilizado	3,50%	Não Utilizado
Aging Factor	Não Utilizado	Não Utilizado	2,50%	Não Utilizado
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,31%	98,31%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,31%	Não Utilizado	Não Aplicável	Não Utilizado
Inflação esperada	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto nominal	12,65%	13,00%	12,77%	12,67%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,65%	13,00%	12,77%	12,67%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,19%	Não Utilizado	Não Aplicável	4,96%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,96%	4,96%	8,63%	4,96%
Mortalidade geral	AT-2000 por sexo desagravada em 5%	AT 2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 por sexo Desagravada em 5%	AT-2000 por sexo Desagravada em 5%
Mortalidade de inválidos	AT-71	Segregada por sexo	AT-71	AT-71
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	AT-71	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa anual de rotatividade	1,49%	Não Utilizado	1,49%	Não Utilizado
Idade de entrada em aposentadoria	Não Utilizado	Não Utilizado	61 anos	Não Utilizado
Composição familiar	Família real para os aposentados e pensionistas. Família média para os ativos (80% de casados e homem 3 anos mais velho do que mulher)	Família real	Família Efetiva	Não Utilizado

**31.12.2024**

<b>Premissas</b>	<b>Plano Outros / Auxílio Deficiência</b>	<b>Plano Outros / Benefício Mínimo</b>	<b>Plano Outros / Auxílio Funeral</b>
Taxa real de desconto atuarial	7,34%	7,60%	7,44%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,34%	7,60%	7,44%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,31%	98,31%	Não Utilizado
Inflação esperada	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto nominal	12,66%	12,94%	12,77%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,66%	12,94%	12,77%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não Aplicável	4,96%	Não Utilizado
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,96%	4,96%	Não Utilizado
Mortalidade geral	Não Aplicável	AT-2000 por sexo desagravada em 5%	AT-2000 por sexo Desagravada em 5%
Mortalidade de inválidos	AT-71	AT-71	AT-71
Composição familiar	Não Aplicável	Família real	Família média



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Notas Explicativas****30.5.3. Valor Justo dos Ativos**

Descrição	31.12.2025		
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Pecúlio
<b>Ativo Total</b>	<b>4.214.475</b>	<b>750.580</b>	<b>17.627</b>
(-) Exigível Operacional	(22.947)	(2.837)	(10)
(-) Exigível Contingencial	(19.087)	(6.666)	-
(-) Fundos Previdenciais	(3.106)	-	(17.248)
(-) Fundos Administrativos	(98.365)	(10.246)	(369)
(-) Fundos de Investimentos	(32.264)	(4.726)	-
<b>(=) Patrimônio de Cobertura do plano</b>	<b>4.038.706</b>	<b>726.105</b>	<b>-</b>
(-) Saldos em Contribuição Definida	(1.374.669)	-	-
(-) Dívidas das patrocinadoras	(328.356)	(192.275)	-
(+/-) Ajuste a valor de mercado (parcela BD)	(148.778)	(29.398)	-
(+/-) Ajuste a valor de mercado (parcela Fundo Previdencial)	-	-	(87)
(+) Fundos para cobertura de riscos do plano	3.106	-	17.247
<b>(=) Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>2.190.009</b>	<b>504.432</b>	<b>17.160</b>
Proporção das obrigações ref. empresa	<b>99,2%</b>	<b>99,3%</b>	<b>94,7%</b>
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>2.171.983</b>	<b>500.726</b>	<b>16.253</b>

31.12.2025

Descrição	31.12.2025	
	Plano CELOS Saúde	
<b>Ativo Total</b>	<b>124.914</b>	
(-) Passivo Circulante	(23.147)	
(-) Passivo Não Circulante	(8.132)	
<b>(=) Patrimônio para Cobertura de Benefícios</b>	<b>93.635</b>	
<b>(=) Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>93.635</b>	
Proporção das obrigações ref. empresa	<b>98,9%</b>	
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>92.583</b>	

**30.5.4. Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido**

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.021.307)	(486.924)	(39.829)	(15.127)	-	(2.563.187)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381	4.103.012
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	59.115	64.200	-	13.359	-	136.674
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2024</b>	<b>303.948</b>	<b>173.985</b>	<b>1.143.185</b>	<b>-</b>	<b>55.381</b>	<b>1.676.499</b>
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.171.983)	(500.726)	(92.583)	(16.253)	-	(2.781.545)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.432.592	541.193	1.384.801	1.642	55.652	4.415.880
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic. Fim do Exercício	24.914	59.514	-	14.611	-	99.039
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2025</b>	<b>285.523</b>	<b>99.981</b>	<b>1.292.218</b>	<b>-</b>	<b>55.652</b>	<b>1.733.374</b>





Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Notas Explicativas****30.5.6. Reconciliação do Passivo/(Ativo) Líquido**

Para fins de registro contábil da Celesc, a movimentação do Passivo Atuarial ocorrida durante o exercício de 2025 foi a seguinte:

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Passivo/(ativo) no fim do período anterior</b>	<b>303.948</b>	<b>173.985</b>	<b>1.143.185</b>	-	<b>55.381</b>
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	37.251	21.379	80.751	152	6.720
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(9.397)	(73.020)	160.703	(152)	(448)
Contribuições do empregador	(46.279)	(22.363)	(92.421)	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	(6.001)
<b>Passivo/(ativo) no fim do período</b>	<b>285.523</b>	<b>99.981</b>	<b>1.292.218</b>	-	<b>55.652</b>

**30.5.7. Demonstração das Mudanças nos Valores Divulgados**

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>2.077.203</b>	<b>442.352</b>	<b>42.450</b>	<b>14.057</b>
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	38.795	19.946	51.597	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	106.331	89.146	80.497	-
Rendimentos Esperados dos Ativos	192.505	42.122	4.283	1.313
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(146.389)	(10.719)	10.494	70
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>2.021.307</b>	<b>486.924</b>	<b>39.829</b>	<b>15.127</b>
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(257.985)	(109.651)	(146.665)	(357)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	45.654	22.081	58.723	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	46.279	22.363	92.421	-
Rendimentos Esperados dos Ativos	245.528	59.479	5.562	1.892
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	71.200	19.530	42.713	(409)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>2.171.983</b>	<b>500.726</b>	<b>92.583</b>	<b>16.253</b>

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Saldo 31.12.2023</b>	<b>2.589.128</b>	<b>726.627</b>	<b>1.379.195</b>	<b>1.946</b>	<b>62.877</b>
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.717	-	(45.152)	167	-
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	235.997	64.936	126.570	167	5.687
Benefícios Pagos no Período	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)	(5.723)
(Ganhos) / Perdas nas Obrigações Atuarias	(352.359)	(118.877)	(179.704)	(199)	(7.460)
<b>Saldo 31.12.2024</b>	<b>2.266.140</b>	<b>596.709</b>	<b>1.183.014</b>	<b>1.768</b>	<b>55.381</b>
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.376	-	(56.315)	153	-
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	45.654	22.081	58.723	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	273.923	72.512	142.628	199	6.720
Benefícios Pagos no Período	(257.985)	(109.651)	(146.665)	(357)	(6.001)
(Ganhos) / Perdas nas Obrigações Atuarias	103.484	(40.458)	203.416	(121)	(448)
<b>Saldo 31.12.2025</b>	<b>2.432.592</b>	<b>541.193</b>	<b>1.384.801</b>	<b>1.642</b>	<b>55.652</b>

## Notas Explicativas

## 30.5.8. Fluxo de Caixa

31.12.2025

Fluxo de Caixa	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Plano Outros
<b>Fluxo de caixa no período</b>					
Contribuições do empregador	46.279	22.363	92.421	-	-
Contribuições de participante	45.654	22.081	58.723	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	257.985	109.651	146.665	357	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	6.001
<b>Fluxo de caixa estimado para o período seguinte</b>					
Contribuições do empregador	33.233	22.159	92.364	-	-
Contribuições de participante	33.233	22.159	69.182	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	261.645	100.119	143.656	395	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	6.201

31.12.2024

Fluxo de Caixa	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Plano Outros
<b>Fluxo de caixa no período</b>					
Contribuições do empregador	106.331	89.146	80.497	-	-
Contribuições de participante	38.795	19.946	51.597	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	247.138	95.923	149.492	313	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	5.723
<b>Fluxo de caixa estimado para o período seguinte</b>					
Contribuições do empregador	42.113	19.662	82.567	-	-
Contribuições de participante	42.113	19.662	61.277	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	251.034	99.958	136.155	416	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	6.576

## 30.5.9. Projeção dos Custos do Plano para o Período Seguinte

Para cada exercício, os valores de despesas/(receitas) esperados são calculados pela projeção das variações das obrigações atuariais. Para o exercício de 2026, os valores a serem registrados são os seguintes:

31.12.2026

Projeção dos Custos para o Período Seguinte	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros
<b>Resultado do Exercício projetado para o período seguinte</b>					
Custo do serviço corrente líquido	1.194	-	(62.995)	119	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	269.874	60.395	151.079	169	6.144
Rendimento esperado dos ativos do plano	(241.457)	(56.831)	(11.637)	(1.877)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	2.896	7.141	-	1.708	-
<b>Despesa/(receita) a reconhecer até o fim do período seguinte</b>	<b>32.507</b>	<b>10.705</b>	<b>76.447</b>	<b>119</b>	<b>6.144</b>

## 30.5.10. Análise de Sensibilidade

Conforme o item 145 da CPC 33 (R1), a empresa deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

## Notas Explicativas

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial		HCCTR		Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	+ 1 ano	- 1 ano
Misto	(101.158)	109.037	-	-	403	(370)	49.398	(51.062)
Transitório	(14.699)	15.512	-	-	-	-	16.897	(16.921)
Pecúlio	(60)	64	-	-	-	-	(75)	81
Auxílio-Deficiência	(129)	140	-	-	-	-	54	(53)
Auxílio-Funeral	(700)	767	-	-	-	-	(510)	522
Benefício Mínimo	(1.309)	1.400	-	-	-	-	1.040	(1.049)
Saúde	(83.344)	92.407	88.156	(80.153)	-	-	50.655	(50.167)

### 30.5.11. Alocação de Investimentos

Descrição	31.12.2025				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	
Renda Fixa	85,77%	88,10%	92,14%	78,87%	
Renda Variável	5,17%	6,14%	0,00%	6,77%	
Investimentos sujeitos a Variação Cambial	-	-	7,85%	-	
Estruturado	3,08%	3,72%	-	12,19%	
Imobiliário	2,18%	0,37%	-	0,24%	
Operações com Participantes	3,62%	1,29%	-	0,00%	
Exterior	-	-	-	1,48%	
Outros *	0,18%	0,38%	0,01%	0,45%	

\* - Compreende contas a pagar/receber e Tesouraria.

Descrição	31.12.2024				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	
Renda Fixa	81,40%	88,13%	91,11%	82,89%	
Renda Variável	5,73%	4,32%	-	6,22%	
Investimentos sujeitos a Variação Cambial	-	-	8,87%	-	
Estruturado	5,11%	4,10%	-	8,61%	
Imobiliário	3,12%	0,40%	-	0,28%	
Operações com Participantes	3,06%	1,23%	-	-	
Exterior	1,42%	1,63%	-	1,39%	
Outros *	0,16%	0,19%	0,02%	0,61%	

\* - Compreende contas a pagar/receber e Tesouraria.

## 31. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

### 31.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve decisão judicial favorável, que garantiu o direito de recuperação de valores pagos a maior de PIS/COFINS, decorrentes da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo, referente ao período de abril de 2007 a dezembro de 2014. Os valores foram registrados contabilmente como Ativo – Tributos a Recuperar e Passivo – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores, considerando que a devolução ocorreria via mecanismos tarifários a serem definidos pela ANEEL.

Em 2021, a Companhia realizou devoluções provisórias aos consumidores no montante de R\$795,0 milhões. No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, após a publicação da Lei nº 14.385/2022, foram repassados R\$806,3 milhões, resultando em redução de 8,32% na tarifa.

A metodologia de atualização utilizada pela ANEEL divergiu da regra tributária aplicada pela Companhia, que considerou a legislação vigente para atualização dos valores, chegando a R\$1.573,4 milhões. A diferença de R\$27,9 milhões foi registrada como Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no passivo circulante, considerando que a Companhia entendia os valores como indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022.

Em 22 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.203, a ANEEL validou sua metodologia de atualização, determinando que os valores de PIS/COFINS a serem devolvidos aos consumidores deveriam ser corrigidos com base em juros compostos, conforme os Submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, e não pela metodologia da Receita Federal.

## Notas Explicativas

### **31.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS**

Em relação à segunda ação judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação indicou crédito atualizado de R\$1,08 bilhão. A Celesc D iniciou os processos de compensação tributária dessa ação em fevereiro de 2023.

Conforme a Lei nº 14.385/2022, parte dos valores foi considerada para devolução aos consumidores no Reajuste Tarifário Anual (RTA) de agosto de 2023, resultando em repasse de R\$ 807,6 milhões e efeito redutor de 7,02% na tarifa. Houve divergência, novamente, na atualização financeira dos créditos entre a Companhia e a ANEEL, levando ao registro de R\$25,5 milhões em Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores.

Com a publicação do Despacho nº 2.203/2025, que consolidou a metodologia de atualização da ANEEL, a Companhia reconheceu em junho de 2025 a diferença de atualização financeira das duas ações como despesa financeira, no montante de R\$53,4 milhões.

A Companhia seguirá avaliando os impactos da referida decisão, inclusive em relação às demais obrigações operacionais correlatas, com o suporte de seus assessores legais.

### **31.3. Decisão do STF na ADI 7324**

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7324 (ADI 7324), na qual se discutia a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. Essa lei atribui à ANEEL a competência para definir o procedimento de repasse, aos consumidores finais, dos valores pagos a mais pelas distribuidoras em virtude da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS/COFINS. O respectivo acórdão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

No Acórdão, o STF determinou a observância de prazo de 10 anos, contados a partir da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada; a possibilidade de dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos despendidos pelas concessionárias, com o objetivo de viabilizar a repetição do indébito; e que o recebimento em boa-fé de valores pagos a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Apesar da publicação do Acórdão, permanecem questões pendentes a serem dirimidas pelo STF, especialmente contradições relativas ao julgamento dos Ministros e à aplicação do prazo prescricional. Em razão disso, a ABRADEE apresentou recurso de embargos de declaração, que poderá ainda suscitar decisões adicionais no âmbito da ADI 7324.

Diante do exposto, a Companhia entende que não existem elementos suficientes para alterar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Celesc D permanece acompanhando os desdobramentos da medida judicial.



## Notas Explicativas

**32. OUTROS PASSIVOS**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Cosip	-	-	90.938	66.304
Créditos a Compensar com Consumidor (i)	-	-	14.547	9.553
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	13.085	12.304
Partes Relacionadas/Celos	91	-	12.817	25
Partes Relacionadas/Governo de SC	-	-	133	178
Contrato Convênios	-	-	13.488	14.248
Energia injetada GD	-	-	53.148	56.766
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	6.425	10.581
Bônus Escassez Hídrica	-	-	820	824
Penalidade DIC/FIC	-	-	876	794
Acionistas	205	205	205	205
Cauções em Garantia	131	106	232	194
Obrigações com Empregados	-	50	58	102
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	147	139	147	139
Empregados à Disposição	4.777	2.781	-	-
Outros	298	320	3.994	4.156
<b>Total Circulante</b>	<b>5.649</b>	<b>3.601</b>	<b>210.913</b>	<b>176.373</b>

(i) O aumento no saldo na Créditos a Compensar com Consumidor é decorrente do reprocessamento da arrecadação das faturas.

**33. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****33.1. Capital Social**

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

**33.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros**

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

O saldo da reserva de retenção de lucros, com a destinação feita pelo resultado apurado no exercício de 2025, ultrapassou seu limite legal estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/76. Em conformidade com a própria legislação, a Companhia submeteu uma proposta de integralização do capital social com parte dessa reserva para ser apreciada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2026. A proposta foi aprovada, regularizando a desconformidade mencionada.

## Notas Explicativas

### 33.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O valor do provento referente ao primeiro trimestre de 2026, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
31.03.2026	ON	0,000000000		
	DIV	PN	0,000000000	-
	ON	1,898840927	77.617	77.617
	JCP	PN	2,088725019	
	IR	(7.648)		
	JCP líquido de IR	69.969		

\*Expresso em R\$.

O valor do provento referente ao primeiro trimestre de 2025, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
31.03.2025	ON	0,000000000		
	DIV	PN	0,000000000	-
	ON	1,470975995	60.128	60.128
	JCP	PN	1,618073594	
	IR	(5.080)		
	JCP líquido de IR	55.048		

\*Expresso em R\$.

### 33.4. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 31 de março de 2026 e de 2025 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem:

- o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% a mais do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 31 de março de 2026 e de 2025, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações e não havia instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	31.03.2026	31.03.2025
<b>Média Ponderada de Ações (milhares)</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
<b>Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	95.215	95.984
Ações Preferenciais Nominativas – PN	155.444	156.699
<b>Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>	<b>250.659</b>	<b>252.683</b>
<b>Lucro por Ação Diluído</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	6,1322	6,1817
Ações Preferenciais Nominativas – PN	6,7454	6,7999

### 33.5. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 31 de março 2026, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cujas aprovações estão demonstradas na tabela a seguir:

## Notas Explicativas

Descrição	Aprovação no Conselho de Administração	Valor Bruto	Consolidado
			Valor Líquido de Imposto de Renda
1º Trimestre	19.03.2026	77.617	69.969
<b>Total</b>		<b>77.617</b>	<b>69.969</b>

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, sendo a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2026.

### 33.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,23 bilhão, em 31 de março de 2026, e R\$1,23 bilhão, em 31 de dezembro de 2025, composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Custo Atribuído – Celesc G (a)	11.645	11.782
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.106.177)	(1.106.177)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
<b>Total</b>	<b>(1.231.793)</b>	<b>(1.231.656)</b>

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

## 34. RECEITAS E DESPESAS

### 34.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

#### 34.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica – Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica – Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia a consumidores livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica – São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo – É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no qual são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.


**Notas Explicativas**

- Receita de Construção – Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado, ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.
- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e/ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os montantes da receita contabilizada, no primeiro trimestre de 2026, foram de R\$154,0 milhões como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), R\$14,9 milhões como Programa de Baixa Renda, R\$9,8 milhões como fornecimento de Bandeiras CCRBT, e R\$33,03 milhões, como diferença de reembolso CDE (efeito positivo). No primeiro trimestre de 2025, esses montantes foram de R\$148,4 milhões, R\$11,2 milhões, R\$16,4 milhões e R\$18,9 milhões, respectivamente.
- Outras Receitas Operacionais – Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

Descrição	Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>5.551.160</b>	<b>4.630.956</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	1.944.111	1.961.315
Fornecimento não faturado	18.046	55.259
Suprimento de Energia Elétrica	67.221	55.574
Suprimento não faturado	773	(1.923)
Disponibilização da Rede Elétrica	2.543.995	2.100.975
Valo Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14.967	13.832
Receita Financeira	26.216	26.048
Renda de Prestação de Serviços	164	4
Energia Elétrica de Curto Prazo	180.622	137.601
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	193.400	(151.489)
Outras Receitas Operacionais	1.893	500
Doações e Subvenções	211.691	194.847
Receita de Construção	345.265	238.349
Arrendamentos e Aluguéis UFV	2.796	64
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(2.052.413)</b>	<b>(1.653.425)</b>
ICMS	(750.273)	(674.037)
PIS	(74.899)	(61.064)
COFINS	(344.988)	(281.265)
ISS	(8)	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(842.594)	(606.505)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(15.753)	(13.692)
Programa Eficiência Energética – PEE	(15.412)	(13.371)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(3.014)	(2.799)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(573)	(692)
Outros Encargos	(4.899)	-
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.498.747</b>	<b>2.977.531</b>

### 34.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

Descrição	Consolidado					
	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Residencial	2.885.390	2.782.456	2.476.631	2.502.491	1.095.576	1.098.963
Industrial	141.949	144.221	2.873.329	2.931.157	199.811	206.541
Comercial	349.730	337.140	1.475.994	1.534.064	433.306	487.082
Rural	203.238	211.352	263.382	306.624	100.297	108.551
Poder Público	29.098	28.406	136.194	143.164	63.834	59.678
Iluminação Pública	2.028	1.615	143.187	149.486	38.254	22.878
Serviço Público	4.857	4.591	123.546	126.348	31.079	32.881
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.616.290</b>	<b>3.509.781</b>	<b>7.492.263</b>	<b>7.693.334</b>	<b>1.962.157</b>	<b>2.016.574</b>
Suprimento de Energia	172	173	661.305	711.560	67.994	53.651
<b>Total</b>	<b>3.616.462</b>	<b>3.509.954</b>	<b>8.153.568</b>	<b>8.404.894</b>	<b>2.030.151</b>	<b>2.070.225</b>



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Notas Explicativas****34.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas**

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas	Consolidado
						31.03.2026 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.668.903	-	-	-	-	<b>1.668.903</b>
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	568.772	-	-	-	-	<b>568.772</b>
Pessoal (c)	158.505	115.374	7.260	-	430	<b>281.569</b>
Administradores	-	2.781	-	-	-	<b>2.781</b>
Despesa Atuarial	-	31.481	-	-	-	<b>31.481</b>
Entidade de Previdência Privada (c)	5.581	3.780	295	-	-	<b>9.656</b>
Material	12.450	2.364	-	-	3.161	<b>17.975</b>
Custo de Construção	345.265	-	-	-	-	<b>345.265</b>
Custos e Serviços de Terceiros	47.461	27.451	16.645	-	142	<b>91.699</b>
Depreciação e Amortização	86.723	15.145	25	-	493	<b>102.386</b>
Provisões Líquidas	-	-	-	38.073	15.947	<b>54.020</b>
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	25	<b>25</b>
Arrendamento e Aluguéis	474	1.658	231	-	(161)	<b>2.202</b>
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(78.204)	<b>(78.204)</b>
Taxa Arrecadação de Convênio(e)	-	-	-	-	(19.677)	<b>(19.677)</b>
Outras (Receitas)/Despesas	7.806	(4.134)	4.757	-	(7.489)	<b>940</b>
<b>Total</b>	<b>2.901.940</b>	<b>195.900</b>	<b>29.213</b>	<b>38.073</b>	<b>(85.333)</b>	<b>3.079.793</b>

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas	Consolidado
						31.03.2025 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.399.598	-	-	-	-	1.399.598
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	483.947	-	-	-	-	483.947
Pessoal (c)	107.097	79.302	7.327	-	481	194.207
Administradores	-	2.731	-	-	-	2.731
Despesa Atuarial	-	36.563	-	-	-	36.563
Entidade de Previdência Privada (c)	4.938	3.572	272	-	-	8.782
Material	7.979	1.933	-	-	5.732	15.644
Custo de Construção	238.349	-	-	-	-	238.349
Custos e Serviços de Terceiros	36.373	26.802	15.662	-	174	79.011
Depreciação e Amortização	76.488	14.193	25	-	493	91.199
Provisões Líquidas	-	-	-	69.255	(6.932)	62.323
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	20	20
Arrendamento e Aluguéis	388	2.192	208	-	(304)	2.484
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(75.213)	(75.213)
Taxa Arrecadação de Convênio(e)	-	-	-	-	(11.284)	(11.284)
Outras (Receitas)/Despesas	1.442	(3.551)	5.150	-	4.090	7.131
<b>Total</b>	<b>2.356.599</b>	<b>163.737</b>	<b>28.644</b>	<b>69.255</b>	<b>(82.743)</b>	<b>2.535.492</b>

**a) Energia Elétrica Comprada para Revenda**

Descrição	Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	1.004.689	752.554
Itaipu Binacional	171.752	180.932
Contratos Bilaterais	401.266	272.610
Cotas de Energia Nuclear	66.146	48.412
Cotas de Garantia Física	116.164	132.903
Energia Injetada GD	(3.618)	-
Demais Compras de Energia	4.818	63.826
Proinfa	74.256	86.747
PIS/COFINS	(166.570)	(138.386)
<b>Total</b>	<b>1.668.903</b>	<b>1.399.598</b>

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD – Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou,

## Notas Explicativas

quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

Em razão do perfil da curva de carga da Celesc D e da sazonalização dos contratos de compra de energia, verificou-se maior exposição ao mercado de curto prazo, uma vez que o montante contratado para o período foi inferior ao consumo efetivamente realizado.

Nessas circunstâncias, a Companhia necessitou adquirir energia elétrica ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, cuja média no primeiro trimestre de 2026 foi de R\$359,4/MWh, valor significativamente superior à média de R\$163,53/MWh registrada no mesmo período de 2025.

### b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025
Encargo de Uso do Sistema	475.878	411.098
Encargos dos Serviços do Sistema - ESS (i)	11.335	7.445
Encargos de Transporte de Itaipu (ii)	29.692	24.395
Encargo de Energia de Reserva - EER (iii)	109.841	90.337
PIS/COFINS	(57.974)	(49.328)
<b>Total</b>	<b>568.772</b>	<b>483.947</b>

(i) O ESS é um encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Sua gestão fica a cargo da CCEE.

(ii) É um custo regulado pela ANEEL que cobre as despesas de transporte da energia gerada na Usina Binacional de Itaipu até as subestações das distribuidoras no Sistema Interligado Nacional (SIN).

(iii) Custeio da contratação de energia extra (reserva) para garantir a segurança e confiabilidade do SIN, funcionando como um "seguro" contra crises hídricas e alto consumo, evitando racionamentos.

### c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
<b>Pessoal</b>	<b>2.448</b>	<b>2.574</b>	<b>281.569</b>	<b>194.207</b>
Remunerações	2.282	2.418	96.066	93.304
Encargos Sociais	92	73	39.481	36.975
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	9.896	10.249
Benefícios Assistenciais	-	-	37.845	31.808
Provisões e Indenizações	31	30	98.207	21.796
Outros	43	53	74	75
<b>Previdência Privada - CELOS</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>9.656</b>	<b>8.782</b>
<b>Total</b>	<b>2.448</b>	<b>2.580</b>	<b>291.225</b>	<b>202.989</b>

### d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

### e) Taxa Arrecadação de Convênio

A Celesc mantém convênios com entes públicos e privados para a arrecadação de valores de terceiros por meio das faturas de energia elétrica. Em contrapartida, recebe uma taxa de arrecadação destinada a remunerar os custos administrativos e operacionais do serviço prestado.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Notas Explicativas****34.3. Resultado Financeiro**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>(3.282)</b>	<b>(309)</b>	<b>234.402</b>	<b>172.822</b>
Renda de Aplicações Financeiras	2.593	2.942	10.572	24.027
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	43.352	38.806
Variações Monetárias	-	-	375	624
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro Setoriais	-	-	38.457	16.600
Receita de Derivativos (NE 25)	-	-	59.724	16.841
Juros s/ Depósitos Judiciais	1.407	2.014	7.510	7.626
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	67.973	64.742
Atualização Trib. Recup. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	8.260	9.964
Outras Receitas Financeiras	1.104	1.302	12.136	4.622
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(8.193)	(6.337)	(8.193)	(6.337)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(193)	(230)	(5.764)	(4.693)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(205)</b>	<b>(502)</b>	<b>(332.530)</b>	<b>(254.087)</b>
Encargos de Dívidas	-	-	(61.655)	(62.407)
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	-	-	(4.036)	(2.894)
Variações Monetárias	-	-	(108.774)	(79.632)
Atualização Monetárias para Litígios	(95)	(456)	(2.894)	(5.556)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(2.716)	(2.297)
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	(63.179)	(58.847)
Despesa com Derivativos (NE 25)	-	-	(65.126)	(10.945)
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	-	-	(13.287)	(19.429)
Atualização Vlr a Devolver Consum. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	(7.324)	(9.011)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(2.092)	(2.588)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(4)	(4)	(292)	(177)
Outras Despesas Financeiras	(106)	(42)	(1.155)	(304)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(3.487)</b>	<b>(811)</b>	<b>(98.128)</b>	<b>(81.265)</b>

**35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas. Os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela Avaliação de Desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis.

Até 31 de março de 2026, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

A controladora Celesc, tem a estrutura de  *Holding*, cujas atribuições são controlar e gerenciar a participação em outras empresas. Além disso, ela executa a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

Em 31 de março de 2026 e de 2025, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Distribuição de energia – A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

b) Geração de energia – A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.



## Notas Explicativas

Descrição	Segmentos Reportáveis			Ajustes de Consolidação	Total
	Celesc D	Celesc G	Controladora		
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.436.547</b>	<b>65.512</b>	-	<b>(3.312)</b>	<b>3.498.747</b>
Custo das Vendas	(2.801.602)	(16.927)	-	3.312 (i)	(2.815.217)
Depreciação e Amortização	(84.345)	(2.378)	-	-	(86.723)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>550.600</b>	<b>46.207</b>	-	-	<b>596.807</b>
Despesas com Vendas	(67.282)	(4)	-	-	(67.286)
Despesas Gerais e Administrativas	(182.184)	(6.243)	(7.473)	-	(195.900)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	81.557	(557)	4.333	-	85.333
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	1.568	258.319	(247.124) (ii)	12.763
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>382.691</b>	<b>40.971</b>	<b>255.179</b>	<b>(247.124)</b>	<b>431.717</b>
Receitas Financeiras	236.703	5.243	(3.282)	(4.262) (iii)	234.402
Despesas Financeiras	(335.018)	(1.569)	(205)	4.262 (iii)	(332.530)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(98.315)</b>	<b>3.674</b>	<b>(3.487)</b>	-	<b>(98.128)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>284.376</b>	<b>44.645</b>	<b>251.692</b>	<b>(247.124)</b>	<b>333.589</b>
IRPJ e CSLL	(67.262)	(14.635)	(1.033)	-	(82.930)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>217.114</b>	<b>30.010</b>	<b>250.659</b>	<b>(247.124)</b>	<b>250.659</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>13.028.990</b>	<b>1.070.686</b>	<b>4.508.269</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>10.229.202</b>	<b>257.617</b>	<b>366.762</b>		

Descrição	Segmentos Reportáveis			Ajustes de Consolidação	Total
	Celesc D	Celesc G	Controladora		
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>2.923.599</b>	<b>56.835</b>	-	<b>(2.903)</b>	<b>2.977.531</b>
Custo das Vendas	(2.268.384)	(14.630)	-	2.903 (i)	(2.280.111)
Depreciação e Amortização	(75.270)	(1.218)	-	-	(76.488)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>579.945</b>	<b>40.987</b>	-	-	<b>620.932</b>
Despesas com Vendas	(97.859)	(40)	-	-	(97.899)
Despesas Gerais e Administrativas	(150.517)	(6.010)	(7.210)	-	(163.737)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	79.428	(146)	3.461	-	82.743
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	3.052	257.243	(243.324) (ii)	16.971
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>410.997</b>	<b>37.843</b>	<b>253.494</b>	<b>(243.324)</b>	<b>459.010</b>
Receitas Financeiras	170.027	3.104	(309)	- (iii)	172.822
Despesas Financeiras	(252.329)	(1.256)	(502)	- (iii)	(254.087)
<b>Resultado Financeiro, Líquido</b>	<b>(82.302)</b>	<b>1.848</b>	<b>(811)</b>	-	<b>(81.265)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>328.695</b>	<b>39.691</b>	<b>252.683</b>	<b>(243.324)</b>	<b>377.745</b>
IRPJ e CSLL	(112.613)	(12.449)	-	-	(125.062)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>216.082</b>	<b>27.242</b>	<b>252.683</b>	<b>(243.324)</b>	<b>252.683</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>12.079.855</b>	<b>1.072.849</b>	<b>4.157.654</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>9.593.609</b>	<b>214.698</b>	<b>293.820</b>		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.



## Notas Explicativas

**36. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS****36.1. Celesc D****36.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

<b>Ativo</b>	<b>31.03.2026</b>	<b>31.12.2025</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.977.764</b>	<b>3.607.408</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	155.182	309.869
Contas a Receber de Clientes	2.886.263	2.704.084
IRPJ e CSLL a Recuperar	198.005	105.855
Demais Tributos a Recuperar	199.532	205.220
Ativo Financeiro Setorial	202.715	-
Outros	336.067	282.380
<b>Não Circulante</b>	<b>9.051.226</b>	<b>8.835.481</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>3.859.075</b>	<b>3.823.747</b>
Contas a Receber de Clientes	18.696	21.672
Tributos Diferidos	577.788	560.035
Tributos a Recuperar	287.156	301.537
Depósitos Judiciais	310.966	304.087
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.420.438	1.234.686
Ativo Financeiro Setorial	207.960	273.140
Ativo de Contrato	917.600	1.037.521
Instrumentos Financeiros Derivativos	94.436	69.258
Outros	24.035	21.811
<b>Imobilizado</b>	<b>10.612</b>	<b>12.094</b>
<b>Intangível</b>	<b>5.181.539</b>	<b>4.999.640</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>13.028.990</b>	<b>12.442.889</b>

Caixa e equivalente de caixa - A redução do caixa e equivalente de caixa é decorrente, principalmente, da política de investimentos realizados e além disso, há o descasamento de caixa desde o último reajuste tarifário anual com o aumento do custo de energia.

Contas a receber – Acréscimo decorreu principalmente pelo reajuste tarifário de 08/2025.

Perdas Estimadas sobre Crédito de Liquidação Duvidosa - A PECLD sobre o total do contas a receber teve um aumento de 2,6%.

Ativo de Direito de Uso (Arrendamentos) – O aumento é decorrente da renovação do contrato de aluguel da frota em maio.

Ativo de contrato – Correspondem aos ativos de infraestrutura em curso, contabilizado ao custo e acrescido de encargos financeiros dos empréstimos vinculados. Foram aplicados em alta tensão: R\$43,7 milhões em linhas de distribuição; R\$38,2 milhões em subestações; R\$23,5 milhões no sistema de medição; investimentos em melhorias em terrenos e obras civis associadas à infraestrutura da rede; R\$22 milhões investidos em Tecnologia da Informação; R\$2,5 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos; R\$1,12 milhões aplicados na compra de novos veículos.

Ativo Financeiro Ind. Concessão e Ativo Intangível - Quando da conclusão da construção da infraestrutura e entrada em operação do ativo, os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. O valor é decorrente dos investimentos realizados. Os bens bifurcados para ativo financeiro foram 11,6% inferiores a 2025, uma redução de R\$120 milhões. No Intangível o incremento foi de R\$182 milhões, correspondendo a 3,6% de aumento em relação a 2025.

Outros – Correspondem a diversos créditos e adiantamentos. Principalmente, ICMS Substituição Tributária – ST; reembolso CDE; Compartilhamento de Infraestrutura; Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA; despesas antecipadas de salário (R\$652,1 mil), férias (R\$1,6 milhão) e vale-alimentação (R\$7,8 milhões); Outros Créditos (multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia).

No longo prazo, o valor de R\$24,0 milhões se refere a alienação de bens da distribuidora.

**Notas Explicativas****36.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo**

<b>Passivo</b>	<b>31.03.2026</b>	<b>31.12.2025</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.012.561</b>	<b>3.030.649</b>
Fornecedores	1.223.568	997.854
Empréstimos Moeda Nacional	246.186	187.463
Empréstimos Moeda Estrangeira	153.160	106.857
Debêntures	663.697	170.095
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	241.056	226.541
IRPJ e CSLL a Recolher	87.728	17.657
Demais Tributos a Recolher	362.362	325.947
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	322.186	251.625
Taxas Regulamentares	53.298	71.023
Mútuos	117.596	113.334
Passivo de Arrendamento	1.466	2.673
Benefícios a Empregados	153.963	153.963
Passivos Financeiro Setorial	-	80.584
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	93.649	58.483
Instrumentos Financeiros Derivativos	82.719	90.607
Outros	209.927	175.943
<b>Não Circulante</b>	<b>6.216.641</b>	<b>6.744.037</b>
Empréstimos Moeda Nacional	330.833	399.583
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.142.625	1.142.625
Debêntures	2.466.324	2.944.709
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	29.813	2.917
Taxas Regulamentares	95.441	81.217
Tributos a Recolher	15.123	15.123
Passivo de Arrendamento	10.004	10.250
Provisão para Contingências	302.253	298.548
Benefícios a Empregados	1.582.798	1.579.411
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	241.427	269.654
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.799.788</b>	<b>2.668.203</b>
Capital Social (i)	2.084.737	2.084.737
Reservas de Lucro	1.689.643	1.689.643
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.106.177)	(1.106.177)
Lucros Acumulados	131.585	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>13.028.990</b>	<b>12.442.889</b>

Empréstimo (curto prazo) – Em 26 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou aditamento à Cédula de Crédito Bancário (CCB) anteriormente firmada com o Banco Bradesco S.A., do limite disponibilizado, foram utilizados R\$80,0 milhões.

Empréstimo (BID) - Atualização financeira da dívida.

Tributos a recolher (longo prazo) – O IR/CS são apurados por estimativas mensais e compensados com os tributos a recuperar apenas em dezembro.

Dividendos e JCP a pagar - Destinação de JCP trimestral em 2026 – R\$70,6 milhões em março.

Taxas Regulamentares – No curto prazo a redução é relacionado ao encargo da conta bandeira no 4T/2025. No longo prazo, o aumento está relacionado a contabilização e atualização financeira do Programa de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Procel e a contabilização de R\$12,3 milhões de contrato de desempenho.

Contrato de mútuo – Contrato celebrado com a Celesc G no valor de R\$103,0 milhões + atualização de R\$16,3 despesa Financeira – pagamento R\$1,9 milhão.

PIS/COFINS a restituir a consumidores – Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo.

Outros Passivos - A variação do saldo é decorrente, principalmente dos contratos de Cosip e repasse à Celos.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias – Refere-se aos empregados desligados no Programa de Demissão Incentivada (PDI) em fevereiro/2026.



## Notas Explicativas

### 36.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.03.2026	31.03.2025
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.436.547</b>	<b>2.923.599</b>
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	3.436.547	2.923.599
<b>Custos de Vendas</b>	<b>(2.885.947)</b>	<b>(2.343.654)</b>
Custo de Operação	(2.885.947)	(2.343.654)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>550.600</b>	<b>579.945</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(167.909)</b>	<b>(168.948)</b>
Despesas com Vendas	(29.209)	(28.604)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(38.073)	(69.255)
Despesas Gerais e Administrativas	(182.184)	(150.517)
Outras Receitas	100.500	94.386
Outras Despesas	(18.943)	(14.958)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>382.691</b>	<b>410.997</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(98.315)</b>	<b>(82.302)</b>
Receitas Financeiras	236.703	170.027
Despesas Financeiras	(335.018)	(252.329)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>284.376</b>	<b>328.695</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(67.262)</b>	<b>(112.613)</b>
Corrente	(85.015)	(56.895)
Diferido	17.753	(55.718)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>217.114</b>	<b>216.082</b>

### 36.1.4. Receita Operacional

Descrição	31.03.2026	31.03.2025
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>5.482.139</b>	<b>4.571.047</b>
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.937.722	1.952.336
Fornecimento Não Faturado (a)	15.572	55.459
Suprimento de Energia Elétrica (a)	38.222	29.733
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	193.400	(151.489)
Disponibilização da Rede Elétrica	2.545.649	2.102.359
Energia de Curto Prazo	177.758	135.122
Doações e Subvenções	211.691	194.847
Receita de Construção	345.265	238.348
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14.967	13.832
Outras Receitas Operacionais	1.893	500
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(2.045.592)</b>	<b>(1.647.448)</b>
ICMS	(750.273)	(674.037)
PIS	(73.872)	(60.202)
COFINS	(340.259)	(277.292)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(842.594)	(606.505)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(15.412)	(13.371)
Programa Eficiência Energética – PEE	(15.412)	(13.371)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(2.871)	(2.670)
Outros Encargos	(4.899)	-
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.436.547</b>	<b>2.923.599</b>

Fornecimento de energia – A variação está relacionada com queda no Consumo Cativo em 6,3%.

O mercado cativo sem residencial (industrial, comercial, rural, suprimento e demais classes) tem tendência de queda histórica pela migração desses consumidores para o mercado livre. O mercado residencial depende do crescimento populacional e do clima. Em 2026, o verão teve temperaturas mais amenas em relação a 2025.

A retração observada no primeiro trimestre de 2026 reflete, majoritariamente, um efeito base elevado, decorrente do pico histórico registrado em 2025, especialmente no segmento residencial. Dessa forma, o movimento recente deve ser interpretado como uma normalização do consumo, e não como uma mudança estrutural de tendência.

Receita do suprimento de energia – Aumento de 28,6% na venda da energia como supridora.

Disponibilidade da rede – O aumento de 21,1% nesta conta está relacionado, principalmente, ao aumento de 13,5% no reajuste tarifário em 05/2025.

O mercado livre apresenta tendência histórica de crescimento, com o crescimento orgânico das unidades que já são livres e especialmente devido à migração de consumidores. O 1T/2026 apresentou um

## Notas Explicativas

arrefecimento da taxa de crescimento devido à comparação com período pré tarifação extra de exportações para os Estados Unidos, afetando sobretudo os setores industriais de alimentos, celulose, madeira e têxteis.

Energia de curto prazo – O acréscimo de 31,6% é decorrente do aumento no PLD.

No primeiro trimestre de 2025, o PLD variou entre R\$59,21 e R\$332,56, enquanto, no mesmo período de 2026, os preços registraram valores de R\$249,95 em janeiro, R\$402,69 em fevereiro e R\$425,57 em março.

Ativo (Passivo) Financeiro (constituição) – São os valores a serem recebidos/devolvidos no RTA.

Receita de construção - Teve um acréscimo de 44,9% em relação ao mesmo período do ano passado. A empresa mantém seu plano de investimentos em expansão do seu sistema elétrico aprovado em seu orçamento de capital.

Outras receitas operacionais – Proveniente do aumento de 8,20% na atualização do ativo financeiro indenizável. O ativo financeiro (no ativo) cresceu em torno de 15,0%, considerando fechamento de obras/bifurcação/atualização financeira.

### a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Residencial	2.885.390	2.782.456	2.476.631	2.502.491	1.095.576	1.098.963
Industrial	141.908	144.199	2.838.194	2.897.918	191.526	201.241
Comercial	349.704	337.135	1.471.586	1.518.197	432.728	483.603
Rural	203.238	211.352	263.382	306.624	100.297	108.551
Poder Público	29.098	28.406	136.194	143.164	63.834	59.678
Iluminação Pública	2.028	1.615	143.187	149.486	38.254	22.878
Serviço Público	4.857	4.591	123.546	126.348	31.079	32.881
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.616.223</b>	<b>3.509.754</b>	<b>7.452.720</b>	<b>7.644.228</b>	<b>1.953.294</b>	<b>2.007.795</b>
Suprimento de Energia	78	84	489.613	550.712	38.222	29.733
<b>Total</b>	<b>3.616.301</b>	<b>3.509.838</b>	<b>7.942.333</b>	<b>8.194.940</b>	<b>1.991.516</b>	<b>2.037.528</b>

### 36.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	31.03.2026
						Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	2.227.359	-	-	-	-	2.227.359
Pessoal (i)	157.802	108.294	7.260	-	430	273.786
Despesa Atuarial	-	31.481	-	-	-	31.481
Entidade Previdência Privada	5.581	3.780	295	-	-	9.656
Material	12.392	2.337	-	-	3.022	17.751
Custo de Construção	345.265	-	-	-	-	345.265
Serviços de Terceiros	45.395	24.892	16.641	-	142	87.070
Depreciação e Amortização	84.345	14.915	25	-	-	99.285
Provisões Líquidas	-	-	-	38.073	15.940	54.013
Taxa de Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(13.529)	(13.529)
Outros Custos de Despesas	7.808	(3.515)	4.988	-	(87.562)	(78.281)
<b>Total</b>	<b>2.885.947</b>	<b>182.184</b>	<b>29.209</b>	<b>38.073</b>	<b>(81.557)</b>	<b>3.053.856</b>

(i) Pessoal - Esse aumento se refere a contabilização do novo Plano de Desligamento Incentivado (PDI), no montante de R\$83,2 milhões reconhecidos em fevereiro de 2026.

## Notas Explicativas

31.03.2025

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	1.875.119	-	-	-	-	1.875.119
Pessoal	106.306	72.123	7.327	-	481	186.237
Despesa Atuarial	-	36.563	-	-	-	36.563
Entidade Previdência Privada	4.938	3.566	272	-	-	8.776
Material	7.875	1.912	-	-	5.562	15.349
Custo de Construção	238.349	-	-	-	-	238.349
Serviços de Terceiros	34.382	24.794	15.622	-	174	74.972
Depreciação e Amortização	75.270	13.986	25	-	-	89.281
Provisões Líquidas	-	-	-	69.255	13.692	82.947
Taxas Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(11.777)	(11.777)
Outros	1.415	(2.427)	5.358	-	(87.560)	(83.214)
<b>Total</b>	<b>2.343.654</b>	<b>150.517</b>	<b>28.604</b>	<b>69.255</b>	<b>(79.428)</b>	<b>2.512.602</b>

### 36.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros.

Encargos de dívidas: os encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No primeiro trimestre de 2026, o CDI acumulado foi de 3,36%, sendo que no mesmo período de 2025 foi 2,94%.

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

Marcação a Mercado (MTM): é o resultado positivo obtido quando o valor justo (preço de mercado) do ativo financeiro (item protegido por hedge) é maior em relação ao valor registrado contabilmente.

Receita com Derivativos: ocorre quando a variação do derivativo é positiva, ajustando o valor do item protegido por um ganho no resultado.

Despesas com Derivativos: quando o derivativo perde valor, o item protegido é ajustado para refletir essa desvalorização, o que resulta em uma perda reconhecida no resultado.

Descrição	31.03.2026	31.03.2025
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>236.703</b>	<b>170.027</b>
Renda de Aplicações Financeiras	6.917	17.877
Variações Monetárias	375	624
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	38.457	16.600
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	43.305	38.802
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	8.260	9.964
Juros Depósitos Judiciais	6.094	5.604
Receita com Derivativos	59.724	16.841
Marcação a Mercado (MTM)	67.973	64.742
Outras Receitas Financeiras	10.912	3.285
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(5.314)	(4.312)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(335.018)</b>	<b>(252.329)</b>
Encargos de Dívidas	(61.655)	(62.407)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(4.036)	(2.894)
Encargos de Mútuo	(4.262)	-
Atualização P&D e Eficiência Energética	(2.705)	(2.277)
Custo na Emissão de Debêntures	(1.163)	(1.390)
Variações Monetária Debêntures	(108.729)	(79.622)
Outras Variações Monetárias	(45)	(10)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(13.287)	(19.429)
Juros de Arrendamentos	(288)	(173)
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão ICMS PIS/COFINS	(7.324)	(9.011)
Atualização Monetária Litígios	(2.799)	(5.100)
Despesas com Derivativos	(65.126)	(10.945)
Marcação a Mercado (MTM)	(63.179)	(58.847)
Outras Despesas Financeiras	(420)	(224)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(98.315)</b>	<b>(82.302)</b>

## Notas Explicativas

O resultado foi deficitário em R\$98,3 milhões, decorrente, principalmente, do aumento dos encargos das dívidas e juros de debêntures.

O desempenho foi impactado, principalmente, pelo aumento das despesas com juros sobre debêntures, que totalizaram R\$108,7 milhões no primeiro trimestre de 2026, em comparação aos R\$79,6 milhões apurados no mesmo período do exercício anterior.

Adicionalmente, a Celesc D mantém operação de swap contratada para proteção (hedge) das 6ª e 7ª Emissões de Debêntures. Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos resultaram em receita financeira de R\$127,7 milhões e despesa financeira de R\$128,3 milhões, gerando impacto líquido negativo de R\$600 mil no resultado financeiro do período. No primeiro trimestre de 2025, o efeito líquido dessas operações havia sido positivo em R\$11,8 milhões.

### 36.2. Celesc G

#### 36.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

<b>Ativo</b>	<b>31.03.2026</b>	<b>31.12.2025</b>
<b>Circulante</b>	<b>170.104</b>	<b>124.397</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	53.564	31.236
Contas a Receber de Clientes	23.831	19.818
IRPJ e CSLL a Recuperar	9.529	5.015
Demais Tributos a Recuperar	800	774
Despesas Antecipadas	661	1.059
Dividendos e JCP a Receber	892	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	46.335	45.542
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	20.303	19.956
Outros	89	997
Ativo Mantido para Venda	14.100	-
<b>Não Circulante</b>	<b>900.582</b>	<b>903.429</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>622.015</b>	<b>610.209</b>
Mútuo	117.596	113.334
Depósitos Judiciais	388	553
Demais Tributos a Recuperar	476	547
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	344.440	339.113
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	156.694	154.241
<b>Investimentos</b>	<b>32.246</b>	<b>45.670</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>205.481</b>	<b>206.291</b>
<b>Intangível</b>	<b>40.840</b>	<b>41.259</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.070.686</b>	<b>1.027.826</b>

Caixa e Equivalente de Caixa – O aumento é decorrente do faturamento no trimestre.

Despesas Antecipadas – Prêmios de seguros.

Dividendos a receber – Referem-se: R\$208 da Rondinha e R\$684 da Xavantina

Outros Créditos – Alienação dos créditos de CIAP para a Celesc D.

Contas a Receber – Mútuo com a Celesc D – Valor a receber de R\$103,0 milhões + Receita Financeira.

Investimentos e ANC Mantido p/ Venda - Redução decorrente da venda da participação na Rondinha (R\$14 milhões) e transferência p/ ANC mantido p/ venda.

Imobilizado – No primeiro trimestre de 2026, foram realizados investimentos em ativos imobilizados e serviços correlatos às usinas fotovoltaicas e hidrelétricas. A redução é a depreciação no período.

**Notas Explicativas****36.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo**

<b>Passivo</b>	<b>31.03.2026</b>	<b>31.12.2025</b>
<b>Circulante</b>	<b>96.630</b>	<b>87.626</b>
Fornecedores	4.413	3.975
Empréstimos	2.301	2.262
Debêntures	7.018	6.561
IRPJ e CSLL a Recolher	12.794	-
Demais Tributos a Recolher	2.128	11.658
Taxas Regulamentares	582	700
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	56.984	56.984
Outros	10.410	5.486
<b>Não Circulante</b>	<b>160.987</b>	<b>157.141</b>
Empréstimos e Financiamentos	19.365	19.585
Debêntures	26.478	26.006
Tributos Diferidos	114.674	111.200
Taxas Regulamentares	412	299
Provisões para Contingências	58	51
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>813.069</b>	<b>783.059</b>
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	321.277	321.277
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11.645	11.782
Lucros Acumulados	30.147	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.070.686</b>	<b>1.027.826</b>

Fornecedores – Relacionado a compra de energia elétrica (convencional e incentivada); material para as usinas (sobressalente estações de monitoramento hidrológico, programas ambientais); serviço de conservação, topografia, manutenção das usinas.

Empréstimos e Financiamentos – Provisionamento de encargos e atualização monetária do financiamento junto ao BNDES.

Outros – Refere-se aos empregados à disposição da Celesc D. Em 03 de março de 2026, a Aneel se manifestou por meio do Despacho nº 734, prorrogando até maio de 2026, o atual contrato de compartilhamento.

**36.2.3. Demonstração de Resultados**

<b>Descrição</b>	<b>31.03.2026</b>	<b>31.03.2025</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>65.512</b>	<b>56.835</b>
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	65.512	56.835
<b>Custos de Vendas</b>	<b>(19.305)</b>	<b>(15.848)</b>
Custo de Operação	(19.305)	(15.848)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>46.207</b>	<b>40.987</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(5.236)</b>	<b>(3.144)</b>
Com Vendas	(4)	(40)
Gerais e Administrativas	(6.243)	(6.010)
Outras Receitas	-	32
Outras Despesas	(557)	(178)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	1.568	3.052
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>40.971</b>	<b>37.843</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>3.674</b>	<b>1.848</b>
Receitas Financeiras	5.243	3.104
Despesas Financeiras	(1.569)	(1.256)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>44.645</b>	<b>39.691</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(14.635)</b>	<b>(12.449)</b>
Corrente	(11.163)	(8.671)
Diferido	(3.472)	(3.778)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>30.010</b>	<b>27.242</b>

**Notas Explicativas****36.2.4. Receita Operacional**

Descrição	31.03.2026	31.03.2025
<b>Receita Operacional Bruta – ROB (a)</b>	<b>72.333</b>	<b>62.811</b>
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	5.835	5.525
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	2.474	(200)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	578	3.479
Suprimento de Energia Elétrica	30.633	27.335
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	773	(1.923)
Energia Elétrica de Curto Prazo	2.864	2.479
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	11.059	10.730
Receita Financeira Atualização Monetária Bonificação de Outorga	7.096	7.308
Receita Financeira Juros Usina Pery	4.843	4.697
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	3.218	3.313
Renda de Prestação de Serviços	164	4
Arrendamentos e Aluguéis UFV	2.796	64
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(6.821)</b>	<b>(5.976)</b>
PIS	(1.027)	(862)
COFINS	(4.729)	(3.972)
Taxa Fiscalização	(143)	(129)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(341)	(321)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(573)	(692)
ISS	(8)	-
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>65.512</b>	<b>56.835</b>

Geração Própria (R\$28,1 milhões; +12,8%): Puxada pelo Curto Prazo (R\$3,2 milhões; +102,4%); Fornecimento (R\$3,3 milhões; -33,6%) e Suprimento R\$21,6 milhões; +17,7%).

Comercialização (R\$15,0 milhões; +27,8%): Influenciada pelo Fornecimento (R\$5,6 milhões; +46,0%) e no Suprimento (R\$9,8 milhões; +39,1%).

Outros destaques são as receitas provenientes dos Serviços de Operação e Manutenção UFV (R\$164 mil) e Arrendamentos e Aluguéis UFV (R\$2,8 milhões).

**a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica**

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Industrial	41	22	35.135	33.239	8.309	5.325
Comercial, Serviços e Outros	26	5	4.408	15.867	578	3.479
Suprimento de Energia	94	89	171.692	160.848	31.406	25.412
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	10.575	10.540	2.864	2.479
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>116</b>	<b>221.810</b>	<b>220.494</b>	<b>43.157</b>	<b>36.695</b>

**36.2.5. Custos e Despesas Operacionais**

Descrição	31.03.2026					Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas ou Receitas Líquidas		
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	9.450	-	-	-	-	9.450
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda CP	2.500	-	-	-	-	2.500
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.654	-	-	-	-	1.654
Pessoal	703	4.632	-	-	-	5.335
Material	58	27	-	139	-	224
Custos e Serviços de Terceiros	2.090	1.143	4	-	-	3.237
Depreciação e Amortização	2.378	173	-	-	-	2.551
Seguros	397	1	-	-	-	398
Provisões líquidas	-	-	-	7	-	7
Tributos	62	191	-	-	-	253
Aluguéis	-	10	-	-	-	10
Outros	13	66	-	-	411	490
<b>Total</b>	<b>19.305</b>	<b>6.243</b>	<b>4</b>	<b>557</b>		<b>26.109</b>

## Notas Explicativas

<b>31.03.2025</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Custos de Bens e/ou Serviços</b>	<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>Despesas com Vendas</b>	<b>Outras Despesas ou Receitas Líquidas</b>	<b>Total</b>
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	8.220	-	-	-	8.220
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda CP	1.700	-	-	-	1.700
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.384	-	-	-	1.384
Pessoal	791	4.605	-	-	5.396
Material	104	21	-	170	295
Custos e Serviços de Terceiros	2.016	1.057	40	-	3.113
Depreciação e Amortização	1.218	148	-	-	1.366
Seguros	391	-	-	-	391
Provisões líquidas	-	-	-	(29)	(29)
Tributos	20	136	-	-	156
Aluguéis	-	37	-	-	37
Outros	4	6	-	5	15
<b>Total</b>	<b>15.848</b>	<b>6.010</b>	<b>40</b>	<b>146</b>	<b>22.044</b>

### 36.2.6. Resultado Financeiro

<b>Descrição</b>	<b>31.03.2026</b>	<b>31.03.2025</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>5.243</b>	<b>3.104</b>
Renda de Aplicação Financeira	1.062	3.208
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	47	4
Juros Mútuo	4.262	-
Juros Depósitos Judiciais	9	8
Outras Receitas Financeiras	120	35
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(257)	(151)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(1.569)</b>	<b>(1.256)</b>
Juros Debêntures	(896)	(1.165)
Juros Empréstimos	(600)	-
IOF, Comissões e Taxas Empréstimos	(4)	-
Custos na Emissão de Debêntures	(33)	(33)
Atualização do P&D	(11)	(20)
Outras Despesas Financeiras	(25)	(38)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>3.674</b>	<b>1.848</b>

As receitas financeiras cresceram R\$2,1 milhões, impulsionadas sobretudo pela atualização monetária do contrato de mútuo com a Celesc D. Nas despesas financeiras, o aumento foi de R\$ 313 mil, decorrente dos encargos sobre dívidas (atrelados à variação das taxas de juros do BNDES).

## 37. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

<b>Consolidado</b>						
<b>31.03.2026</b>						
<b>Descrição</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>	<b>2030+</b>
Compra de energia	3.360.675	4.455.009	4.353.217	4.495.069	4.650.942	41.658.797
Encargos de conexão e transporte de energia	1.518.363	2.094.649	2.165.654	2.241.745	2.318.934	32.690.906
<b>Total</b>	<b>4.879.038</b>	<b>6.549.658</b>	<b>6.518.871</b>	<b>6.736.814</b>	<b>6.969.876</b>	<b>74.349.703</b>

<b>Consolidado</b>						
<b>31.12.2025</b>						
<b>Descrição</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>	<b>2030+</b>
Compra de energia	4.722.756	4.549.087	4.491.702	4.638.968	4.799.849	42.459.673
Encargos de conexão e transporte de energia	1.893.040	1.957.541	2.023.901	2.095.011	2.167.657	30.481.361
<b>Total</b>	<b>6.615.796</b>	<b>6.506.628</b>	<b>6.515.603</b>	<b>6.733.979</b>	<b>6.967.506</b>	<b>72.941.034</b>



## Notas Explicativas

### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 38.1. Aprovações da Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas, ocorrida em 30 de abril de 2026, aprovou a proposta para aumento do capital social integralizado da Companhia em R\$120.000.000,00 (centro e vinte milhões de reais), com a utilização de parte da reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores, ratificando a deliberação do Conselho de Administração em reunião do dia 19 de março de 2026.

Tal ação iguala o capital social integralizado ao capital social autorizado no estatuto social, no valor de R\$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais).

A mesma Assembleia ratificou a distribuição de dividendos complementares propostos, totalizando um payout de 45% do lucro líquido do exercício de 2025 após a destinação da reserva legal.

#### 38.2. Mudança na Administração – Diretoria Executiva

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril 2026, foi apreciada a renúncia do Sr. Tarcísio Estefano Rosa ao cargo de Diretor Presidente da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., bem como de suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A..

Na mesma data, em conformidade com a indicação do acionista majoritário, o Governo do Estado de Santa Catarina, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, a eleição do Sr. Edson Moritz Martins da Silva para o cargo de Diretor Presidente da Companhia e de suas subsidiárias, com mandato coincidente com o de seu antecessor, com término previsto para 31 de dezembro de 2027.

A Administração registra que a referida mudança não implicou alterações na estrutura operacional ou nas políticas contábeis da Companhia.

#### 38.3. Alienação de Participação Societária

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 16 de abril de 2026, a alienação da totalidade de sua participação acionária na Dona Francisca Energética S.A, correspondente a 23,03% do capital social da participada, diante da proposta vinculante apresentada pela Gerdau S.A., atual acionista majoritária daquela empresa. A proposta prevê um valor de R\$150 milhões por essa participação com pagamento integral na conclusão da operação.

A efetivação da venda ainda depende da assinatura dos contratos definitivos e do cumprimento de condições usuais para esse tipo de transação.

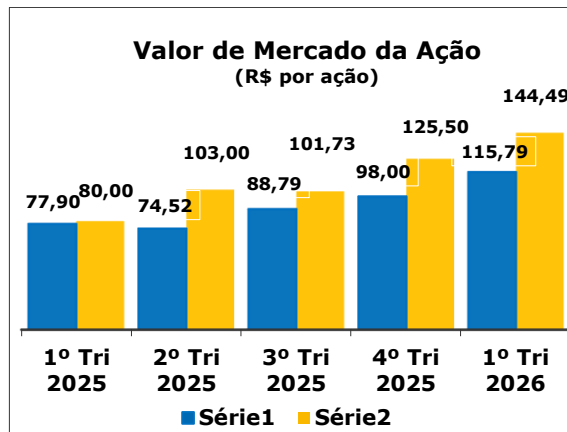
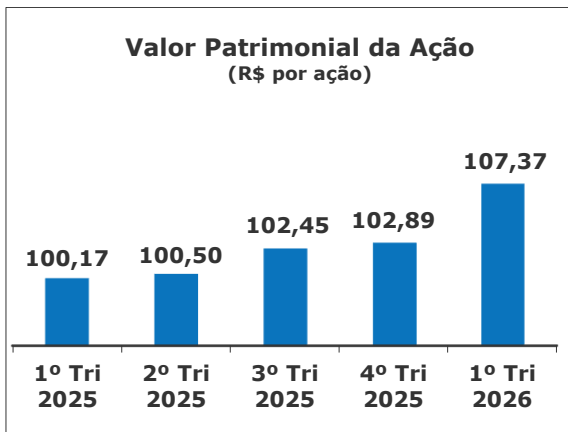
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

**OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

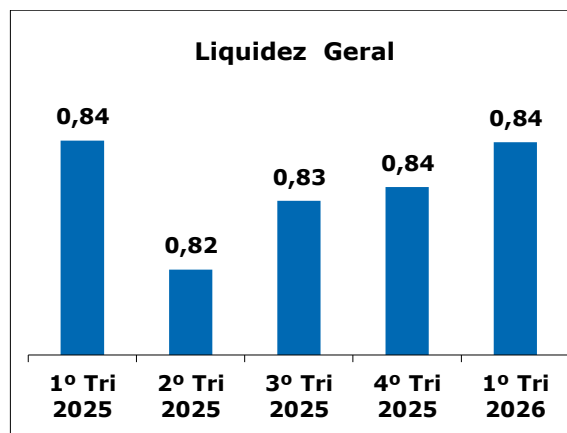
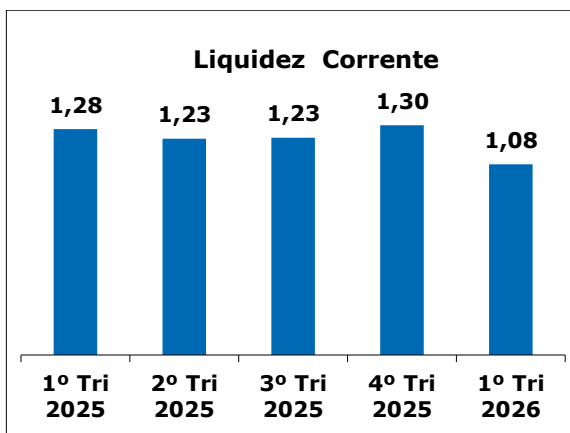
**1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS**

(Informações não revisadas)

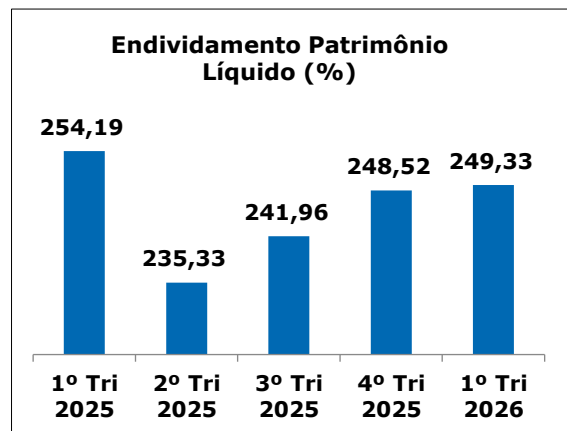
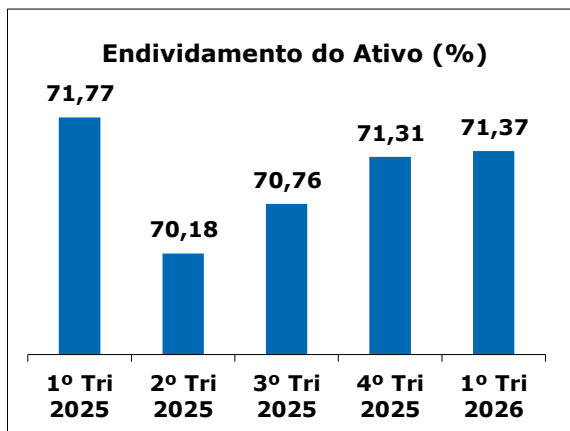
**1.1. Patrimoniais**



**1.2. Liquidez**

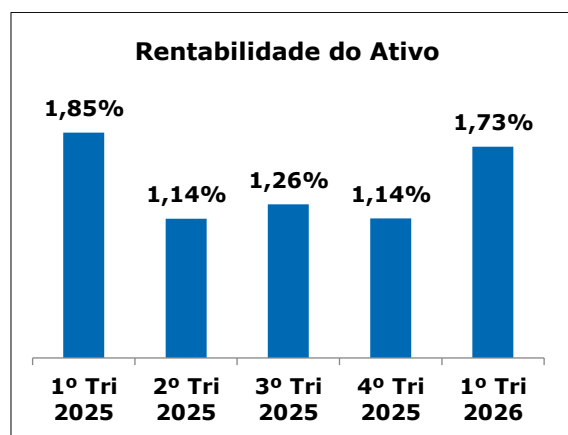
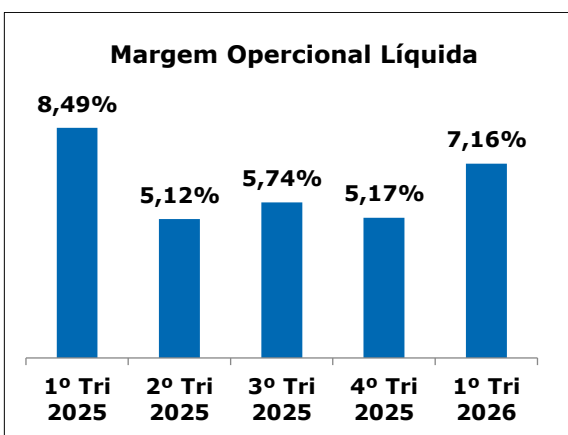
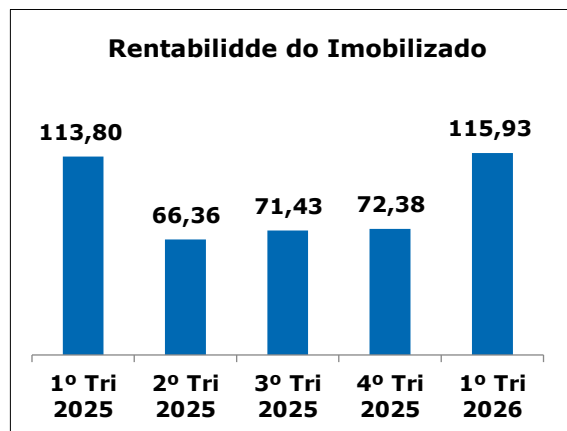
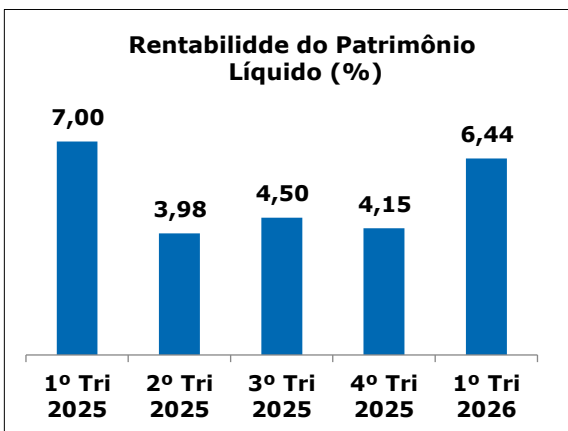


**1.3. Endividamento**

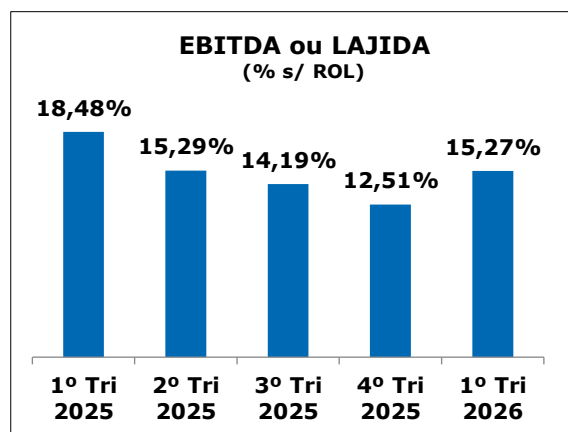
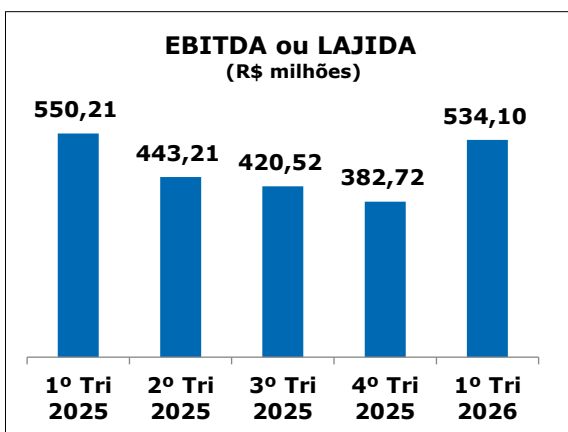


**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

**1.4. Rentabilidade**

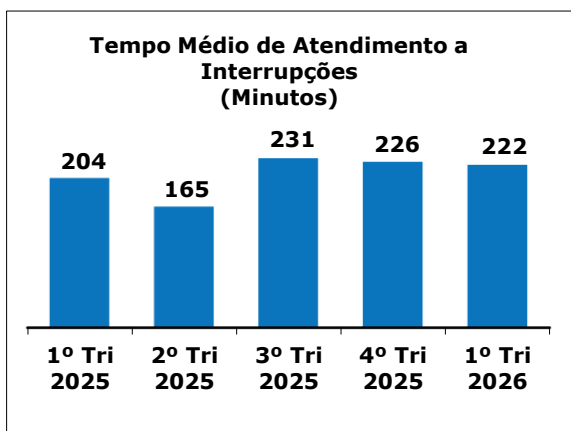
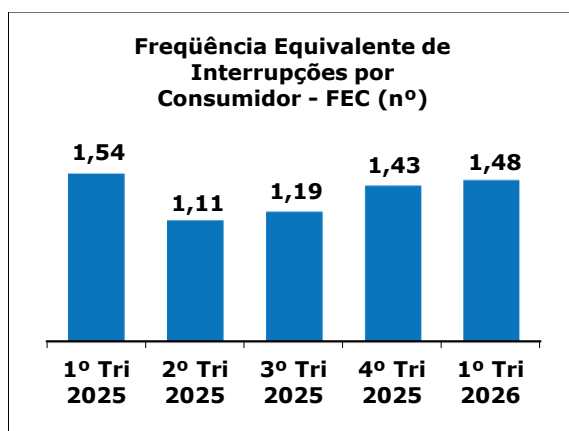
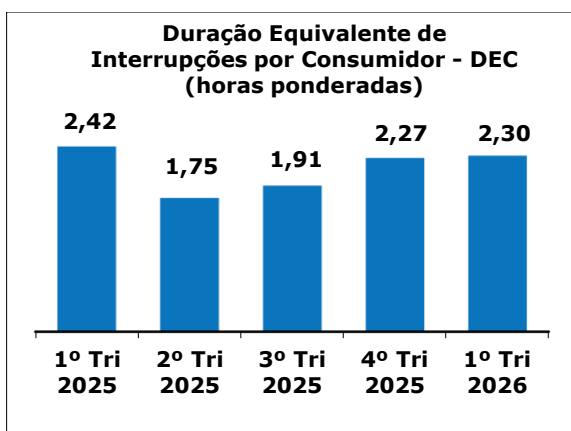
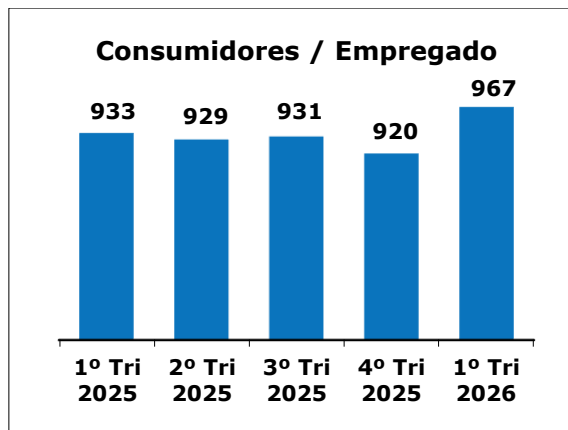
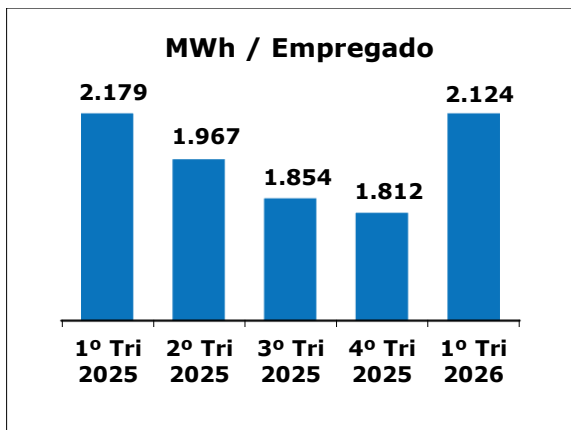


**1.5. EBITDA ou LAJIDA**



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1.6. Eficiência



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000  
Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

Relatório sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas  
Aos Administradores e Acionistas  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC S. A.  
Florianópolis – SC

### Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de maio de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken  
CRC SC-030412/O-1

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 1º trimestre de 2026.

Edson Moritz Martins da Silva  
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan  
Diretor Financeiro

Cláudio Varella do Nascimento  
Diretor de Engenharia e Obras

Elói Hoffelder  
Diretor de Operações e Serviços

Lino Henrique Pedroni Junior  
Diretor de Planejamento

Moisés Diersmann  
Diretor Administrativo

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior  
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva  
Diretora de Regulação

Wagner Felipe Vogel  
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado  
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 1º trimestre de 2026.

Edson Moritz Martins da Silva  
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan  
Diretor Financeiro

Cláudio Varella do Nascimento  
Diretor de Engenharia e Obras

Elói Hoffelder  
Diretor de Operações e Serviços

Lino Henrique Pedroni Junior  
Diretor de Planejamento

Moisés Diersmann  
Diretor Administrativo

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior  
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva  
Diretora de Regulação

Wagner Felipe Vogel  
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado  
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0